



**Beatriz Belpomo Quintanilha**

**A constituição do sujeito da realidade em Freud  
e Marx e a dialética privado-público**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia, do Departamento de Filosofia da PUC-Rio.

Prof. Paulo César Duque Estrada  
Orientador

Rio de Janeiro,  
abril de 2024



**Beatriz Belpomo Quintanilha**

**A Constituição do sujeito da realidade em Freud  
e Marx e a dialética privado-pública**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia, do Departamento de Filosofia da PUC-Rio. Aprovada pela comissão examinadora abaixo:

**Prof. Paulo César Duque Estrada**

Orientador

Departamento de Filosofia PUC-Rio

**Prof. Marcelo da Silva Norberto**

Departamento de Filosofia PUC-RS

**Prof. Ádamo Bouças Escóssia da Veiga**

Departamento de Educação - UFRJ

**Prof. Raquel de Azevedo**

Departamento de Economia e Relações Internacionais - UFU

**Prof. Bruno de Andrade Albarelli**

Departamento de Administração e Ciências Humanas – FUSVE

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

## **Beatriz Belpomo Quintanilha**

Bacharelado em Filosofia pela UFRJ em 2013. Licenciatura em Filosofia pela UCAM em 2015. Mestrado em Filosofia pela PUC-Rio em 2019. Doutorado em Filosofia pela PUC-Rio em 2024.

### Ficha Catalográfica

Quintanilha, Beatriz Belpomo

A constituição do sujeito da realidade em Freud e Marx e dialética

privado-pública / Beatriz Belpomo Quintanilha ; orientador: Paulo César Duque-Estrada. – 2024.

97 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2024.

Inclui bibliografia

1. Filosofia – Teses. 2. Psicanálise. 3. Marxismo. 4. Freud. 5. Marx. 6. Dialética. I. Duque-Estrada, Paulo César. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Filosofia. III. Título.

CDD: 100

## **Agradecimentos**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Ao Professor Paulo César Duque Estrada, pela orientação. Ao Departamento de Filosofia da PUC-Rio, pelo apoio institucional. Ao CNPq, agência de fomento sem o suporte da qual a condução das pesquisas e a conclusão da tese teriam enfrentado dificuldades para além daquelas inerentes à dimensão teórico-conceitual.

À minha analista Mary.

À minha amada avó Frieda, pelo amor, carinho e compreensão.

Aos meus amigos André, Babi, Gabi, Ítalo, Kissel, Matheus.

## **Resumo**

Quintanilha, Beatriz Belpomo; Duque Estrada, Paulo César. A constituição do sujeito da realidade em Freud e Marx e a dialética privado-pública. Rio de Janeiro, 2024. 97p. Tese de Doutorado - Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A tese versa sobre a relação dialética entre o método Psicanalítico de Freud e o método material-dialético de Marx, bem como sobre o devir-sujeito dos respectivos objetos de investigação, tendo por objetivo explicitar a natureza privado-pública do sujeito da realidade.

## **Palavras-chave**

Psicanálise; Marxismo; Freud; Marx; Dialética

## **Abstract**

Quintanilha, Beatriz Belpomo; Duque Estrada, Paulo César. The constitution of the subject of reality in Freud and Marx and the private-public dialectic. Rio de Janeiro, 2024. 97p. Tese de Doutorado - Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The thesis deals with the dialectical relationship between Freud's Psychoanalytic method and Marx's material-dialectical method, as well as the becoming-subject of the respective objects of investigation, aiming to explain the private-public nature of the subject of reality.

## **Key-words**

Psychoanalysis; Marxism; Freud; Marx; Dialectic

## Sumário

1. Introdução	9
2. O sujeito da história privada ou, a história privada do sujeito segundo Freud: uma reconstituição do método psicanalítico	21
2.1 O neurótico singular enquanto objeto da investigação psicanalítica	21
2.2 O analista enquanto sujeito da investigação psicanalítica	23
2.3 A fundamentação conceitual dos elementos psíquicos originários: bases e perspectivas adotadas	28
2.4 Técnica e transferência	34
3. O sujeito da história pública ou, a história pública do sujeito segundo Marx: uma reconstituição do método material-dialético <i>stricto sensu</i>	41
3.1 A luta de classes <i>stricto sensu</i> enquanto fundamento do antagonismo político-ideológico explícito entre burguesia e proletariado no campo institucional	43
3.2 A internacionalidade da classe proletária e a luta internacional de classes	49
3.2.1 A Comuna de Paris	49
3.2.2 A concepção permanentista da história à luz das lutas de classes na Rússia. Corroboração prévia e retroativa respectivamente à compreensão da Revolução Russa de 1917 e das revoluções proletárias de 1848	51
3.3 A “peculiaridade” social e econômica da Rússia	52
3.4 A origem da propriedade privada e a acumulação primitiva	58
3.5 A formação histórica da consciência e a História da Filosofia	60
3.6 Imprensa e ideologia burguesas	65
3.7 O fundamento implícito da ideologia dominante enquanto objeto explícito da <i>Crítica da Filosofia do Direito de Hegel</i>	67
4. A constituição histórica do sujeito da realidade e a superação da alienação econômica: o método material-dialético enquanto práxis emancipatória	72
4.1 Hereditariedade e moralidade, pré-história e história	74
4.2 Realidade econômica e abstração conceitual na Rússia pré-revolucionária: a crítica leninista do economicismo populista.	79

4.3 Luta econômica e luta política no movimento operário russo: crítica leninista do revisionismo reformista liberal (os “novos” social-democratas)	82
4.4 A revolução burguesa na Rússia de 1905 e a ideologia marxista: alianças táticas e divergências intrínsecas entre o proletariado e as demais classes sociais	85
4.5 A revolução socialista na Rússia de 1917 e a teoria da revolução permanente	86
5. Conclusão	89
6. Referências bibliográficas	94

## 1. Introdução

O presente trabalho tem por meta reconstituir historicamente os métodos psicanalítico e material-dialético a partir das obras de Freud e Marx, seus fundadores. Uma observação preliminar é requerida, para tanto: destacam-se ambos pela relação prática e interativa que se estabelece entre o sujeito que investiga e o objeto investigado, a fundamentação teórica do qual incide sobre aquela tanto quanto é da mesma extraída. Objetar-se-á talvez que uma tal relação de cooperação entre teoria e prática não é de modo algum inédita na história epistemológica das ciências. A isto, respondemos com a hipótese central de nossa tese: a de que o objeto da investigação vem a ser, mediante a adesão dinâmica à práxis específica - a Psicanálise, de um lado, e o Marxismo, de outro - e o engajamento progressivo à técnica correspondente, sujeito. Concomitantemente, o método consolida historicamente sua propriedade transformadora [da realidade] à medida em que, no processo de sua constituição, assume a forma do objeto investigado e obtém acesso a seu conteúdo, o qual por sua vez se mantém indisponível ao observador situado “acima” da superfície em que o objeto se apresenta e se manifesta de fato, e conseqüentemente à investigação que não parte da observação de suas manifestações superficiais.

Optamos por restringir nossa investigação a recortes determinados de ambos os métodos, com vistas a tornar possível sua reelaboração adequada ao espaço relativamente reduzido de que dispomos para fazê-lo, sem prejuízo contudo de sua forma e conteúdo originais. Também desta escolha deriva o não estabelecimento de diálogo com os autores que se dedicam às obras de Freud e Marx, como também com aqueles que se situam na interface entre a Psicanálise e o Marxismo.

No entanto, não somos alheios à importância do referido debate, especialmente na medida em que, ao longo da tese, insistimos em situar a Psicanálise e o Marxismo na história da civilização humana, rejeitando de antemão fundamentá-los abstratamente em certa pretensa “pureza e auto suficiência teórica”. Muito pelo contrário, sustentamos que é justamente o ajuste da atitude psicanalítica e marxista em face às condições econômicas, sociais e políticas - e, por assim dizer, culturais, ideológicas, filosóficas, espirituais, intelectuais, técnicas e tecnológicas - pertinentes à época histórica na qual o objeto investigado tem origem e se apresenta,

que possibilita sua investigação. Nesse sentido, o silêncio explícito deve ser considerado como expressão do trabalho de dissolver as resistências que se opõem ao vir à luz do material implícito; como preparação para uma lida futura mais consequente e coerente do material profundamente reprimido, por ora incapaz de emergir à consciência e portanto indisponível ao manejo articulado.

O sujeito da investigação dialética é primordial e necessariamente observador e, especificamente, um observador que *não* foge ou se alheia ao que se lhe apresenta aos olhos. Enquanto o observador flutuante perde de vista o objeto, o observador que parte do que se dá imediatamente à observação inaugura a investigação do objeto e abre acesso a seu conteúdo oculto, não aparente à superfície. Mas o método não está “pronto”, imediatamente disponível ao sujeito que “opta”<sup>1</sup> por investigar o objeto a partir da superfície manifesta. *O observador se constitui em investigador à medida em que, através da investigação do objeto, edifica o método investigativo.* Ao mesmo passo, o objeto observado à superfície vem a ser o sujeito de sua história à medida em que se transforma e se constitui em objeto da investigação conforme o método dialético se consolida historicamente. Portanto, assim como o método - tanto o psicanalítico como o material-dialético em sentido estrito -, nem o objeto nem o sujeito da investigação estão de antemão constituídos. O sujeito da investigação não o é “desde o início”<sup>2</sup>, ele vem a sê-lo: se constitui enquanto tal à medida em que o método é erguido; à medida em que seu objeto vem a ser sujeito; à medida em que, *deslocando-se a partir da superfície observada em direção à base material da qual as manifestações superficiais do objeto derivam efetivamente, o investiga.*

Evidentemente, não remetemos aqui ao “sujeito abstrato”<sup>3</sup>. *O sujeito*

---

<sup>1</sup> Aqui, as aspas indicam não se tratar de uma escolha consciente do investigador, que já de antemão teria previsto que, para atingir determinado objetivo definido, deve colocar-se no nível da observação superficial para ser capaz de posteriormente ultrapassá-la. O observador apenas leva a cabo o impulso que melhor parece satisfazer, num primeiro momento, as necessidades da investigação, de início desprovida de coordenadas definidas. Como veremos, as coordenadas estão ainda por ser traçadas, em conformidade às perspectivas a serem ainda adotadas e edificadas ao longo do percurso.

<sup>2</sup> Aqui, as aspas antecipam nosso afastamento em relação a uma perspectiva cronológica e uma diretriz única e linear da investigação. Como será visto, volta e meia se tornará ao “início”, o qual por sua vez será outro a cada retorno.

<sup>3</sup> As aspas aqui nos previnem contra uma interpretação metafísica do uso que fazemos do termo “abstrato”. Como será explicitado, o sujeito abstrato, tal qual o concebemos, é aquele que não se concretiza historicamente enquanto sujeito, aquele que situa-se previamente por detrás de um discurso circular concretamente sustentado pelas instituições históricas hegemonicamente estabelecidas, e cujo objeto tem por conteúdo a manutenção da própria forma histórica que o sustenta.

*abstrato* é aquele que toma a consciência como base e força motriz de sua história; que se “constitui”<sup>4</sup> a partir da *abstração* das manifestações superficiais (*concretas*) do objeto observado, “elevando-se” acima da superfície manifesta; que o afixa enquanto objeto da consciência e contra ela mediante a “suspensão fenomenológica do mundo”<sup>5</sup>, representando-se a si mesmo enquanto sujeito da investigação em oposição ao objeto investigado abstratamente. Por outro lado, este sujeito “autoconsciente”, que se quer “puro” e “elevado”, não é *na realidade* nem “puramente teórico”<sup>6</sup>, nem tampouco inexistente na prática: ele existe concretamente; pertence a um estamento ou classe social dominante; sustenta-se previamente com base em condição econômico-social superior e sob a representação das respectivas burocracia, filosofia (ideologia), legislação e etc. Já o sujeito em questão, em devir, se constitui enquanto tal à medida em que transforma concretamente o próprio destino resgatando e articulando, a serviço de seus interesses, as forças materiais primordialmente reprimidas que subjazem à consciência atual. Apenas através da incursão prática no movimento segundo o qual a consciência se forma e o conteúdo inconsciente é elaborado é que o sujeito devém capaz de refletir adequadamente sobre a condição histórica que o subjuga e lhe é imprópria e de apropriar-se, de modo consciente e efetivo, dos meios e instrumentos que conduzam à sua superação radical.

Considerando-se que o sujeito, por mais “abstrato” que seja, nunca encerra-se de fato em pura construção conceitual, puro produto ou puro fundamento do pensamento, visto que o pensamento, seja adequado ou não à realidade, isto é, parta ou não da observação superficial do objeto, é sempre *materialmente embasado*, não há dicotomia *fundamental*, contradição simétrica, estática e perene – insuperável, em suma - entre ele e o objeto da investigação, assim como não há oposição *essencial* entre teoria e prática, na medida em que se fundam, desenvolvem e relacionam sobre aquela *mesma base material*. Disso *não* decorre, porém, que a dicotomia sujeito-objeto/teoria-prática é falsa no sentido epistemológico tradicional, quer dizer, que não se sustenta logicamente ou não pode ser observada

---

<sup>4</sup> Se “constituir” significa não se constituir propriamente; não se concretizar; se constituir abstratamente. Cf. N 3

<sup>5</sup> Aqui, as aspas indicam o caráter artificial e não efetivo que atribuímos à referida operação. Cf. N. 3

<sup>6</sup> A respeito do sentido do uso das aspas aplicado sobre os termos “autoconsciente”, “puro”, “elevado” e “puramente teórico”, cf. N. 3

empiricamente. Muito pelo contrário, tanto ao observador “superposto” à superfície aparente, quanto àquele que não a abandona, o objeto da investigação se apresenta de imediato *necessariamente* sob a luz do *dualismo* - aqui, *fenomenal*; lá, *transcendental*. A aparência dualística tem o seu lugar na [superfície da] realidade, sendo falsa não em relação à “essência” da realidade (já que a aparência é um seu elemento constitutivo e expressivo), mas em relação à consciência da realidade - em relação portanto à consciência de classe, no caso do sujeito público, e à consciência do Eu, no caso do sujeito privado. Enquanto o investigador que se baseia nas manifestações superficiais do objeto observado abre acesso a seu conteúdo oculto, imediatamente indisponível à observação, o observador que se eleva acima do horizonte fenomenal abrangente do objeto investigado obstrui, mediante este “falso” deslocamento, o acesso ao conteúdo buscado; obstrui, em assim o fazendo, a *própria* (adequada) investigação.

O “cerne da questão” reside em que o observador vem a ser o sujeito da investigação apenas se ele opera a partir do que se manifesta à superfície e se dá à observação. Apenas por esta via o que está oculto lhe pode ser revelado - não imediatamente, mas enquanto culminância do movimento que daí parte. Mas se o método não está, de antemão, constituído, se não é uma ferramenta dada, da qual um sujeito “dado”, “perfeito”, pode simplesmente se apropriar e fazer uso, como podemos obter acesso a seu conteúdo, e assim ao conteúdo de seu objeto? Nossa hipótese: seguindo o movimento pelo qual ele se constitui historicamente - *movimento fundamentalmente dialético*, não-linear. Nossa investigação deve assumir a forma do método material-dialético uma vez que este assume a forma do objeto por ele investigado dialeticamente. Por esta via, o conteúdo do objeto tende a vir à luz; não, porém, enquanto elemento passivo e inerte, à espera de um sujeito “iluminado” que o desobscureça, mas enquanto material ressignificado e elaborado “livremente” na prática, à luz da teoria e sob o rigor da técnica dialeticamente fundamentados.

Na medida em que a reconstituição histórica da Psicanálise, enquanto método material-dialético, constitui uma das tarefas fundamentais a que nos propomos, seria um contrassenso partir do pressuposto de que ela supera “magicamente” o abismo dualista nos extremos do qual a Filosofia Moderna afixou,

com Descartes, sujeito e objeto.<sup>7</sup> Não porque seja ele insuperável, e sim, porque sua superação exige determinado tipo de trabalho, um que seja realizado mediante a aplicação de técnica específica, uma que *tem de ser ainda elaborada*. Ao inquestionável avanço conceitual operado dialeticamente por Hegel no âmbito da própria Filosofia em relação à superação do dualismo metafísico, faltava e contrapunha-se no entanto o concurso do elemento material correspondente à necessidade e à possibilidade de superá-lo no mais amplo âmbito da realidade, da qual a Filosofia, enquanto forma “superior” de expressão do “pensamento público” e a despeito de sua incontestável relevância histórica, constitui apenas uma parte, e certamente não a mais fundamental. Foi necessariamente do dualismo fenomenal, portanto, sob cujo véu e perspectiva não apenas a realidade e o objeto se apresentam imediatamente ao sujeito, como também este a si mesmo - seja enquanto tal, seja enquanto objeto -, que Freud teve de partir para superá-lo *realmente* (material e conceitualmente), isto é, para superar as condições materiais que sustentam a aparência estática e inquebrantável da realidade [psíquica] e, com elas, a concepção metafísica que a reflete. O dualismo encerra, pois, a base pré-histórica incontornável da formação da técnica psicanalítica, o que significa que constitui a condição ontológica e epistemológica primordial de seu surgimento.

As forças materiais que baseiam a consciência - considere-se-a aqui apenas do ponto de vista do sujeito privado - não perfazem, contudo, sua constituição. De fato, o processo histórico que forma e anima a consciência do Eu fundamenta-se no antagonismo dinâmico entre os impulsos pulsionais que tendem à descarga e à

---

<sup>7</sup> Tal parece ter sido a pretensão de Sartre, ao “resolver” a real contradição existente entre sujeito e objeto a partir da consciência não-egológica e pré-reflexiva, ou seja, pela via negativa e fenomenológica. Na medida em que a consciência é simultaneamente consciência não-posicional [de] si (intuição imediata) e consciência posicional de objeto (intencionalidade), ela é negação de ser, “pura negatividade” e “transparência”; ela é *para-si* (sujeito), enquanto consciência de não-ser o que é *em-si* (objeto). Não por acidente, Sartre afirma que o único ponto de partida adequado à análise onto-fenomenológica é o *cogito* cartesiano, do qual se afasta parcialmente esvaziando-o de sua substância ou conteúdo, o Eu. “Eu penso, Eu existo” transforma-se, sob a ontologia fenomenológico-existencial sartriana, em “há consciência de, há existência”. A intencionalidade deixa de ser um atributo da substância consciente, e passa a ser a própria “substância” da consciência, em cujo interior só há o vazio, o nada; ou melhor, que é desprovida de interioridade, sendo *fuga para fora de si em direção ao ser*. Nesse sentido, afirma que “a existência precede a essência”. Seguindo a mesma lógica, afirma que o Inconsciente é um conceito de má-fé, isto é, que serviria como um suporte teórico ao desejo do para-si de ser em-si. Por não ser em-si, o para-si é pura liberdade, pura possibilidade de ser, sendo contudo incapaz de concretizar seu permanente desejo de ser em-si, motivo pelo qual angustia-se. Estando condenado a ser livre, o para-si deve, a cada vez, responsabilizar-se moralmente por suas escolhas, incorrendo em má-fé toda vez que atribui um seu ato “impensado” a uma essência pré-determinada, anterior à existência da consciência. Cf. *O Ser e o Nada; A Transcendência do Ego. Náusea*

exteriorização, segundo o princípio econômico do prazer, e as condições impostas “à força” desde a realidade exterior, à luz do exame da qual a realização “direta” da meta sexual é impedida na medida em que o investimento objetual correspondente *represente* ameaça à autopreservação.

A crítica da ideologia dominante de sua época - o idealismo alemão -, com a qual Marx inaugura o primeiro momento da construção do método material-dialético, parte também, inevitavelmente, do dualismo fenomenal com que a realidade então se apresentava, encarnado no *antagonismo aparentemente fundamental expresso na relação entre Estado e sociedade civil*. A superfície da realidade pública, isto é, a organização burocrática, jurídica e governamental do Estado, parecia contradizer e inibir a manifestação de sua base material, ou seja a sociedade civil. Em contrapartida, a “autoconsciência” suprema do Estado, tal qual proclamada pelo *pensamento oficial* - o qual compõe a superestrutura e constitui por si uma representação deformada da realidade, representação esta que se funda por seu lado nos interesses materiais e sociais do sujeito que a representa -, parecia sustentar-se, logicamente, não, como pretende Hegel<sup>8</sup>, em oposição à “ausência de consciência” dos indivíduos da sociedade civil em relação ao Estado enquanto uma “necessidade externa e seu fim imanente”<sup>9</sup>, mas ao próprio conteúdo estamental (não universal) da legislação, sob a forma da qual a satisfação real dos interesses materiais particulares da sociedade civil é reprimida, porquanto o direito privado subordina-se, em teoria, aos interesses “ideais” do Estado e, em prática, aos interesses materiais de uma minoria social distribuída nos estamentos dominantes, no Estado sintetizada economicamente, representada politicamente, e autorizada juridicamente, por sua vez. Por outras palavras: o direito à propriedade privada é constituído *ipso facto*, sendo assegurado apenas àqueles que de fato a possuem, e

---

<sup>8</sup> Cf. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*

<sup>9</sup> Apesar de que, de fato, a massa substancial dos indivíduos integrantes da sociedade civil não tinha acesso à literatura filosófico-político-jurídica (divisão social do trabalho; oposição entre força física e força intelectual), de modo que lhes era impossível reconhecer ao Estado nos termos de Hegel não apenas na prática - na medida em que a legislação, concretizada na censura, na repressão policial e judicial, e na carestia, contrapunha-se a seus interesses e necessidades materiais mui direta e visivelmente -, como também em teoria. Sob a crítica de Marx, a Filosofia do Direito de Hegel se sustenta logicamente em detrimento da fundamentação ontológica do Estado e às custas do acesso a seu conteúdo real, com o que não contradiz diretamente a aparência manifesta da realidade, e sim, a priori, a justifica, na medida porém em que fundamenta-se na inversão de sua forma e no ocultamento de seu conteúdo, tomando a auto-representação abstrata do sujeito público hegemônico simultânea e sistematicamente por princípio fundamental, meio de verificação, e concretização de seu próprio fundamento (ou realização de sua “essência”).

precisamente por isso<sup>10</sup>.

O deslocamento da perspectiva inicialmente pequeno-burguesa de Marx - que num primeiro momento atribui à discrepância [fenomenalmente manifesta] entre a forma jurídica do Estado e seu conteúdo social a real contradição existente entre a ideologia política oficial e a base econômica material sobre a qual, *em realidade*, o poder político se fundamenta - em direção à perspectiva proletária não constitui um movimento meramente teórico, mas se dá em estreito vínculo aos acontecimentos políticos e sociais de cunho revolucionário que irrompem contagiosamente pela Europa em fins da metade do século XIX, e nos quais Marx tem participação ativa e direta. Sob o advento do acelerado desenvolvimento técnico das forças produtivas, mútuo à modificação radical da divisão do trabalho, primordialmente na Inglaterra, a classe proletária surge e se define progressivamente enquanto tal em oposição à ascensão política e ao fortalecimento econômico da grande burguesia industrial. A consciência de classe surge, assim, enquanto produto concreto e positivo da superação do antigo modo de produção de riquezas materiais em que a velha sociedade [estamental] se baseia; enquanto auto-representação do sujeito recém surgido mediante esse processo histórico.

O teor pequeno-burguês da crítica inicial de Marx, acima referido, não corresponde a seu posicionamento prático-político à época, e sim, a sua concepção teórica ainda incipiente de “classe social”. Já em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução*, Marx não compartilha da visão dos jovens hegelianos quanto à forma ideal do Estado, a ser instituída, segundo eles, através da crítica do pensamento oficial e enquanto realização culminante do pensamento e do homem, ou “realização da essência humana”. Não se trata, para ele, de reformar o Estado burguês<sup>11</sup>, mediante uma revolução cultural, intelectual e moral (“espiritual”, em suma) que opere em seu seio e portanto, segundo sua ideologia (a ideologia

---

<sup>10</sup> Cf. Manuscritos econômico-filosóficos 1844. Demonstração de que a constituição histórica das leis toma a forma, em cada época, do estágio da divisão de trabalho imposta pelo desenvolvimento limítrofe das forças produtivas.

<sup>11</sup> Não obstante adequado ressaltar que a *Introdução* refere-se à situação alemã atual e que, de um lado, o Estado burguês não se havia constituído ainda na Alemanha, e de outro, a estrutura econômico-social da realidade pública não havia sido ainda claramente refletida e rigorosamente elaborada em profundidade pela consciência do investigador, não se deve perder de vista que o devir-sujeito do objeto investigado está entrelaçado ao devir-revolucionário do sujeito histórico, o que é ilustrado pelo fato de que a crítica filosófica do “estado de espírito” alemão vinha à luz ao mesmo passo em que a base material sustentadora do remoto estado político de coisas na Alemanha se decompunha.

dominante), mas de tomá-lo mediante uma revolução social que opere à sua margem e contra a manutenção qualitativa de seu aparato, na medida em que este representa e serve de instrumento à dominação econômica e política da classe exploradora sobre o todo da sociedade. “A supressão [Aufhebung] da religião como felicidade ilusória do povo é a exigência da sua felicidade real. A exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões.”<sup>12</sup> Marx já tem consciência de que o pensamento tem sua base nos interesses materiais do “sujeito pensante”, e de que a classe trabalhadora é o único sujeito possível da “revolução democrática”, entendida aqui não do ponto de vista reformista da social-democracia pequeno-burguesa, mas já no sentido avançado, enquanto efetivação da democracia radical. Apenas, ele a considera incapaz de realizar autonomamente a *subversão efetiva do estado de coisas*, dado que sua consciência política incipiente não permitiria a seus membros uma compreensão adequada do funcionamento da sociedade capitalista moderna, ainda longe de nascer na Alemanha.

As revoluções precisam de um elemento *passivo*, de uma base *material*. A teoria só é efetivada num povo na medida em que é a efetivação de suas necessidades. Corresponderá à monstruosa discrepância entre as exigências do pensamento alemão e as respostas da realidade alemã a mesma discrepância da sociedade civil com o Estado e da sociedade civil consigo mesma? Serão as necessidades teóricas imediatamente necessidades práticas? Não basta que o pensamento procure se realizar; a realidade deve compeli-la a si mesma em direção ao pensamento.<sup>13</sup>

Posteriormente, quando da elaboração teórica e organização prática mais concretamente delineadas da classe proletária enquanto tal, que acompanham por sua vez o progresso científico-tecnológico e a expansão geográfica da revolução industrial, ele admitirá o oposto: o elemento ativo da revolução socialista não é

---

<sup>12</sup> Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução, pg. 145-6. Esse trecho da *Introdução*, por vezes negligenciado pelos intérpretes de Marx, elucida o sentido profundo do que é afirmado no parágrafo imediatamente anterior: “A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo.” Deve-se romper na prática com as condições materiais que fomentam socialmente a necessidade individual da ilusão religiosa e servem de base à constituição histórica das religiões, o que não pode ser atingido pela negação abstrata do conteúdo concreto da religião, e muito menos pela assunção ideal de sua forma, mas apenas através da luta real contra os opressores e da reflexão publicamente acessível sobre os dados concretos.

<sup>13</sup> Crítica da Filosofia do Direito - Introdução, pg 152

outro que não o seu maior interessado, ou seja o objeto da exploração econômica e sujeito produtor das riquezas materiais sustentadoras da sociedade civil [burguesa], contra os interesses do qual o sujeito da exploração se choca e utiliza do aparato do Estado para fazer valer os seus. A *contradição histórica fundamental*, Marx concluirá, reside não entre a forma [jurídica, legislativa e governamental] do Estado e seu conteúdo social ou “fundamento ontológico”, mas *entre o sujeito e o objeto da exploração econômica*; entre o acumulador e o produtor de riquezas materiais; entre o possuidor e o despossuído; entre o capital e o trabalho; entre o lucro e o salário; entre a burguesia e o proletariado - contradição esta que encontra no moderno Estado burguês sua síntese formal e seu termo médio; na ideologia dominante, a representação abstrata e deformada de seu conteúdo material; na forma propriamente capitalista de propriedade privada, sua condição ontológica de existência; e na revolução socialista, finalmente, seu concreto aniquilamento.

Levando-se em conta que a forma de propriedade privada e as relações sociais de produção coincidem ainda com a divisão do trabalho inerente ao modo de produção predominante no período que antecede imediatamente o aparecimento da grande indústria na Alemanha, a burguesia industrial e o proletariado não se acham ainda suficientemente definidas, organizadas e “conscientes de si” enquanto classes sociais antagônicas “por natureza” (industrialização tardia da Alemanha). A capacidade da força social fundamental de se tornar objeto da consciência [de classe], e de encontrar portanto forma de organização e de associação política, modo de ação prática, e meio de representação ideológica de seu próprio conteúdo adequados à condição econômica à qual está sujeita e da qual seu sujeito deseja se libertar, será analisada no curso de nossa investigação conforme apareça e se torne acessível à reconstituição histórica do método marxista, ora proposta.

Se a consciência - seja do Eu ou de classe - repousa sobre uma base material inconsciente e a censura se lhes interpõe, o acesso ao conteúdo assim encoberto e inibido não prescinde da observação das manifestações espontâneas do que nela é admitido enquanto objeto. Com efeito, uma vez que tais manifestações constituem necessariamente deformações do material indisponível, é justamente delas que o sujeito deve partir no sentido de emancipá-lo das condições repressivas vigentes, e assim dispô-lo ao uso conscientemente interessado. Seguindo a técnica, o conflito originário é reanimado, enquanto seu conteúdo reprimido é retroativamente trazido à superfície. Ao mesmo tempo, o antigo complexo adquire progressivamente a

forma de uma nova disputa, unicamente sobre a base e sob a perspectiva da qual o sujeito se torna capaz de desarticular as forças que sustentam, conservam e nutrem a repressão primordial e, ulteriormente, de romper com a configuração até então consolidada da realidade - seja psíquica ou pública -, o que a consciência, por si mesma, não pode fazer.

Os esforços imprimidos por Freud na fundamentação e elaboração da técnica psicanalítica sempre convergiram no sentido de constituir um método capaz de promover a independência psíquica do analisando. A coerência da teoria, na qualidade de elemento constitutivo do método, importava sobretudo na medida em que concorresse como suporte para o alcance daquele fim e não, para a superação dos sistemas filosóficos estabelecidos. Já no âmbito público, como veremos, Marx não podia partir senão da “crítica verdadeiramente filosófica da Filosofia”, na medida em que esta representa e manifesta, à superfície, os interesses materiais da classe dominante em cada época, antagônicos por sua vez aos do real sujeito da história e à sua emancipação, aos quais encobre e contra a qual, efetiva e essencialmente, a Filosofia se opõe e resiste<sup>14</sup>. Tanto os pensamentos espontâneos do sujeito privado, de um lado, quanto de outro os complexos sistemas filosóficos instituídos pelo “pensamento público” a partir de um sujeito “autoconsciente” e supremo, constituem expressões deformadas do jogo de forças materiais que

---

<sup>14</sup> Ao longo da tese, a Filosofia acadêmica, qualificada por nós como “institucional”, se revelará enquanto um dos instrumentos (não o único) de dominação ideológica da classe dominante sobre a classe trabalhadora e sobre a sociedade como um todo, e isso, à luz do desenvolvimento histórico da divisão social do trabalho em seu aspecto quantitativo-qualitativo, que tem sua representação na divisão do trabalho em intelectual e físico correspondente à divisão da sociedade em classes. Na sociedade capitalista (mas não apenas), o trabalho intelectual é posto a serviço da produção material e desempenhado por membros das camadas médias e altas da pequena-burguesia, sendo seu produto técnico e teórico indiscernível das condições práticas de produção. Por outro lado, ainda que a “função social” da produção intelectual diretamente voltada à produtividade industrial divirja em muito, quanto ao conteúdo, daquela pertinente à produção intelectual voltada a “descobertas” na área das humanidades e do “pensamento puro” (divisão interna do trabalho intelectual), lhe equivale em forma, pois por mais que o objeto da primeira seja essencialmente material e econômico e o da última, ideal e político, o sujeito de ambas é, social e historicamente, pequeno-burguês, isto é pertence à frágil classe de pequenos proprietários, mais enxuta e empobrecida a cada nova geração. Aos integrantes mais favorecidos da classe pequeno-burguesa cabe apenas, na medida em que se identificam a seu ideal e, assim, na medida em que se apegam, de modo mais ou menos inconsciente, aos resquícios de sua condição de pequeno-proprietários sob o fantasioso desejo de um dia serem grandes - condição esta que promete assegurá-los contra a decadência à classe logo abaixo -, “jogarem o jogo” arbitrado pelos integrantes da classe dominante, não tão logo acima quanto a um abismo institucional - um Estado - de distância. Não é portanto em sentido “religioso”, moral, que empregamos ao longo da tese ora o termo “institucional” ora o termo “oficial” para caracterizar a Filosofia gerada e difundida no meio acadêmico, reconhecido e respeitado por unanimidade, e sim em sentido dinâmico, descritivo e funcional, no que tange a organização social e econômica da realidade pública. Cf. N. 32, N.33 e N.34.

fundamenta e entrelaça a consciência, a história e a realidade.

Ao longo do trabalho aqui proposto, nossa hipótese central - a de que o objeto da investigação dialética vem a ser o sujeito da história - deve se verificar *histórica e dialeticamente*: no âmbito privado, pela via da experiência clínica; no âmbito público, pela via da experiência revolucionária. Esta via é a “relação prática e interativa que se estabelece entre o sujeito que investiga e o objeto investigado”, a via da *identificação*. Mas o que está oculto (o conteúdo do objeto investigado) não é nem oposto nem idêntico às aparências manifestas *do que* se investiga (o objeto em devir-sujeito), e sim inerente a elas. O objeto da investigação vem a ser progressivamente o sujeito de sua própria história à medida em que o sujeito da investigação erige historicamente um método que tem por fim sua emancipação efetiva e por meio, o resgate retroativo das forças materiais primitivamente reprimidas as quais, sem que sejam vistas, o impelem e atraem desde o subsolo. Tais forças, não obstante condenadas à pré-história econômica do sujeito em devir e circunscritas a seus limites, muito bem policiados por representantes da ordem [psíquica ou pública] instituída na figura do sujeito hegemônico constituem, imprescindivelmente, a base sólida do concreto devir-sujeito do objeto, a ser por sua vez superada enquanto propriedade privativa e destino oculto do material reprimido, tanto quanto transformada em base atual da história vindoura. Portanto, seria dicotômico, “anti-dialético”, e também precipitado negar a dicotomia explícita à luz da qual sujeito e objeto se manifestam e interagem à primeira vista. A dicotomia faz parte da realidade, é o modo deformado com que ela se apresenta imediatamente ao sujeito que a representa, seja ele sujeito “abstrato” - *aparentemente* “iluminado”, “superior”, “puro” -, seja ele o sujeito que se constitui enquanto tal na investigação operada desde a superfície e através da técnica adequada, por seu turno constituída enquanto síntese histórica da relação dialética teoria-prática.

O devir-sujeito do objeto investigado acompanha o “devir-investigador” do observador. Não há oposição “essencial” entre investigador e observador, pois o objeto observado se constitui em objeto da investigação a partir do momento em que é posicionado pelo observador desde um certo lugar apropriado, adequado - a superfície -, com o que o observador se transforma em investigador e o objeto, em sujeito - não imediatamente, mas historicamente, através do trabalho e da técnica. Tampouco há coincidência “instantânea” ou identidade “espontânea” entre sujeito

da investigação e objeto da investigação; o que nos interessa é justamente explicitar como se o tornam, como se constituem enquanto tal, e assim a tese percorre (reconstitui) este processo, qual seja: *a constituição do sujeito na relação com o objeto, simultaneamente ao devir-sujeito do objeto na relação com o sujeito.*

Concretamente: não apenas o objeto da investigação psicanalítica vem a ser o sujeito da história privada na relação com o analista, como também o sujeito da investigação vem a ser analista (quer dizer, ele vem a sê-lo, ele não o é “desde o início”) na relação com o analisando. Sugerimos que no âmbito público se dá algo similar: não apenas o proletariado, objeto da investigação, vem a ser o sujeito prático ou "elemento ativo" da revolução (ou ainda, o sujeito [transformador] da realidade) conforme se organiza, se identifica e se define - em função da subversão dos fundamentos econômicos da sociedade classista, em oposição à classe opressora, e sob a representação da teoria adequada - enquanto classe social qualitativamente oprimida porém quantitativamente hegemônica, como também o sujeito teórico da revolução se constitui em representante da classe proletária mediante participação na ação prática com que ela se manifesta espontaneamente à superfície. A progressiva consolidação da consciência de classe revolucionária reflete e representa, deste modo, a extinção porvir de todas as classes, pois fundamenta-se na superação do conflito histórico originário do qual ela própria é o produto insuperável.

## **2.**

### **O sujeito da história privada, ou, a história privada do sujeito segundo Freud: uma reconstituição dialética do método psicanalítico**

#### **2.1**

##### **O neurótico singular enquanto objeto da investigação psicanalítica**

Segundo uma concepção linear (unidimensional) dos eventos temporais que, além e por causa disso, se pretende reflexiva, o lugar da infância na história do sujeito [capaz ou não de reproduzi-la conscientemente] é, necessariamente, o passado. A infância seria, desse ponto de vista, um momento ausente, acessível apenas em abstrato através da memória e a partir da consciência presente, quer dizer, da consciência do estado objetivo e atual de coisas. Sob tal perspectiva, ela se apresenta ao sujeito não como a situação originária de sua formação enquanto tal, e sim, como situação objetivamente superada, ao passo que a própria história lhe aparece invertida, de modo que o presente se lhe apresenta enquanto base concreta e material e o passado, enquanto objeto abstrato e imaterial da intencionalidade - enquanto meta da reflexão.

Esse modo de disposição dos momentos da história não deriva, contudo, daquela concepção temporal linear e reflexiva. Ao contrário, a consciência linear do tempo assenta sobre uma base pré-histórica inconsciente a qual não pode, por seu turno, ser acessada conscientemente. O recuo desde o consciente ao inconsciente não constitui, portanto, um processo retrospectivo de revisão objetiva dos acontecimentos. Contra uma pretensão desse tipo atua, fundamentalmente, a impossibilidade tanto prática quanto teórica de verificação. Antes, o trabalho clínico que remete o neurótico singular ao estado de coisas anterior à formação de sua consciência constitui economicamente um rearranjo de sua base material e implica, dinamicamente, a ressignificação a posteriori das relações originárias estabelecidas entre as metas e os objetos primordiais, convertidas e sintetizadas inconscientemente em sintomas [apreensíveis fenomenicamente] na realidade atual. Os sintomas simultaneamente revelam e encobrem sua própria origem e abrigam, por conseguinte, o sentido e a história do adoecimento.

A Psicanálise elimina os sintomas dos histéricos com base na premissa de que são o substituto - como que a transcrição - de uma série de processos psíquicos, tendências e desejos investidos de

afetos, que um processo psíquico especial (a *repressão*) privou do acesso à resolução mediante a atividade psíquica capaz de consciência. Portanto, essas formações mentais, retidas no estado de inconsciência, buscam uma expressão adequada a seu valor afetivo, uma *descarga*, e a encontram, na histeria, mediante o processo da *conversão*, em fenômenos somáticos - os sintomas histéricos. Com o auxílio de uma técnica especial, seguindo determinadas regras, os sintomas são transformados de volta em ideias investidas de afetos, tornadas conscientes, e podemos obter conhecimentos precisos sobre a natureza e a origem dessas formações psíquicas anteriormente inconscientes.<sup>15</sup>

Na medida em que as metas originais são substituídas e representadas inconscientemente por sintomas e que, portanto, os fundamentam, só é possível resgatá-las a partir da observação de suas manifestações singulares mais à superfície. Não se trata, como vimos, de preenchê-las em sentido a partir da consciência presente, a qual com efeito, no caso dos neuróticos, especialmente (não, porém, exclusivamente), não pode dispor de modo linear e coerente os eventos ocorridos na infância, quer dizer, não tem acesso direto ao conteúdo do passado. Trata-se, isto sim, de retornar ao momento em que seu sentido foi formado e sua direção definida, o que exige, de uma parte, o desinvestimento das forças que mantêm o estado atual de coisas e suas aparências e, de outra, o concomitante deslocamento do sujeito em devir, assim reinvestido, em direção à nova base progressivamente constituída a partir daquele arruinamento.

Um leitor familiarizado com a técnica exposta nos *Estudos sobre a histeria* talvez se admire de em três meses<sup>16</sup> não ter havido a possibilidade de solucionar totalmente ao menos os sintomas que foram atacados. Isto se torna compreensível, porém, se eu informar que *desde os Estudos a técnica psicanalítica sofreu uma completa revolução* (grifo nosso). Naquele tempo, o trabalho partia dos sintomas e se impunha a meta de desfazê-los um após o outro. Desde então abandonamos essa técnica, por considerá-la inteiramente inadequada à estrutura mais sutil da neurose. *Agora deixo o próprio doente determinar o tema do trabalho diário e parto da superfície eventual que o seu inconsciente lhe oferece à atenção*<sup>17</sup>. *Mas assim obtenho fragmentado, entremeado em contextos diversos e distribuído em épocas bem separadas aquilo que está ligado à solução de um sintoma determinado. Apesar*

---

<sup>15</sup> Tres ensaios sobre a teoria da sexualidade 1901-1905. Cia das letras. Pg 60 - 61.

<sup>16</sup> Período de duração da análise de Dora, interrompida abruptamente

<sup>17</sup> Anuncia-se, nesse ponto, o princípio da utilização e elaboração da associação livre enquanto instrumento técnico imprescindível à eficácia do trabalho clínico e, com isso, a ruptura definitiva de Freud em relação à pré-história da Psicanálise.

*dessa aparente desvantagem, a nova técnica é bastante superior à velha, e indiscutivelmente a única possível* (grifo nosso).<sup>18</sup>

O ulterior objetivo de Freud - o alívio dos sofrimentos de seus pacientes - coloca os pressupostos teóricos a partir e a serviço dos fenômenos observados, os quais retroagem, por certo, sobre aqueles, na medida em que se acumulam e diversificam no decurso da investigação. A colocação prioritária daquela meta, ao contrário de enfatizar isoladamente a efetividade da prática em detrimento da coerência e sustentação da teoria, vinculando uma à outra de modo negativo, coloca, positivamente, o analisando enquanto objeto prioritário do trabalho investigativo. Se, por um lado, dessa dupla colocação interativa, por parte do sujeito da investigação, nasce a técnica, dessa interação, designadamente dialética nasce, por outro, o método - ainda incipiente, é claro, na medida em que recém-nascido.

Se o objetivo prático do tratamento é remover todos os sintomas possíveis e substituí-los por pensamentos conscientes, podemos estabelecer como outro objetivo, teórico, a tarefa de curar todos os danos de memória do paciente. As duas metas coincidem; se uma é alcançada, também a outra é obtida; a mesma via conduz a ambas. *A natureza das coisas que formam o material da Psicanálise faz com que, em nossas histórias clínicas, tenhamos de dar a mesma atenção às condições puramente humanas e sociais dos pacientes que aos dados somáticos e sintomas patológicos. Antes de tudo, nosso interesse se voltará para as relações familiares dos pacientes, e isso, como se verá adiante, não apenas com o propósito de investigar sua hereditariedade*<sup>19</sup> (grifo nosso).<sup>20</sup>

## 2.2

### O analista enquanto sujeito da investigação psicanalítica

---

<sup>18</sup> Dora, pg. 180 (prefácio). O posterior esclarecimento de Freud a seguir transcrito, lançado por ele em auxílio ao entendimento da aplicação da referida técnica - aqui ainda incipiente - sobre o material de uma psicanálise singular, apenas atualiza sua consolidação histórica: “É preciso que os senhores saibam também que o trabalho analítico, da forma como nós o realizamos hoje, não contempla o trabalho continuado de um sintoma isolado até que o tenhamos esclarecido. Somos, antes, obrigados a volta e meia abandonar um tema, na certeza de que outras conexões nos conduzirão de volta a ele. A interpretação de um sintoma que vou agora comunicar aos senhores constitui-se, portanto, de uma síntese de resultados cuja obtenção, interrompida por outros trabalhos, estendeu-se por semanas e meses” (O sentido dos sintomas 1916-1917, pg. 356)

<sup>19</sup> A significação do conceito de hereditariedade na obra de Freud será reconstituída por nós conforme seu próprio dever, tal como os demais elementos constitutivos do objeto da investigação psicanalítica. Quanto a sua importância para uma compreensão adequada [à realidade] da dialética natureza-cultura, será reivindicada quando o sujeito privado estiver na iminência de projetar-se publicamente a partir de uma economia [psíquica] reconfigurada, o que por ora insinua-se somente como hipótese.

<sup>20</sup> Dora, 1901-1905, pg 187-188.

É certo que Freud fundava um novo campo, um novo método científico, um novo modo prático e teórico de abordagem do objeto da investigação. Com isso, não se mantinha o velho objeto, mas se constituía um novo; na relação com o qual, também uma nova técnica; na aplicação da qual, um novo modelo de trabalho clínico. Por outro lado, e por isso mesmo, não é irrelevante situar historicamente a Psicanálise em seu nascedouro; muito pelo contrário, para que possamos levar a cabo a tarefa de reconstruí-la, é preciso que conheçamos as condições materiais e, digamos assim, epistemológicas, de seu surgimento. É preciso, portanto, retornar à situação que antecede imediatamente o primeiro momento dessa construção e, a partir daí, atravessar o marco de ruptura, assinalado pela publicação de *A interpretação dos Sonhos*. Não o faremos, contudo, segundo uma concepção linear do tempo; já sabemos que tal não nos levaria longe senão de nossa meta<sup>21</sup>, até o ponto de desviá-la e encobri-la, definitivamente. O faremos, isto sim, conforme o próprio movimento - progressivo e retroativo (dialético) - segundo o qual a técnica psicanalítica foi sendo produzida e aprimorada.

Louvei tão calorosamente os resultados da pressão como procedimento auxiliar<sup>22</sup> e, durante esse tempo, negligenciei tanto o aspecto da defesa ou da resistência que devo ter criado a impressão de que esse pequeno artifício nos torna capazes de dominar os obstáculos psíquicos que se opõem à terapia catártica. Mas acreditar nisso seria um grave equívoco; tanto quanto vejo não existem esses ganhos na terapia; aqui, como em qualquer campo, *para grandes transformações se exige grande labuta* (grifo nosso). O procedimento da pressão não é senão um estratagema para surpreender por um instante o Eu afeito à defesa; em todos os casos mais sérios ele volta a se lembrar de seus propósitos e prossegue sua resistência.<sup>23</sup>

Os limites práticos do método catártico no tangente à dissolução do núcleo semântico dos sintomas, o qual se mantinha opaco e tanto menos acessível quanto mais o sujeito da investigação se lhe avizinhava, contribuíram para explicitar a fragilidade de seu embasamento teórico. Por mais que os sintomas somáticos e os atos sintomáticos já fossem considerados representações de ideias e de quantidades

---

<sup>21</sup> Qual seja: a de fundamentar o objeto da investigação psicanalítica e explicitar dinamicamente a concretização de seu conteúdo pela via do próprio movimento histórico que o resgata, elabora, desvela e sintetiza.

<sup>22</sup> Freud se refere ao ato de pressionar a testa do paciente com o dedo, acompanhado de uma pressão em forma de apelo verbal que se contraponha diretamente à repressão da idéia patogênica.

<sup>23</sup> Psicoterapia da Histeria (estudos sobre a Histeria, 1893-1895 cia das letras pg. 277)

afetivas impedidas de descarga e de expressão, e que, quando tratados individualmente, fossem por vezes *visivelmente* (aparentemente) “eliminados”, a investigação psicoterapêutica não dispunha ainda de uma conceitualização a priori satisfatória da estrutura e da dinâmica psíquicas, de modo que por aquela via não era dado ao investigador lhes rastrear a origem, conhecer a história, ou interpretar o sentido. *Tudo indicava que o conteúdo do objeto investigado permaneceria inefável e inacessível enquanto o sujeito insistisse em posicioná-lo e apreendê-lo como objeto imediato da consciência.*

Se fosse possível, uma vez concluído o caso, mostrar a uma terceira pessoa o material patogênico em sua organização complicada e multidimensional agora conhecida, ela teria razão em perguntar como semelhante camelo passou pelo buraco da agulha. Pois há alguma justificação em falar de um “estreito da consciência”. O termo adquire sentido e vigor para o médico que realiza uma análise assim. Apenas uma lembrança pode penetrar no Eu-consciência a cada vez; o paciente, ocupado com a elaboração dela, nada vê do que a empurra por trás e esquece daquilo que já penetrou. Se a superação dessa lembrança patogênica esbarra em dificuldades, por exemplo, quando o doente não abranda a resistência a ela, quando quer reprimi-la ou mutilá-la —, o estreito é, por assim dizer, obstruído; o trabalho se interrompe, nada mais pode surgir, e a lembrança em irrupção para diante do paciente até que ele a tenha acolhido na extensão do Eu. Toda a massa, espacialmente estendida, do material patogênico é passada assim, através de uma fenda estreita, chegando à consciência, portanto, como que decomposta em pedaços ou tiras. É tarefa do psicoterapeuta recompor, a partir daí, a organização presumida.<sup>24</sup>

Os fenômenos e forças que até então figuravam enquanto obstáculo alheio e hostil ao tratamento psicoterapêutico - a resistência ao reconhecimento da ideia rejeitada; a transferência "inapropriada" dos afetos correlatos ao analista<sup>25</sup>; a irrupção de pensamentos desconectados da ordem lógica e cronológica da narrativa; e a amnésia - adquiriam assim o status de elementos próprios da neurose, quer

---

<sup>24</sup> Psicoterapia da Histeria. (1893-1895) pg 290

<sup>25</sup> A constatação da possibilidade da transferência de afetos ligados a ideias que, a despeito disso, permanecem reprimidas, deu ensejo à posterior decomposição teórica e síntese prática - através da técnica e com fins terapêuticos - da representante pulsional em ideia e montante afetivo (Cf. A repressão 1914-16 cia das letras, pg. 67-68). Mais adiante, veremos que a incorporação ostensiva da influência “natural” exercida sobre o paciente pelo médico, na figura de autoridade, corroborou a técnica psicanalítica e o conhecimento da natureza psíquica. Por outro lado, verificar-se-á que as condições para sua aplicação clínica adequada de modo algum são plenamente satisfeitas pela sugestibilidade dos pacientes suscetíveis a tal influência, sendo a técnica, ao contrário, que utiliza-se da sugestão na medida em que a transferência o admite e a usufrui.

dizer, pertinentes à natureza e à dinâmica implacáveis do objeto investigado, ao qual o sujeito investigador deveria adaptar sua técnica ainda que tal implicasse sua completa reformulação. Se por um lado o procedimento catártico não podia revelar senão fragmentos de uma complexa estrutura, na medida em que o avanço em direção a seu núcleo dava-se sempre às custas da observação do que dela vinha circunstancialmente à superfície, por outro, tal limitação intrínseca surgia justamente como condição para que fosse efetivamente superado (material e conceitualmente transformado), uma vez que abria e indicava o caminho para o preenchimento da lacuna e o enfraquecimento da barreira intra e intersubjetiva que se conservavam no cerne da relação entre Eu e idéia patogênica, analista e analisando. “É totalmente inútil penetrar diretamente até o núcleo da organização patogênica. Ainda que pudéssemos descobri-lo, o paciente não saberia o que fazer com o esclarecimento a ele oferecido e não seria psiquicamente transformado por ele”<sup>26</sup>.

Não existe caso clínico neurótico sem amnésia de alguma espécie. Se instamos o narrador a preencher essas lacunas da memória com maior esforço da atenção, notamos que os pensamentos que então lhe ocorrem são rechaçados com todos os recursos da crítica, até que ele sente um franco mal-estar quando a recordação se apresenta de fato. *Dessa experiência Freud concluiu que as amnésias são o resultado de um processo que ele denominou repressão, cujo motivo enxergou em sensações de desprazer* (grifo nosso). As forças psíquicas que provocaram essa repressão são percebidas, segundo ele, na resistência que surge contra a recuperação [da lembrança]. *O fator da resistência tornou-se um dos fundamentos de sua teoria* (grifo nosso). Os pensamentos espontâneos que costumam ser dispensados com todo tipo de pretextos (como aqueles mencionados acima), Freud os vê como derivados dos produtos psíquicos reprimidos (pensamentos e impulsos), como deformações destes, em virtude da resistência que existe à sua reprodução.<sup>27</sup>

A experiência clínica permitiu a Freud constatar que a “resolução” de um sintoma isolado não corresponde ao descobrimento de um sentido próprio e particular nele circunscrito, e sim, ao aparecimento de outro sintoma, sem nexos aparente com o anterior, ademais. Guiar-se pelos sintomas, tornava-se claro, era o mesmo que tatear no escuro. Cabia então, para a descoberta do sentido diretriz da doença, fundamentá-la teoricamente a partir de seus fragmentos manifestos, o que

<sup>26</sup> Psicoterapia da Histeria. (1893-1895) pg 290

<sup>27</sup> O método psicanalítico de Freud. 1904 cia das letras. Pg. 325.

exigia o abandono da prática de fragmentá-la a partir de conceitos sem lastro. A prática revelava-se, dessa maneira, simultaneamente enquanto base material e parâmetro epistemológico seguro de verificação da teoria, ao passo em que a teoria se consolidava enquanto base conceitual e parâmetro lógico adequado à verificação dos fenômenos empiricamente observados<sup>28</sup>. Como produto dessa relação de cooperação entre teoria e prática, de um lado, e sujeito e objeto, de outro, vinha à luz a associação livre enquanto instrumento técnico imprescindível à sustentação e viabilidade do novo método.

*Quanto maior a resistência, mais ampla é a deformação.*<sup>29</sup> Nesta relação dos pensamentos não intencionais com o material psíquico reprimido é que reside o seu valor para a técnica terapêutica (grifo nosso). Quando se tem um procedimento que possibilita chegar ao material reprimido partindo dos pensamentos espontâneos, ao material deformado partindo das deformações, pode-se tornar acessível à consciência, mesmo sem hipnose, o que antes era inconsciente na vida psíquica. Com base nisso, Freud desenvolveu uma arte da interpretação, que tem a tarefa de, por assim dizer, extrair do mineral bruto das ideias não intencionais o metal dos pensamentos reprimidos. O objeto desse trabalho interpretativo não são apenas os pensamentos espontâneos dos pacientes, mas também seus sonhos, que permitem o acesso mais direto ao conhecimento do inconsciente, seus atos não intencionais, não planejados (atos sintomáticos) e os erros nas ações cotidianas (lapsos de fala, confusões etc.). Os detalhes dessa técnica de interpretação ou tradução ainda não foram publicados por Freud. São, conforme ele indicou, uma série de regras, obtidas empiricamente, de como o material inconsciente pode ser construído a partir dos pensamentos espontâneos, instruções sobre como entender o fato de os pensamentos não ocorrerem, e observações sobre as resistências típicas mais importantes que se apresentam no curso de um tratamento desses. Um volumoso livro sobre a *Interpretação dos sonhos*, publicado por Freud em 1900, pode ser visto como precursor de tal introdução à técnica.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> O que não vai de encontro à afirmação posterior de Freud de que “uma psicanálise não é uma investigação imparcial, científica, mas uma intervenção terapêutica; em si ela nada quer provar, quer apenas mudar algo” (Hans, epígrafe. 1906-09 pg. 161). A não-contradição reside no fato de que aqui, trata-se ainda de superar a velha técnica, ineficaz, o que implica a reconfiguração do método até então empreendido; lá, trata-se de aplicar rigorosamente a nova técnica, cuja eficiência frequentemente já se verifica na prática. Não à toa (e tampouco devido meramente à ausência, na língua portuguesa, da característica da língua alemã de marcar os substantivos com maiúscula), no trecho transcrito a palavra “psicanálise” (*Psychoanalyse*) aparece com inicial minúscula e antecedida por artigo indefinido (*eine*): significa que não se refere à investigação dos fundamentos do método, e sim, à investigação dos fundamentos da doença singular, o vir à luz dos quais, por sua vez, é da última o vir abaixo.

<sup>29</sup> A quantidade se transforma em qualidade, portanto. Cf. *As pulsões e seus destinos*, cia das letras (1914-16) pg. 44

<sup>30</sup> O Método Psicanalítico de Freud, 1901-05. cia das letras, pgs 325-26

### 2.3

#### **A fundamentação conceitual dos elementos psíquicos originários: bases e perspectivas adotadas**

Constitui equívoco insustentável, para não dizer ato de má-fé inconfundível, atribuir à Psicanálise, por um lado, um essencialismo metafísico abstrato que se quer sustentar, verificar e identificar a si mesmo, tanto quanto, por outro, um biologismo que a manteria no registro psicofísista (dualista) inerente às concepções e técnicas psicoterapêuticas justo com as quais, de fato, rompia. Não obstante, a Filosofia Contemporânea frequentemente realiza tal operação<sup>31</sup>, isolando momentos e perspectivas adotados alternada e articuladamente por Freud no seio do próprio movimento histórico em que se consolidava o método psicanalítico, já revolucionário desde que vinha ao mundo. Na medida em que a Psicanálise configurou-se através da participação dinâmica do analista na economia [psíquica] do analisando, e isto, tendo por dupla meta a diluição de seus sintomas e o fortalecimento de seu vínculo com a realidade, a efetiva transformação (dever) de seu objeto em sujeito pela via do trabalho clínico ameaçava a Filosofia não apenas enquanto pensamento da Instituição<sup>32</sup>, como também enquanto Instituição<sup>33</sup> do pensamento. Por outras palavras, a Psicanálise abalava o real estado privado e público de coisas<sup>34</sup>, não espantando tenha já sido concebida sob críticas e distorções abusivas e aleatórias, de todo alheias à materialidade dialética geratriz de sua

---

<sup>31</sup> Sartre, A Transcendência do Ego; O Ser e o Nada;

<sup>32</sup> O termo “Instituição” refere-se aqui ao Estado, em abstrato, a significação do qual não pode por ora se concretizar na medida em que a fundamentação conceitual correspondente pertence ao âmbito público, a ser ainda investigado.

<sup>33</sup> Aqui, o termo “Instituição” refere-se à Filosofia na qualidade de parte integrante e porta-voz da instituição acadêmica considerada do ponto de vista de sua constituição histórica, isto é, enquanto elemento constitutivo da Instituição maior - o Estado - e ferramenta ideológica manejada pelas classes dominantes a serviço de sua conservação. Neste sentido, duplamente ontológico (econômico) e funcional (dinâmico), pode-se equipará-la ao jornalismo praticado pela chamada “grande imprensa” - a imprensa hegemônica -, que ulteriormente extrapola os limites e funções do Estado na medida em que é absorvida pela burguesia monopolista internacional (apátrida) e passa a servir em última instância a seus interesses, coincidam estes ou não com os interesses autônomos das facções da burguesia nacional que detêm o controle político direto sobre seu aparato [legislativo, judiciário e governamental]. Este jogo de interesses, regido estritamente pelas classes dominantes, não pode ser aqui aprofundado por duas razões, as quais se entrelaçam: a primeira, refere-se à impertinência teórica do tema ao momento atual da investigação; a segunda, diz respeito à ausência da perspectiva topológica, a ser ainda elaborada, sem o recurso da qual o conteúdo material do movimento histórico efetivo - seja privado ou público - permanece inacessível.

<sup>34</sup> Isto, na medida em que o sujeito privado participa do âmbito público, e que o trabalho analítico o constitui de modo diverso, e por vezes contrário, àquele com que é concebido e prescrito pela Filosofia, ou seja pelo pensamento oficial.

rigorosa constituição enquanto práxis científica. A tão radicalmente primitiva e retrógrada inclinação da Filosofia “institucional” a lhe desfigurar o aspecto e depreciar o valor, sob a falsa reivindicação de conhecê-lo e sob a condição inevitável de reconhecê-lo, fê-la exigir-lhe mais do que ela própria lhe podia cobrar, de modo que a Psicanálise arrebatava à Filosofia, pela via da ciência, não apenas o respaldo seguro na figura da autoridade séria, como também o refúgio claudicante na rebeldia comedida do chiste. Não nos interessa, contudo, a mera defesa negativa dessa monumental construção histórica, posto que tal nos levaria a orbitar passiva e cegamente em função do que lhe é estranho e hostil. A defesa do método psicanalítico se dará positivamente, conforme seja por nós reconstituído.<sup>35</sup>

Surpreendentemente, pode-se dizer, partiremos do momento que exhibe a mais abstrata aparência: a subdivisão sistemática da instância psíquica em inconsciente, pré-consciente e consciente. A surpresa suscitada, atribuímos ao hábito filosófico de condicionar o posicionamento de um objeto à “suspensão” do mundo em que ele é percebido e situado historicamente. Os resultados teóricos da pesquisa psicanalítica não estão apartados daqueles obtidos singular e concretamente na prática; *na realidade*, ambos habitam o mesmo mundo, e combinados mesclam-se à sua história. Não é sem razão, além disso, que tomamos por princípio precisamente os elementos o mais afastados possível do pronto reconhecimento que uma descrição cronológica desenvolvida superficialmente a partir das experiências clínicas iniciais ofereceria ao leitor. Por um lado, uma tal descrição estaria anacronicamente munida, de antemão, de um repertório técnico, teórico e prático ainda indisponível à época da ocorrência fenomenal de seu objeto; por outro, suprimiria o fato de que é parte essencial da própria dinâmica constitutiva do método a reincidência dos produtos obtidos a posteriori pela práxis sobre os registros e procedimentos inaugurais, os quais destarte são atualizados.

Aprendemos, com a psicanálise, que a essência do processo de repressão não consiste em eliminar, anular a ideia que representa a pulsão, mas em impedir que ela se torne consciente. Dizemos então que se acha em estado de “inconsciente”, e podemos oferecer boas provas de que também inconscientemente ela pode produzir efeitos, inclusive aqueles que afinal atingem a consciência. *Tudo que é reprimido tem de permanecer*

---

<sup>35</sup> O problema do revisionismo e da apropriação indébita da Psicanálise será colocado em momento oportuno, quando as condições metodológicas para situá-lo no contexto da dialética pública já tenham sido criadas.

*inconsciente, mas constatemos logo de início que o reprimido não cobre tudo que é inconsciente. O inconsciente tem o âmbito maior; o reprimido é uma parte do inconsciente* (grifo nosso). De que forma podemos chegar ao conhecimento do inconsciente? É claro que o conhecemos apenas enquanto consciente, depois que experimentou uma transposição ou tradução em algo consciente. Diariamente o trabalho psicanalítico nos traz a experiência de que é possível uma tal tradução. Isso requer que o analisando supere determinadas resistências, as mesmas que outrora, rejeitando-o do consciente, transformaram um dado material em reprimido.<sup>36</sup>

Apesar de imediatamente indisponível ao investigador em sua materialidade, a base econômica da repressão se impunha e manifestava clinicamente sob o viés qualitativo da *censura* e, em quantidade, no *desprazer* gerado pela irrupção de afetos consecutiva à sua abrupta “suspensão”. O sujeito então compreendia que contrapor-se diretamente à censura, tanto quanto tentar contorná-la, tomando-a pois por estranha ao sentido e ao quantitativo de que é investida a ideia à qual ela se opõe e resiste, não apenas intensificava-lhe a ação, como implicava o gasto estéril e vultoso de forças imprescindíveis a sua efetiva superação posterior. “A objeção que fazemos à hipnose é que ela encobre a resistência e, desse modo, interdita ao médico<sup>37</sup> a visão do jogo das forças psíquicas. Mas ela não acaba com a resistência, apenas a evita e, por isso, proporciona informações incompletas e sucessos transitórios”.<sup>38</sup> Ao invés do contrainvestimento da ideia, o enfraquecimento da censura parecia exigir que uma parcela destas forças - tornadas acessíveis a partir da nova técnica (a associação livre) - fossem manejadas no sentido de resgatar aquelas fixadas em sua base. Em contrapartida, o resgate desse quantum material subterrâneo reclamava a aplicação de uma dinâmica que diminuísse, mediante transformação qualitativa, o valor da ideia reprimida e portanto, o peso das resistências necessárias à manutenção de seu impedimento por parte da censura. Se a utilização de certas forças no sentido de transpor a censura resultava no recrudescimento da repressão, talvez, no sentido inverso, se obtivesse o efeito oposto.

---

<sup>36</sup> O inconsciente 1914-16. pg. 75

<sup>37</sup> Serve ao propósito de nossa tese justificar o uso indiscriminado por Freud, nesse período, dos termos “médico” e “analista” para designar o sujeito da investigação psicanalítica. Não há, ainda, outro psicanalista consolidado que não ele mesmo, Freud, que naturalmente se reconhece como médico por conta de sua formação teórica e experiência clínica, justamente pela via das quais teve seus primeiros contatos com pacientes neuróticos. Posteriormente, ele instituiu que a prática da Psicanálise prescindia do conhecimento da ciência médica para além do mínimo necessário acerca do corpo e da biologia.

<sup>38</sup> O método psicanalítico de Freud, 1904, pg. 327.

De maneira positiva, enunciemos agora, como resultado da psicanálise, que um ato psíquico passa geralmente por duas fases em relação ao seu estado, entre as quais se coloca uma espécie de exame (censura). Na primeira fase ele é inconsciente e pertence ao sistema Ics; se no exame ele é rejeitado pela censura, não consegue passar para a segunda fase; então ele é “reprimido” e tem que permanecer inconsciente. Saindo-se bem no exame, porém, ele entra na segunda fase e participa do segundo sistema, a que denominamos sistema Cs. Mas essa participação não chega a determinar inequivocamente a sua relação com a consciência. Ele ainda não é consciente, mas capaz de consciência (na expressão de J. Breuer), isto é, pode então, dadas certas condições, tornar-se objeto da consciência sem maior resistência. Tendo em vista essa capacidade de consciência, chamamos o sistema Cs também de “pré-consciente”. Se ocorrer que também o tornar-se consciente do pré-consciente seja codeterminado por uma certa censura, então discriminaremos de modo mais rigoroso os sistemas Pcs e Cs. Por enquanto basta ter em mente que o sistema Pcs partilha as propriedades do sistema Cs e que a censura rigorosa cumpre seu papel na passagem do Ics para o Pcs.<sup>39</sup>

O modelo psíquico tripartite nos proporciona, do ponto de vista *topológico*, localizar e estabelecer panoramicamente a repressão enquanto elemento constitutivo; do ponto de vista *dinâmico*, permite acompanhar retroativamente o processo de sua formação<sup>40</sup>, mediante a consideração funcional da psique; o ponto de vista *econômico* subjaz encoberto até que, através das operações acima indicadas, o sujeito da investigação o atinja e descubra enquanto ponto culminante de seu próprio deslocamento e, simultaneamente, o transforme em renovada base de pesquisa. A imediata apreensão tridimensional [ou, da tridimensionalidade] da psique<sup>41</sup> é inviável à consciência: por um lado, na medida em que a perspectiva fenomenológica, sob a qual a psique é ora reduzida a objeto fenomenal dado, ora elevada a sujeito transcendental puro, só pode ser adotada no abandono concomitante de sua base de partida<sup>42</sup>, assim tornada *artificialmente* obsoleta e

---

<sup>39</sup> O Inconsciente, 1914- 1916, pg. 81-82

<sup>40</sup> A história e o sentido da formação da repressão serão revisitados (cf. item 2.4) a partir de uma abordagem econômica atualizada de sua relação com as resistências.

<sup>41</sup> Apesar de aparentemente irrelevante, a alternativa substantiva indicada entre colchetes remete a uma situação fundamental pertinente às origens do método psicanalítico - enquanto método material-dialético. Sua fundação, vinda à luz num rebentar brusco (ruptura) em relação a sua base imediata de partida (a base dual-fenomenal, composta substancialmente por um vão intransponível, à primeira vista), é, nada mais nada menos, que o seu próprio objeto, na assunção de cuja forma o método obtém acesso ao conteúdo correlato.

<sup>42</sup> A base de partida que a atitude fenomenológica é obrigada a abandonar e ocultar, mediante a posição “supra-mundana” de seu objeto e a superposição “autoconsciente” do sujeito, é aquela mesma no rastro histórico de cujo conteúdo a atitude psicanalítica se põe, mediante a interpretação atual das manifestações fenomênicas espontâneas do objeto observado à superfície.

“inadequada” [à investigação que busca de antemão suprimi-la, isentando-se do trabalho necessário para superá-la]; por outro, na medida em que a disposição abstrata de um objeto volumoso contra uma superfície bidimensional não lhe explicita a profundidade e sim, o planifica aos olhos, simplesmente. Com base nesse primeiro esboço da arquitetura e do funcionamento da psique, é nossa pretensão que certos conceitos apriorísticos fundamentais, outrora e alhures aventados por Freud de direito, sejam progressivamente reabilitados e concretizados de fato, à medida em que se efetue retroativamente seu resgate.

Em nossa discussão tratamos, até o momento, da repressão de uma representante pulsional, entendendo por isso uma ideia ou grupo de ideias investido de um determinado montante de energia psíquica (libido, interesse) a partir da pulsão. A observação clínica nos leva agora a decompor o que até então apreendemos como uma unidade, pois nos mostra que é preciso considerar, além da ideia, uma outra coisa que representa a pulsão, e o fato de que ela experimenta um destino de repressão que pode ser inteiramente diverso do da ideia. Para designar esse outro elemento da representante psíquica já se encontra estabelecido o termo de *montante afetivo*; ele corresponde à pulsão, na medida em que esta se desligou da ideia e acha expressão, proporcional à sua quantidade, em processos que são percebidos como afetos. De agora em diante, ao descrever um caso de repressão, teremos de acompanhar separadamente aquilo em que resultou a ideia, devido à repressão, e o que veio a ser da energia pulsional que a ela se ligava.<sup>43</sup>

Se as quantidades materiais adivinhadas e dissipadas nos atos psíquicos espontâneos variam em função tanto da procedência e intensidade dos investimentos, quanto da mudança qualitativa do estado da ideia que as conduz, pressionada, de um lado, pela força nuclear que a anima e impulsiona e represada, de outro, pela constante resistência imprimida à sua insuportável admissão, era *de direito* supor que a formação da repressão estivesse entrelaçada, num primeiro momento, à origem das derivações substitutivas capazes de consciência, enquanto um seu fator constitutivo e condicionante, inclusive. “Provavelmente a tendência para a repressão não alcançaria seu propósito se essas forças não atuassem juntas, se não houvesse algo reprimido anteriormente, disposto a acolher o que é repellido pelo consciente”<sup>44</sup>. Pois se já não houvesse outrora um tal impedimento à manifestação e descarga diretas das formações inconscientes primárias, por que

---

<sup>43</sup> A Repressão, 1915, pg. 67-68

<sup>44</sup> A Repressão, 1915, pg. 64

haveriam elas de sofrer tais e tamanhas deformações? Inversamente, uma vez que a representante pulsional reprimida pode ser constatada a partir de suas deformações manifestas, exercendo *de fato* influência atual sobre estas, ainda que colateralmente e por intermediários, era inevitável que houvesse um meio concreto de atuar sobre o núcleo da ideia inconsciente a partir das composições secundariamente formadas pela associação de seus subprodutos deformados, geradas do conflituoso acordo entre a “repressão *propriamente dita*”<sup>45</sup> da libido que se lhes havia desvencilhado, e os novos interesses econômicos, morais e sociais do Eu que então nascia. “É preciso dizer, em suma, que o Ics continua nos assim chamados ‘derivados’, que é suscetível aos influxos da vida, influencia constantemente o Pcs e até se acha sujeito, por sua vez, a influências por parte do Pcs”<sup>46</sup>.

A verdade é que não só o psiquicamente reprimido permanece alheio à consciência, mas também uma parte dos impulsos que governam nosso Eu, ou seja, o mais forte oposto funcional do reprimido. *Na medida em que nos esforçamos por uma abordagem metapsicológica da psique, temos que aprender a nos emancipar da importância dada ao sintoma “ser/estar consciente”* (grifo nosso). Enquanto nos apegamos a ele, vemos nossas generalizações serem regularmente contrariadas por exceções. Vemos que derivados do Ics tornam-se conscientes como formações substitutas e sintomas, via de regra após consideráveis distorções em relação ao inconsciente, mas frequentemente conservando muitas características que solicitam a repressão. Notamos que permanecem inconscientes muitas formações pré-conscientes que, de acordo sua natureza — pensaríamos —, bem poderiam tornar-se conscientes. É provável que nelas prevaleça a mais forte atração do Ics. Somos levados a buscar a diferença mais significativa não ali entre o consciente e o pré-consciente, mas entre o pré-consciente e o inconsciente. Na fronteira do Pcs, o ics é rechaçado pela censura, e derivados dele podem contornar essa censura, organizar-se superiormente, crescer no Pcs até atingir certa intensidade no investimento, mas depois de a haver ultrapassado, ao procurar se impor à consciência, são reconhecidos como derivados do ics e novamente reprimidos na nova fronteira de censura entre Pcs e Cs. Assim, a primeira censura funciona para o Ics mesmo; a última, para os derivados ics dele. Podemos supor que a censura adiantou-se um tanto no curso do desenvolvimento individual.<sup>47</sup>

## 2.4 Técnica e transferência

<sup>45</sup> Ou “Pós-repressão”

<sup>46</sup> O Inconsciente, 1915, pg. 96.

<sup>47</sup> O Inconsciente, 1915, pg. 98.

Deixemos de lado, por ora, a crítica “catedrática” da Psicanálise que se apoia, segundo interesses “teóricos” particulares e a ocasião, na assumida inoperância técnica desta ciência sobre determinado âmbito de fenômenos<sup>48</sup>, e nos dirijamos aos ganhos teóricos propiciados justamente e de fato pelos limites que se impuseram historicamente à investigação psicanalítica em suas tentativas práticas de visitá-lo, condição *sine qua non* ela não teria sido capaz de aprofundar, elaborar e demarcar o seu próprio domínio de atuação. Os limites ora referidos não coincidem - o que não quer dizer que não se entrelaçam - com aqueles com os quais Freud deparou na origem propriamente dita da constituição do método psicanalítico, isto é, aqueles que possibilitaram o seu surgimento (cf. pgs. 6-7). A esta altura, a técnica já está consolidada mediante ampla aplicação, frequente verificação, e aprofundada elaboração. Os limites aqui suscitados referem-se à efetividade de sua interferência nos casos em que objeto investigado não manifesta, essencialmente, senão a ausência da condição fundamental que permite ao sujeito da investigação acessá-lo: a *capacidade de transferência*. No horizonte daqueles limites primários, a resistência se apresentava enquanto limitação do método catártico e impunha à nova técnica a tarefa de dissolvê-la, em lugar de rechaçá-la. Seu devido cumprimento acarretara duplamente a anamnese progressiva das lembranças infantis e a desintegração dos sintomas manifestos, através do restabelecimento das associações que os interligam em torno do sintoma imediatamente indisponível. No momento atual, em que o antigo método já foi definitivamente superado pelo aprofundamento da técnica à qual deu ensejo, a *resistência*, que serve desde então como interlocutor ao analista e como porta-voz à representante pulsional reprimida, serve-se a si mesma da *transferência* enquanto ferramenta de condução do *tratamento* - e tríplice-versa.

Uma condição regular e indispensável de todo adoecimento neurótico é o processo que Jung designou adequadamente como introversão da libido. Ou seja: diminui a porção da libido capaz de consciência, voltada para a realidade, e aumenta no mesmo grau a porção afastada da realidade, inconsciente, que ainda pode alimentar as fantasias da pessoa, mas que pertence ao inconsciente. A libido (no todo ou em parte) tomou a via da regressão e reanimou as imagos infantis. A terapia analítica segue-a então, procurando achá-la, torná-la novamente acessível à consciência, pô-la a serviço da realidade. Ali onde a investigação

---

<sup>48</sup> Trata-se do campo das neuroses narcísicas

psicanalítica depara com a libido recolhida em seus esconderijos, uma luta tem de irromper; todas as forças que causaram a regressão da libido se levantarão como “resistências” ao trabalho, para conservar esse novo estado de coisas. Pois se a introversão ou regressão da libido não fosse justificada por uma determinada relação com o mundo exterior (nos termos mais gerais: pela frustração da satisfação) e não fosse adequada para o momento, não poderia em absoluto efetuar-se. Mas as resistências que têm essa origem não são as únicas, nem mesmo as mais fortes. A libido à disposição da personalidade sempre estivera sob a atração dos complexos inconscientes (mais corretamente, das partes desses complexos que pertencem ao inconsciente), e caiu na regressão porque a atração da realidade havia relaxado. Para libertá-la, essa atração do inconsciente tem que ser superada, isto é, a repressão das pulsões inconscientes e de suas produções, desde então constituída no indivíduo, tem que ser eliminada.<sup>49</sup>

Explicita-se, nesta fase, o caráter incontornavelmente dialético tanto do método quanto de seu objeto: pois é justamente no âmbito sintetizado pelo conflito entre as forças que visam o acesso do analisando à realidade e aquelas que lhes resistem, que o trabalho analítico se desenvolve - dinamicamente, mediante avanços e recuos sobre o território psíquico recém adentrado e descoberto; economicamente, mediante negociações que dizem respeito por um lado, à sustentação qualitativa da nova configuração material provisoriamente estabelecida, e por outro, ao desimpedimento quantitativo das forças até então circunscritas e ocultadas sob as velhas fronteiras, destarte estremecidas. Trata-se já de uma outra etapa do tratamento, em que a transferência atrai e concentra sob seu domínio todos aqueles impulsos centrífugos e dispersos os quais, devido à transfiguração extrema de outrora, eram bem mais suscetíveis à tradução e ao manejo técnico.

Seguindo um complexo patogênico desde sua representação no consciente (seja evidente, na forma de sintoma, seja bastante discreto) até sua raiz no inconsciente, logo se chega a uma região em que a resistência vigora tão claramente que a associação seguinte tem de levá-la em conta e aparecer como compromisso entre as suas exigências e as do trabalho de investigação. É então, segundo nossa experiência, que surge a transferência. Quando algo do material do complexo (do conteúdo do complexo) se presta para ser transferido para a pessoa do médico, ocorre essa transferência; ela produz a associação seguinte e se anuncia mediante sinais de resistência como uma interrupção, por exemplo<sup>50</sup>. Dessa experiência inferimos que essa ideia

---

<sup>49</sup> A dinâmica da transferência (1911-13) pg 103

<sup>50</sup> Na n.3 da pg. 102 do mesmo texto (A dinâmica da Transferência, pg. 109), Freud distingue a interrupção da cadeia de associações no momento em que o analista é situado em seu centro enquanto objeto, isto é, no momento em que a transferência se estabelece, da interrupção provisória

transferencial irrompeu até à consciência antes de todas as outras associações possíveis *porque* satisfaz também a resistência.<sup>51</sup>

Se bem que, uma vez identificada a transferência enquanto “campo de batalha” da disputa entre a *representante pulsional reprimida* e o *Eu* debilitado - duplamente insatisfeito ante as exigências inatingíveis da moralidade estabelecida<sup>52</sup> -, a primeira se mostre aqui indiscutivelmente em sua natureza libidinal (sexual), também aqui a transformação de seus derivados manifestos em material consciente (lembrança auditiva) e ação material (motora), mediante sugestão, se mostra mais do nunca inócua no que tange a cessação do conflito, levado às últimas consequências na terapia analítica. Ao contrário, na medida em que, no campo transferencial, a neurose atualiza-se em forma e conteúdo, tornando-se, efetivamente, outra, o investimento da porção da representante psíquica voltada para a realidade conduz a nova formação substitutiva de sintomas estendendo, indefinidamente, a duração do conflito, constantemente guarnecido, no mais, com o material produzido na relação artificial estabelecida entre analista e analisando. “Sempre que nos avizinhamos de um complexo patogênico, a parte desse complexo capaz de transferência é empurrada para a consciência e defendida com enorme tenacidade”<sup>53</sup>. Tampouco a corroboração terapêutica da tendência oposta - a repressão dos derivados pulsionais sob forte atração do sistema Ics - resulta no desejado fortalecimento do *Eu*, como a consideração “puramente” dinâmica da transferência poderia fazer parecer. “Auxiliar uma dessas tendências a derrotar a tendência adversária não anula o conflito. Vemos, de fato, que no neurótico predomina a ascese. A consequência disso é justamente que a aspiração sexual reprimida se desafoga nos sintomas”<sup>54</sup>. No âmbito privado, tanto quanto no público, acordos “de paz” entre forças e interesses econômicos inconciliáveis são travados na justa medida em que não podem assegurá-la; não de forma duradoura e

---

do encadeamento espontâneo de ideias e pensamentos no momento em que sua expressão verbal faz irromper “um banal sentimento de desprazer”.

<sup>51</sup> A dinâmica da transferência, 1911-13, pg. 104

<sup>52</sup> A questão da influência e do concurso da moralidade sobre a formação do *Eu* será analisada no terceiro capítulo, no qual a cultura será explicitada enquanto resquício hereditário da coletividade pré-histórica atuante na dinâmica psíquica desde o Inconsciente, bem como enquanto elemento superestrutural constitutivo da realidade pública, que atua na psique sobre a base do Complexo de Édipo e pela via da consciência moral.

<sup>53</sup> A dinâmica da transferência, pg. 104

<sup>54</sup> A Transferência 1916-17, pg. 572

definitiva, ao menos; conceda-se e o ratifique, à guisa de exceção, a instauração de um estado silencioso de tensão progressiva, destinado a romper-se violentamente.

Quanto mais tempo dura uma terapia analítica, e quanto mais claramente o analisando reconhecer que apenas distorções do material patogênico não o protegem de ser revelado, mais conseqüentemente ele se serve do tipo de distorção que claramente lhe oferece as maiores vantagens, a distorção pela transferência. *Essas circunstâncias tendem para uma situação em que afinal todos os conflitos têm que ser decididos no âmbito da transferência* (grifo nosso). Assim, a transferência na análise sempre nos aparece, de imediato, apenas como a mais poderosa arma da resistência, e podemos concluir que a intensidade e a duração da transferência são efeito e expressão da resistência.<sup>55</sup>

A transferência serve, como vimos, de veículo, campo e ferramenta da resistência à análise. Freud o admitiu tal como, num primeiro momento, havia identificado a atuação da resistência por detrás do fenômeno da amnésia, na qualidade de ferramenta e força material sustentadora da repressão. A amnésia constitui, do ponto de vista dinâmico, o silenciamento - decorrente do desvencilhamento e da regressão da libido - dos subprodutos ics da representante pulsional reprimida rechaçados pela censura; do ponto de vista econômico, constitui o empobrecimento do Eu, quer dizer, a diminuição da quantidade de energia pulsional de que o sujeito pode dispor, consciente ou inconscientemente, para a satisfação do desejo e do interesse mediante o investimento objetal. Sabemos, contudo, que nas neuroses de transferência a luta entre os impulsos derivados do sistema Ics e as pulsões de conservação do Eu não é travada no mesmo campo, na medida em que se lhes interpõe a repressão. Se a tarefa da análise consiste, por um lado, em dissolver a repressão e resgatar a libido que sofreu regressão, trata, por outro, de situar a batalha nos limites da fronteira comum que os contrapõe e mantém apartados, transformada artificialmente ao longo do trabalho clínico em arena “oficial” do conflito. “O mecanismo da transferência é explicado se o referimos à prontidão da libido, que permaneceu de posse de imagos infantis; mas só chegamos ao esclarecimento de seu papel na terapia se abordamos os seus vínculos com a resistência”.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> A dinâmica da transferência, pg. 104-105

<sup>56</sup> A dinâmica da transferência, pg. 105

Antes de nos aprofundarmos nas relações econômico-dinâmicas entre resistência e repressão, com vistas à reconstituição dialética da técnica, enriqueçamos nosso panorama espacial com a introdução da perspectiva topológica sobre o campo dos fenômenos transferenciais, vindos à superfície como culminância do trabalho de investigação progressivo.

Se vamos lidar seriamente com uma topologia dos atos anímicos, temos que dirigir nosso interesse para uma dúvida que se apresenta neste ponto. Se um ato psíquico (limitemo-nos, aqui, a um que tenha a natureza de uma ideia) é transposto do sistema Ics para o sistema Cs (ou Pcs), devemos supor que a essa transposição se liga uma nova fixação, como que um segundo registro da ideia em questão, que então pode estar contido também numa nova localidade psíquica, e junto ao qual continua a existir o registro inconsciente original? Ou devemos antes acreditar que a transposição consiste numa mudança de estado, que se produz no mesmo material e na mesma localidade?<sup>57</sup>

A repressão da representante pulsional a impede, num primeiro momento, de avançar até o sistema Pcs, de modo que sua parte ideativa passa a pertencer inteiramente ao sistema Ics. Sua parte afetiva não tem, contudo, necessariamente o mesmo destino: mediante associações múltiplas e por caminhos diversos, vincula-se aos subprodutos deformados da ideia patogênica e com estes compõe novas representações psíquicas as quais, estas sim, transpõem ou contornam a censura e se tornam, até certa medida, capazes de consciência. É deste modo que surgem os afetos, tanto quanto os sintomas: manifestam a descarga da quantidade de libido que ficou à disposição do Eu, quer dizer, que escapou à repressão primordial, mas que permanece sob a atração da ideia inconsciente na medida em que não foi absorvida pela realidade. Se, contudo, tais formações secundárias, que agora participam do Pcs, são investidas de energia libidinal para além da quantidade suportável pelo Eu, as resistências voltam a atuar contra sua transposição ao sistema seguinte, o Cs, dedicando-se à sustentação da nova barreira aí e assim erguida. A representante psíquica dos impulsos pulsionais reprimidos nesta segunda fase pode então continuar a existir no Pcs, na qualidade de formação substituta capaz de consciência, ao mesmo tempo em que, no Ics, enquanto formação patogênica (primária). Já no caso do afeto, que se desvencilhou dos subprodutos deformados da ideia reprimida e não encontrou representação na consciência, ocorre que uma

---

<sup>57</sup> O Inconsciente 1914-16, pg. 82

parte retrocede ao sistema Ics, enquanto outra, permanece ligada ao Eu, ou seja, à segunda repressão. É então que surge a angústia neurótica: o Eu não pode obter satisfação sexual nos objetos da realidade, uma vez que deve utilizar a libido objetal (móvel) para defender-se contra a irrupção dos derivados pulsionais ics desligados das formações psíquicas pré-conscientes (secundárias), assim silenciadas.

[...] o conflito patogênico dos neuróticos não deve ser confundido com uma luta normal entre impulsos psíquicos situados no mesmo terreno psicológico. É um antagonismo entre poderes, em que um deles alcançou o estágio do pré-consciente e do consciente, e o outro foi retido no estágio do inconsciente. Por isso o conflito não pode ser resolvido; como no famoso exemplo do urso polar e da baleia, os antagonistas nunca se veem frente a frente. Uma decisão verdadeira só pode ocorrer quando estiverem ambos no mesmo terreno. Creio que possibilitar isso é a única tarefa da terapia.<sup>58</sup>

O delineamento topológico-dinâmico da configuração psíquica nos habilita agora à compreensão de um aspecto da transferência até então obscuro e latente, que remete no entanto ao de há muito conhecido fenômeno da ambivalência afetiva. No início do tratamento, a transferência não se evidencia em sua natureza de resistência à dissolução da repressão e assim ao próprio tratamento, na medida em que manifesta-se apenas positivamente. Por um longo período, presta-se de meio pelo qual o Eu se desenvolve livremente, mediante a transformação da libido móvel em afetos sublimados e a elevação intelectual e moral dos interesses do objeto investigado, em devir-sujeito, nesse processo. O analista não figura ainda enquanto objeto do conflito íntimo que tanto sofrimento causa ao analisando, mas como sujeito externo e imparcial, amigavelmente disposto à colaboração. Em atenção à estima e confiança que o analisando lhe confere, por um lado, e à debilidade de sua condição libidinal e psíquica, por outro, não lhe faz cobranças dificultosas, solicitando-lhe apenas a observância do pacto firmado à base inicial da relação terapêutica de não eximir-se à expressão incondicional do que lhe vem espontaneamente à mente, por mais irrelevante, vexatório ou ilógico que pareça. Conforme as resistências mais à superfície vão sendo assim desintegradas, a natureza originalmente erótica dos afetos transferidos ao analista é explicitada, de modo que este desloca-se progressivamente do exterior em direção ao centro passando de sujeito amigo e colaborador, a objeto dos impulsos e metas sexuais

---

<sup>58</sup> A Transferência. 1916-17 pg. 573

primariamente reprimidos, ao qual o analisando passa a destinar sem reservas os investimentos libidinais furtados à satisfação pela via normal. Surge então a transferência negativa, e o conflito patogênico tende a adquirir senão o conteúdo, ao menos a forma de um conflito normal - não ainda real, porém. Normal, porque se desenvolve ineditamente no mesmo campo - o âmbito do Eu -, unicamente nos limites do qual pode encontrar solução ulterior; irreal, porque o objeto em torno do qual se reconfigura e revitaliza não corresponde a um disponível na realidade, mas a um substituto artificialmente constituído do objeto primário.

É preciso resolver-se a distinguir uma transferência “positiva” de uma “negativa”, a transferência de sentimentos ternos daquela hostil, e tratar diferentemente os dois tipos de transferência para o médico. A transferência positiva decompõe-se ainda na dos sentimentos amigáveis ou ternos que são capazes de consciência, e na dos prolongamentos destes no inconsciente. Quanto aos últimos, a psicanálise mostra que via de regra remontam a fontes eróticas, de maneira que temos de chegar à compreensão de que todos os nossos afetos de simpatia, amizade, confiança etc., tão proveitosos na vida, ligam-se geneticamente à sexualidade e se desenvolveram, por enfraquecimento da meta sexual, a partir de anseios puramente sexuais, por mais puros e não sensuais que se apresentem à nossa autopercepção consciente. Originalmente só conhecemos objetos sexuais; a psicanálise nos faz ver que as pessoas que em nossa vida são apenas estimadas ou respeitadas podem ser ainda objetos sexuais para o inconsciente dentro de nós.<sup>59</sup>

---

<sup>59</sup> A dinâmica da transferência 1911-13, pg. 105-106

### 3.

#### **O sujeito da história pública, ou, a história pública do sujeito segundo Marx: uma reconstituição dialética do método material-dialético *stricto sensu***

No capítulo precedente, nos dedicamos à fundamentação do objeto da investigação psicanalítica, sob a reivindicação de reconstituir historicamente a Psicanálise enquanto método material-dialético. Em sentido *lato*, entendemos por método material-dialético a práxis edificada e desenvolvida, por um lado, a partir da interação mundana entre teoria e prática, da qual uma técnica eficaz de interpretação é originada, e por outro, com vistas à superação das condições obstantes à emancipação do objeto investigado. Como culminância do trabalho realizado, obtivemos que o sujeito privado em devir não encerra-se em sua privacidade, o que deverá ser corroborado complementarmente mediante a demonstração de que a história pessoal está condicionada à história da classe da qual ele é herdeiro, por intermédio da família. A *aparente condição de objeto histórico* sob a qual o objeto psicanalítico se manifesta espontaneamente à superfície é determinada, de modo extrínseco, pela *condição histórica primordial e superior* a partir da qual o sujeito que o investiga se desloca. Não fosse o neurótico singular neurótico em coletivo “por natureza”, isto é, não estivesse a história privada intimamente relacionada à história pública, à luta de classes, o objeto não seria capaz de manifestar-se fenomenicamente e o sujeito, portanto, de investigá-lo.

O fato de que o analista tende a partir de condição econômico-social privilegiada, visto ser imprescindível ao exercício da Psicanálise que seu sujeito disponha de recursos sócio-culturais em quantidade e qualidade relevantes, não implica que o neurótico singular pertença a classe social diversa, oposta ou inferior à sua. Em contrapartida, o fato de que a adesão do *objeto psicanalítico* ao tratamento é ao contrário ensejada pelo direito formal e acesso efetivo - compartilhados com o *sujeito psicanalítico* - à herança de classe dominante, e de que ele tende portanto a basear-se justamente na condição de *sujeito público hegemônico* que determina, em última instância, a condição subjugada de seu Eu, não o dota contra o ímpeto implacável da legislação libidinal proveniente da pré-história psíquica, nem tampouco contra o jugo da legislação moral advinda da história social da família e do Estado. O direito instituído - privado ou público - constitui não o fundamento do

conflito originário em que aquelas forças co-atuam, mas antes, um seu produto explícito, tanto quanto uma ferramenta adaptada à função de perpetuá-lo e contê-lo em seus excessos, de modo retroativo.

Da admissão de que o objeto investigado pelo método material-dialético vem a ser o sujeito da história apenas *mediante investigação e técnica* rigorosamente executadas por um sujeito que vem a ser, *por este mesmo meio*, sujeito da investigação dialética, decorre que aquela *condição histórica primordial superior*<sup>60</sup>, intrínseca ao “sujeito abstrato”<sup>61</sup> e contraposta ao concreto devir-sujeito do objeto, só pode ser superada com base no campo teórico-prático estrito nascido no cerne desta relação. No âmbito privado, como vimos, trata-se do campo clínico-transferencial e no âmbito público, como veremos, do campo político-partidário.

O campo político-partidário em sentido estrito coincide com o próprio partido classista revolucionário em formação - o Partido Comunista. Em sentido mais amplo, e menos próprio, estende-se ao lugar oficial de disputa entre os partidos - o Parlamento -, em que as divergências entre os interesses econômicos das classes sociais são atenuadas e distorcidas mediante o jogo das aparências e representações, regido em última instância pelas classes dominantes. Do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora, o Parlamento deve figurar ao PC mais como índice do jogo de forças materiais atuantes na realidade, e como um meio superficial e limitado de exprimir e articular politicamente as suas próprias, do que como base da ação consciente que visa transformá-la, o que significa que o Partido deve usufruí-lo enquanto instrumento acessório e não, que deva eximir-se à atuação parlamentar, vez que o Poder Legislativo é constitutivo da [superfície] da realidade e que a luta de classes deve infiltrar todas as suas camadas. Nesse sentido, o Parlamento constitui não o campo teórico-prático mais próprio à ação do sujeito revolucionário, mas uma ferramenta de reação, conservação e defesa do sujeito enraizado em condição histórica superior. Mediante a práxis, e sob certas circunstâncias, pode-se apropriar de uma ferramenta historicamente constituída e ressignificar seu uso, à diferença de uma condição histórica primordial, indisponível ao manejo técnico imediato.

---

<sup>60</sup> A condição econômica que sustenta o sujeito hegemônico - o Super-Eu, no âmbito privado, e a classe burguesa, no âmbito público.

<sup>61</sup> Cf. Introdução, especialmente a N.3 e 4, em que se estabelece a origem social concreta do “sujeito abstrato”

Levando-se em conta a natureza instrumental do Parlamento, bem como o lugar superficial e em certa medida acessível que ocupa na realidade, não surpreende que a primeira grande manifestação consciente, autônoma e organizada do proletariado tenha sido conduzida mediante sua utilização. Se o ludismo consistiu na expressão espontânea e irrefletida de um sujeito que apenas nascia<sup>62</sup>, o cartismo reflete o primeiro esforço consciente do sujeito em devir no sentido de representar e superar concretamente as condições materiais de sua *miséria hereditária*.

Não começaremos, no entanto, do “início”; já sabemos que o passado não é propriamente a causa do presente, bem como que o futuro não é deste o efeito, isto é, que a história não é nem um mecanismo lógico abstrato, nem um encadeamento linear de fatos empíricos, mas uma estrutura dinâmica cuja base material é encoberta justamente pelos eventos e representações explícitos que a manifestam, de modo distorcido, à superfície. Para acessar o passado e interpretar o presente de modo adequado e efetivo é preciso, antes de tudo, pressupor o primeiro como conteúdo implícito na forma histórica atual, da qual a investigação deve necessariamente partir se tem por meta subvertê-la de fato e não, justificar sua conservação. Uma análise dos fenômenos sociais e políticos passados (indisponíveis à consciência) previamente postos como dados encerrados em si que operasse via descrição cronológica e à luz da perspectiva institucional (formal), isolando-os, destarte, da base econômica em cuja superfície a dinâmica originária que os fundamenta e entrelaça é refletida indiretamente, não nos conduziria à compreensão ulterior do presente (*status quo*) em sua profundidade histórica, mas antes, ao retrocesso conceitual, ou seja à representação planificada, estática e anacrônica da realidade, ao arrepio do método.

### 3.1

#### **A luta de classes *stricto sensu*<sup>63</sup> enquanto fundamento do antagonismo político-ideológico explícito entre burguesia e proletariado no campo institucional**

<sup>62</sup> A classe proletária em sentido estrito, isto é, a classe trabalhadora formada a partir da formação do proletariado fabril na era do capitalismo industrial

<sup>63</sup> As lutas de classe em sentido estrito remetem especificamente ao embate econômico entre a classe exploradora e a classe explorada tal como configurado a partir da era do capitalismo industrial nas sociedades propriamente capitalistas, em que o proletariado e a burguesia já se encontram estabelecidos enquanto classes sociais definitiva e explicitamente antagônicas, a partir de cuja relação a defesa dos interesses de cada qual é representada institucionalmente na luta entre direitos trabalhistas e direitos empresariais (salário x lucro). Cf. *Trabalho assalariado e capital*

A revolução de fevereiro de 1848 na França marcou a vitória política da burguesia industrial sobre a aristocracia financeira e agrária, não tendo porém suprimido o poder econômico concentrado nesta facção da classe burguesa detentora, não apenas de vastas dimensões territoriais *in natura* e de minas de carvão e ferro - matérias-primas de cujo abastecimento a expansão da grande indústria dependia -, como também, mediante crédito, sonegação, fraude e especulação, dos direitos sobre o tesouro e sobre os gigantescos meios de comunicação terrestre constitutivos da infraestrutura do Estado - as ferrovias.

Se por um lado os trabalhadores urbanos em geral - e os pequenos-comerciantes e mestres de ofício em particular - não podiam associar diretamente a piora de suas condições de vida e de subsistência à crise mundial do comércio de 1847 e à expansão global da grande indústria mecanizada, visto que a crise política assumia, como sempre na França, o primeiro plano, era ainda menos nítido, por outro, o papel antagônico que a enxuta burguesia industrial nacional em ascensão, rebento infinitésimo da pequena indústria manufatureira em obsolescência, desempenhava em relação ao também enxuto proletariado industrial de Paris, em segundo plano às vésperas da revolução. Os camponeses, por sua vez, se viram defrontados explicitamente com o conteúdo econômico do antigo conflito com os velhos senhores e absorviam, segundo seu ponto de vista, todas as más consequências da revolução, contra a qual finalmente se puseram pela via do sufrágio universal<sup>64</sup> acreditando que com isso combatiam seus algozes de sempre, supostamente destronados em fevereiro<sup>65</sup>. E como, de fato, o Estado Republicano burguês conservava aos últimos sob seu abrigo e refúgio, sendo inclusive seu refém, os camponeses estavam em parte com a razão ao rebelarem-se eleitoralmente em dezembro de 1848 contra a República e a favor do Bonaparte imaginário<sup>66</sup>, tanto quanto o proletariado em geral, que por sua vez depositou o seu voto de rebeldia não contra o fato da República, mas contra o direito de controle do Estado pela burguesia republicana e a violência repressiva de seu general burguês<sup>67</sup>; não a favor do futuro Imperador charlatão e de sua megalomania autobiográfica, mas a favor

---

<sup>64</sup> Eleições de dezembro de 1848, segunda república francesa.

<sup>65</sup> Derrubada da monarquia de julho

<sup>66</sup> Eleito presidente da segunda república nas eleições de dezembro

<sup>67</sup> Louis-Eugene Cavaignac, que sufocou, na qualidade de chefe do executivo nomeado pela Assembleia Nacional Constituinte, as revoltas de junho.

do sufrágio universal e do “direito ao trabalho” - a favor portanto da liberdade política abstrata e do direito concreto à sua escravização econômica pelo capital. O que os trabalhadores franceses em geral - e o proletariado industrial em particular, excetuados os seus líderes mais esclarecidos - não podiam enxergar com clareza, naquele momento, é que a contradição de interesses operante internamente entre as facções da burguesia não suplantava, em quantidade ou qualidade, a contradição subjacente à relação desta classe social com as demais; apenas, a última estava encoberta sob o véu parlamentar enquanto a primeira, transparecia. A maturação deste ensinamento, refletido na consciência do proletariado nacional enquanto classe autônoma desde a experiência carnal da derrota de junho, culminaria mais tarde, em forma política e condição econômica porém ainda prematuras - como verificar-se-á a posteriori -, na Comuna de Paris.

O proletariado industrial de Paris manifestou-se pela primeira vez em oposição direta e explícita à nascente burguesia industrial nacional em junho de 1848. Em fevereiro do mesmo ano, manifestava-se contra a monarquia burguesa, seus banqueiros, especuladores e donos de terras, e reivindicava ao Governo Provisório - recém estabelecido como culminância da luta revolucionária vitoriosa que acabara de travar contra a monarquia burguesa - o sufrágio universal e a proclamação de uma República social, isto é, de uma República que atendesse a seus interesses econômicos e políticos e portanto, de uma República cujas instituições e postos principais fossem concebidos e ocupados por representantes diretamente eleitos pelo povo. Em maio, foi traído por um complô originado no seio da pequena-burguesia democrática, representada pela Montanha, partido este que reuniu-se no final das contas em torno da contra-revolução da classe burguesa conjunta sob o mote republicano, ou seja sob o discurso parlamentar dos representantes da burguesia industrial que precisava, por sua vez, adaptar os velhos proprietários do conteúdo do Estado à nova forma de governo imposta pelo novo momento econômico e político sem perder o controle sobre sua administração. O proletariado industrial de Paris, isto é, o proletariado revolucionário da França havia portanto sofrido uma trágica derrota no momento em que vinha ao mundo. Ainda que momentaneamente tarde, todavia, tornava-se visível aos olhos da população urbana em geral - e dos artesãos e companheiros de ofício em particular - quem era seu verdadeiro inimigo e quem, o único aliado capaz de liderar sua derrubada. E isto, tanto mais quanto mais a concentração dos meios de produção, o progresso

técnico das forças produtivas, o revolucionamento da divisão do trabalho e do modo de produção, e a concorrência com o grande capital comercial e industrial (capital mundial) os empurrava àquela mesma condição de trabalhadores assalariados - de proletários, portanto.

Uma classe na qual os interesses revolucionários da sociedade se concentram encontra, no momento em que ascende, diretamente em sua própria condição, o conteúdo e o material de sua atividade revolucionária: abater inimigos e adotar as medidas exigidas pela necessidade da luta; são as consequências de seus próprios feitos que a impulsionam a prosseguir. Ela não faz investigações teóricas sobre a tarefa que lhe cabe. Contudo, a classe operária francesa ainda não tinha chegado a esse ponto; ela ainda era incapaz de realizar a sua própria revolução.<sup>68</sup>

Deve-se entender por burguesia nacional ou grande burguesia francesa nascente a classe dos capitalistas industriais e comerciais oriundos da indústria manufatureira desenvolvida, que neste estágio já extrapola os limites regionais e quiçá nacionais do comércio, entrelaçando diferentes ramos da produção de mercadorias voltadas à exportação. Do ponto de vista material-histórico (econômico-social), a manufatura configura o último estágio de organização da indústria pré-capitalista, isto é, do modo de produção industrial ainda não fundamentalmente baseado na maquinaria e não inteiramente unificado, abrigado ou reunido, segundo os ramos de produção, no interior de espaços fabris mecanizados, integrados entre e intra si em função orbital tanto do produto final quanto da própria máquina motriz - como já era o caso da indústria inglesa<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> As lutas de classes na França, pg. 36

<sup>69</sup> Em sentido estrito, só se pode falar em grande burguesia nacional uma vez que a indústria mecanizada tenha instituído sua hegemonia doméstica e que o modo de produção predominante no período anterior tenha sido dialeticamente superado (mediante a conservação de seus resquícios extemporâneos, conforme a contraditória regra histórica), de sorte que a divisão do trabalho consoante à tendência global do modo de produção capitalista propriamente dito esteja consolidada internamente, servindo de base à etapa seguinte. Isso porque, a ascensão definitiva da burguesia ao poder político passa necessariamente pelo crescimento econômico acelerado de sua facção mais progressista (a burguesia industrial), crescimento este dependente por sua vez da incorporação incessante do avanço tecnológico ao conjunto dos meios de produção. Quanto maior e mais forte se torna a burguesia industrial de um país tanto mais irresistivelmente ela tende à internacionalidade e portanto, tanto mais o capital industrial nacional é financeirizado e a produtividade fabril - excetuada a que concerne à indústria armamentista - é sacrificada, não tendo outra raiz o caráter apátrida e parasitário dos gigantescos monopólios internacionais, formados como culminância intrínseca e implacável do processo histórico de acumulação capitalista. Quanto à exceção bélica referida, nos reportaremos em momento oportuno, quando a perspectiva topológico-dinâmica (geográfico-política) tenha se expandido e aprofundado o suficiente a ponto de corroborar a fundamentação econômico-estrutural do imperialismo monopolista no século XX sobre a base da divisão internacional do trabalho.

A Inglaterra, onde tem origem a Revolução Industrial e onde, na esteira de seu desenvolvimento, o antagonismo entre burguesia industrial e proletariado industrial se explicita em primeiro plano rápida e radicalmente, conforme a produtividade do trabalho fabril é multiplicada e a superexploração capitalista do operário e de sua família é impudentemente exposta no entorno dos grandes centros urbanos<sup>70</sup>, cada vez maiores, mais numerosos e populosos, é também o lugar em que pela primeira vez na história a consciência de classe autônoma do proletariado revolucionário refletiu-o enquanto poderosa força social. Contudo, não se impunha pela via propriamente revolucionária ainda, isto é, não era guiada por um programa de destruição da base capitalista do Estado burguês e com base em um partido operário politicamente unificado, publicamente constituído<sup>71</sup>, ideologicamente consistente e responsável, e designadamente comunista<sup>72</sup>, mas já com base em associações de operários industriais sindicalizados, todavia organizadas ideologicamente em torno de princípios democráticos reguladores do trabalho e da vida parlamentar de todo conformados, desta feita, à perspectiva burguesa da economia e à dinâmica institucional operante na superfície do regime político burguês. Embora o teor reformista de suas reivindicações não permitisse ao potencial revolucionário do movimento cartista se concretizar em Partido da Revolução, visto que, ao operar estritamente pelo Parlamento, legitimava incondicionalmente sua autoridade formal, a pressão coletiva e coesa da massa de trabalhadores ingleses pela reformulação do conteúdo essencialmente privativo daquela instituição, mediante a implementação do sufrágio universal e do voto secreto, já ensaiava a necessidade de uma intervenção política direta sobre a base material sustentadora da forma legislativa do Estado. Uma legislação trabalhista verdadeiramente observante e representativa dos interesses econômicos do proletariado inglês, o qual essencialmente fabril, só poderia vir à luz e ser executada uma vez que os proletários pudessem eleger quem a concebesse e aprovasse e portanto, uma vez que pudessem ser eleitos.

Na Alemanha, a revolta dos tecelões da Silésia assinala, por um lado, a precariedade das condições de subsistência dos operários e pequenos agricultores,

---

<sup>70</sup> Cf. Engels, a situação da classe trabalhadora na Inglaterra

<sup>71</sup> para além das sociedades secretas

<sup>72</sup> O que de fato não era possível uma vez que o comunismo, enquanto diretriz ideológica e prática do proletariado revolucionário internacional, ainda não havia sido instituído cientificamente, o que só ocorreria a partir da publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848

inesperadamente deparados com a nova forma de organização do trabalho responsável, por sua vez, pela obsolescência acelerada da produção baseada na propriedade feudal, e por outro, a natural “despolitização” da recém surgida classe proletária alemã, em grau de organização e consciência social ainda primitivo<sup>73</sup>. O atraso alemão em relação ao avanço extraordinário da indústria mecanizada europeia e norte-americana, avanço este promotor de novas formas de governo adequadas à consolidação econômica do capitalismo industrial e política da burguesia impunha a esta classe, então tardiamente constituída, a precoce condição de classe reacionária. Do ponto de vista econômico, não foi o nacionalismo progressista burguês que, inspirado nos modernos Estados nacionais, fomentou a industrialização alemã, e sim, a incipiência da indústria alemã que fortaleceu o nacionalismo conservador: a Alemanha industrializou-se por medo de desintegrar-se, e unificou-se por medo de sucumbir diante do novo modo de produção que se expandia extraterritorialmente. A depender da burguesia liberal, o avanço da indústria podia esperar até o sufocamento definitivo das revoltas populares pelo exército prussiano. E a burguesia industrial-liberal não apenas esperou até que a violenta supressão da ameaça proletária e das aspirações liberais da pequena-burguesia democrática fosse concluída, qual lhe fossem alheias, como aderiu, no final das contas, à contra-revolução monárquico-feudal, satisfazendo-se por ora mediante o lucrativo e isento investimento na expansão integrada do sistema ferroviário. Enquanto a unificação política da Alemanha era adiada sob a pressão extemporânea da nobreza fundiária reunida, sua unificação territorial era acelerada sub-repticiamente pela paciente e ociosa burguesia industrial, que concretizava como que por acidente a integração do solo sobre o qual se alçaria ao poder. Como esperado, no entanto, a unificação econômica alemã, em curso desde a união aduaneira de 1832 não culminaria, em 1871, no surgimento da primeira república alemã consequentemente à recém instituída terceira república na França, e sim, “ao contrário”, na ascensão oficial do pangermanismo ao poder do recém fundado Estado-nação alemão, contemporaneamente à dissolução do segundo império francês, já desgastado em solo nacional devido à impostura anacrônica de seu protagonista. Se por um lado a burguesia liberal da Alemanha não alcançaria em

---

<sup>73</sup> Na medida da incipiência da economia capitalista industrial e da quase inexistência de condições sociais favoráveis à sua organização e conscientização políticas enquanto classe subjugada pelo capital.

1871 nem mesmo o estágio social primário de desenvolvimento da burguesia francesa de 1789, historicamente progressista, por outro, sucedeu no usufruto furtivo da Revolução Industrial sem desgastar “antecipadamente” a forma de governo mais própria e expressiva de sua dominação econômica, a saber a República parlamentarista, tão longe ainda de nascer na Alemanha sobremaneira filosófica, principesca e reacionária de 1848, quanto de ser sepultada na Paris deveras política e revolucionária de 1871<sup>74</sup>.

### 3.2

#### **A internacionalidade da classe proletária e a luta internacional de classes**

##### 3.2.1

##### **A Comuna de Paris**

Assim como eles (os social-democratas alemães)<sup>75</sup>, nós saudamos o advento da República na França, mas ao mesmo tempo trabalhamos com suspeitas que, assim esperamos, provar-se-ão infundadas. Essa República não subverteu o trono, mas apenas tomou o seu lugar, que havia vacado. Ela foi proclamada não como uma conquista social, mas como uma medida nacional de defesa. Ela está nas mãos de um Governo Provisório composto, em parte, por notórios orleanistas, em parte por republicanos da classe média, sobre alguns dos quais a Insurreição de Junho de 1848 deixou seu indelével estigma. A divisão do trabalho entre os membros desse governo parece desconfortável. Os orleanistas apoderaram-se dos baluartes do exército e da polícia, enquanto aos republicanos confessos couberam os departamentos de discursos. Algumas de suas primeiras ações demonstram que eles herdaram do império não apenas ruínas, mas também seu pavor da classe trabalhadora. Se impossibilidades eventuais são prometidas em nome da República com uma fraseologia feroz, isso não se dá com vistas a preparar o alarido por um governo “possível”? Não está a República, por parte de muitos de seus agentes da classe média, destinada a servir como um mero tampão e uma ponte para uma restauração orleanista?<sup>76</sup>

O fato de que a deposição de Napoleão III e a proclamação da terceira república francesa não bastaram para pôr fim à Guerra Franco-Prussiana não causa surpresa. Já sabemos que os interesses dos governantes, isto é, das classes dominantes em cada nação, especialmente quando se trata de nações dominantes no cenário econômico e político internacional, conflitam em primeiro lugar com os interesses da classe proletária nacional, e apenas secundariamente com os interesses

---

<sup>74</sup> Comuna de Paris. Cf. Guerra civil na França

<sup>75</sup> Acréscimo nosso

<sup>76</sup> Guerra civil na França, pg 32

das classes dominantes de outros países. Isto é ilustrado repetidamente pela história, nos momentos em que, ameaçada pela classe proletária, a burguesia se une à reação, seja nacional ou internacional, dinástica, monárquica, imperial.

A classe trabalhadora francesa se move, portanto, sob circunstâncias de extrema dificuldade. Qualquer tentativa de prejudicar o novo governo na presente crise, quando o inimigo está prestes a bater às portas de Paris, seria uma loucura desesperada. Os operários franceses devem cumprir seus deveres como cidadãos, mas, ao mesmo tempo, não se devem deixar dominar pelos souvenirs nacionais do Primeiro Império. Eles não têm de recapitular o passado, mas sim edificar o futuro. Que eles aperfeiçoem, calma e decididamente, as oportunidades da liberdade republicana para a obra de sua própria organização de classe. Isso lhes dotará de novos poderes hercúleos para a regeneração da França e para nossa tarefa comum – a emancipação do trabalho. De seus esforços e sabedoria depende o destino da República.<sup>77</sup>

Por mais que a experiência fracassada de 1848 tenha tornado o proletariado francês mais astuto, consciente e politizado, de modo que soubesse que não poderia tomar e manter o poder político em Paris, em 1871, se não pela força das armas, a conturbada situação econômica e militar nacional se sobrepunha à sua consciência de classe, de modo algum suficiente para sustentar a revolução por muito tempo. Mesmo assim, as reivindicações da Comuna explicitaram que se tratava de uma revolução baseada no método marxista, isto é, que se tratava de uma revolução do proletariado contra a burguesia, pois iam na direção de intervir na base econômica do sistema capitalista na França. A propriedade burguesa deveria passar às mãos dos trabalhadores, que deveriam se organizar em cooperativas; a igreja deveria separar-se do Estado, por ser assunto de “foro íntimo”; a educação deveria ser acessível a todos os cidadãos, e deveria estar desvincilhada de preceitos religiosos; a administração pública deveria ser conduzida por cidadãos eleitos pelo povo, mediante sufrágio universal, os quais poderiam ser substituídos a qualquer momento, desde que o povo assim o decidisse. Diferentemente de 1848, a revolução de 1871 não fracassou por excesso de confiança do proletariado na pequena-burguesia democrática e na burguesia liberal, e sim por inferioridade de força física e bélica diante das classes dominantes.

### 3.2.2

---

<sup>77</sup> Guerra civil na França, pg 32

## **A concepção permanentista da revolução proletária mundial à luz do desenvolvimento das lutas de classes na Rússia. Corroboração prévia e retroativa respectivamente à compreensão da Revolução Russa de 1917 e das revoluções proletárias de 1848**

Até mesmo a primeira *revolução socialista*<sup>78</sup> da história semeou no próprio ventre seu algoz reacionário, pois até mesmo ou, principalmente as rupturas radicais, na medida em que liberam forças de há muito reprimidas, obedecem à implacabilidade da legislação econômica fundamental em que necessariamente se baseiam ainda que visando destruí-la: aquela constituída como produto essencial da dialética-material estruturante da realidade pública. A figura pessoal de Stalin e sua anômala atuação política não devem, segundo este paradigma mais ou menos abstrato, ser confundidas ao lugar e ao estágio histórico a partir dos quais o antígeno inconfundível do *sujeito revolucionário* se disseminou com relativa facilidade, até levá-lo inevitavelmente a coma, o que por outro lado não significa que se deva subtrair à análise profunda da burocratização do Estado Soviético sua personificação excêntrica, concreta e superficial. Não porém é chegado o momento de fundamentar o fenômeno da Revolução Russa à luz do método do qual ela é a culminância fática, sendo que tampouco nos podemos furtar do recurso provisório à situação que melhor ilustra e corrobora nossa hipótese central, qual seja, a de que o objeto da investigação teórica vem a ser o sujeito prático da história na medida em que este se torna o sujeito consciente da ação transformadora da realidade.

Por ora, a prévia corroboração referida dar-se-á pela via negativa, o que torna tanto mais eficiente a análise retroativa da situação política da classe trabalhadora europeia entre 1848 e 1850, na medida em que traduz certos

---

<sup>78</sup> Distinguímos Revolução Socialista de Revolução proletária do ponto de vista técnico e em observância dos efeitos históricos palpáveis, e não apenas da acuidade ideológica dos movimentos levados a cabo. Por outro lado observamos, sempre com base na obra de Marx, que o desenvolvimento da consciência e da potência política do proletariado revolucionário necessariamente acompanha e, em certo sentido, é ensejado pelo contexto político e econômico, tanto nacional como internacional; mais ainda, a situação econômico-dinâmica de um país só pode ser *plenamente* apreendida no contexto geral do imperialismo (capitalismo mundial), o que de modo algum significa que não seja possível realizar uma análise adequada da situação econômica e política nacional sob determinado escopo (Cf., a esse respeito, a crítica leninista da incompreensão teórica dos narodniks no que tange a produção capitalista em geral, da qual deriva sua incapacidade de apreender a situação específica da economia russa -tem 4.2) . Nesse sentido, recusamos a tese stalinista do “socialismo em um só país”, bem como o chamado “etapismo”, a ser ainda investigado. Cabe contudo antecipar que a “tese da revolução por etapas”, nos termos propostos por Stalin é usada como recurso discursivo-ideológico que visa fundamentar a capitulação político-prática do movimento revolucionário internacional mediante a deturpação oportunista da práxis-filosófica leninista, e portanto dos próprios fundamentos teóricos mais elementares do *marxismo*, que equivale ao *comunismo* em sua inteireza semântica e epistemológica.

“fracassos” aparentemente acidentais do proletariado revolucionário e certas decisões “isoladas” e “irrefletidas” da social-democracia de então em efeito de ações e de forças reacionárias irresistíveis que derivam justo das condições históricas criadas pelo avanço do movimento operário, o qual por sua vez acompanha e reflete o avanço global do capitalismo. O reformismo da pequena-burguesia parlamentar, especialmente a francesa, já em meados do século XIX explicitava-se insustentável do ponto de vista político pois a afastava da base social efetivamente capaz de lhe servir como apoio, haja vista que as reivindicações econômicas com que de tempos em tempos atraía para si os trabalhadores da indústria só eram timidamente pautadas pela classe dominante quando drasticamente adaptadas ao regime do capital. O método de Marx, enquanto método material-dialético opera, como sabemos, dialeticamente, ou seja, retroage sobre o objeto, dá forma à sua matéria, e ressignifica seu conteúdo. Em termos concretos: a classe proletária que derrubou o absolutismo czarista e instituiu o governo operário na Rússia é o estágio mais avançado de organização política já atingido pela classe proletária internacional, naturalmente internacionalista. O fato de que o proletariado realizou-se pela primeira vez enquanto classe *soberana* num país ainda monárquico e predominantemente rural, onde nem em abstrato “liberdade” havia - até porque de fato não há na história registro de liberdade abstrata senão na República burguesa -, deixa de espantar a reflexão histórica honestamente interessada em apreender o caráter universal das lutas de classes à luz do método marxista, e vice-versa, quando ela leva em conta que a experiência anterior das sucessivas derrotas sofridas pela classe proletária em países altamente industrializados fora adquirida não por uma outra classe, e sim outrora e alhures pela mesma classe, aquela composta de proletários de todo o mundo, agora de um lado mais experiente e revitalizada e de outro, prevenida e plenamente lúcida.

### 3.3

#### A “peculiaridade” social e econômica da Rússia

A abolição da servidão em 1861 pela coroa russa deflagrou o processo de ruína do pequeno camponês, na medida em que a indenização concedida à nobreza agrária para compensar a restrição formal de sua capacidade de acumulação primitiva se efetivou sobre o endividamento e expropriação da baixa classe camponesa, alijada assim da capacidade e dos meios para produzir e reproduzir sua

existência. A propriedade comunal russa, dir-se-ia, teria permitido à classe camponesa escapar parcialmente ao êxodo rural e ao enfraquecimento de seu “espírito de coletividade”, opondo certa resistência à nova divisão do trabalho instaurada no campo a partir da reforma liberal de Alexander II. O fim da servidão na Rússia não constitui porém, como na Europa Ocidental, em especial na Inglaterra, um produto progressista da superação burguesa do modo de produção feudal, e sim representa a reação monárquica contra os resquícios “modernos” da comuna “arcaica” em favor da modernização da economia, e assim da modernização da sociedade como um todo. Os resquícios modernos da comuna arcaica, isto é, a pequena propriedade individual que tende a submetê-la, configuram o estágio primitivo de desenvolvimento do feudalismo e prenunciam, ao mesmo tempo, o porvir de um novo sistema na Rússia, sistema este que por sua vez já havia alcançado na Europa o seu ápice - o capitalismo. A propriedade feudal é, por um lado, o fruto podre do modo de produção coletivo primitivo e, por outro, a condição germinal do modo de produção coletivo superior que resulta, necessariamente, da aniquilação da propriedade privada dos meios de produção, fundada por seu turno sobre as ruínas do sistema feudal. O comunismo não poderia ser irradiado de local e tempo em que o capitalismo ainda não houvesse nascido, uma vez que a decomposição do último fornece a matéria-prima do primeiro. Onde ainda houvesse propriedade comunal agrícola em plena era do capital industrial mundial, e portanto, onde o capitalismo ainda encontrasse resistências “naturais” a sua implantação, não haveria terreno profundo o bastante para sepultá-lo, ou fértil o bastante para alimentar o seu coveiro.

Abstraindo de todas as más influências vindas de fora, a comuna carrega dentro de si seus elementos deletérios. A propriedade fundiária privada já se imiscuiu na forma da casa com seu quintal rural, que pode se transformar na fortaleza de onde se prepara o ataque contra a terra comum. É o que se viu. Mas o essencial é o trabalho parceleiro como fonte da apropriação privada. Ele dá lugar à acumulação de bens móveis, como, por exemplo, de animais, de dinheiro e às vezes até de escravos ou de servos. Essa propriedade móvel, que não pode ser controlada pela comuna, sujeita a trocas individuais (nas quais a falcatura e o revés têm vida fácil), terá cada vez mais peso em toda a economia rural. Aí está o solvente da igualdade econômica e social primitiva. Ele introduziu elementos heterogêneos, provocando no seio da comuna conflitos de interesses e de paixões, convenientes para apossar-se primeiro da propriedade comum das terras cultiváveis, em seguida da propriedade comum das florestas, pastagens, terras ociosas etc.,

que, uma vez convertidas em anexos comunais da propriedade privada, cairão em seu poder no longo prazo. Como última fase da formação primitiva da sociedade, a comuna agrícola é, ao mesmo tempo, fase de transição para a formação secundária e, portanto, transição da sociedade fundada sobre a propriedade comum para a sociedade fundada sobre a propriedade privada. A formação secundária, entenda-se bem, abrange a série das sociedades baseadas na escravidão e na servidão<sup>79</sup>

A despeito contudo das intenções sociais “apaziguadoras” mais ou menos inconscientes pelas quais o monarca absoluto era movido ao implementar a nova regra fiscal, a “libertação” oficial do trabalho no campo e a consequente desagregação da propriedade comunal promoveram o êxodo rural e a exaltação dos ânimos populares. Pois um migrante camponês que a tudo perdeu tende a se tornar um proletário urbano sem nada a perder, tanto quanto, em larga escala, uma massa faminta de camponeses empurrados às periferias dos centros urbanos em desenvolvimento tende em parte a ser absorvida pela indústria nascente, e em parte a engrossar a camada de cidadãos vagabundos que tanta piedade inspira à *intelligentsia*, a ponto de levá-la a apoiar bucolicamente o seu regresso ao campo mediante a restauração do estado pacífico de coisas que outrora reinava lá como na cidade. Seu enfraquecimento enquanto classe, diriam os populistas, não decorria do fato de que foram expropriados pelos grandes proprietários de terra, sob o amparo e decisão do Estado russo, e sim, de que não haviam atingido determinado grau de consciência social que os habilitasse à administração e ao cultivo adequados da comuna agrícola. Caberia assim aos intelectuais russos o fomento da unidade política e da “potência revolucionária latente no espírito camponês”. No entanto, não levaram em conta o fato de que foi justamente o fim da servidão que aguçou as desigualdades sociais no interior da classe camponesa, impossibilitando que a comuna agrícola se mantivesse sob o governo de seus representantes “orgânicos” e no interesse da maioria empobrecida, forçada com isso a vender sua força de trabalho à nova classe de capitalistas que se constituía no campo. O fato de o último estágio da comuna primitiva coexistir com o primeiro estágio de acumulação privada de terras na Rússia não ensejava uma sobrevida ao modo de produção comunal anterior à servidão, e sim uma ameaça à sobrevivência de sua forma atual - a comuna agrícola -, já bastante deteriorada no contexto do capitalismo global.

---

<sup>79</sup> Lutas de Classes na Rússia pg 72

Apenas tendo sido aniquilada a propriedade privada dos meios de produção nos países onde o sistema capitalista de produção já estivesse deteriorado, poderia a propriedade comunal russa evoluir gradualmente a propriedade comunista.

Uma circunstância muito favorável do ponto de vista histórico à conservação da “comuna agrícola” pela via do seu desenvolvimento ulterior consiste em que ela não só é contemporânea da produção capitalista ocidental – podendo assim se apropriar dos frutos sem se sujeitar ao seu *modus operandi* –, mas também sobreviveu à época em que o sistema capitalista se apresentou ainda intacto, em que ela o encontra, pelo contrário, na Europa ocidental, assim como nos Estados Unidos, em luta contra as massas trabalhadoras, contra a ciência, contra as próprias forças produtivas que engendra – em suma, ela o encontra numa crise que terminará com a sua eliminação, com o retorno das sociedades modernas a uma forma superior de um tipo “arcaico” da propriedade e da produção coletivas<sup>80</sup>

A expectativa otimista dos *narodniks*, expressa na consideração da comuna rural russa enquanto possível base de resistência revolucionária ao avanço da concentração de terras não se justificava, portanto. Uma revolução camponesa não poderia deflagrar a revolução socialista na Rússia a partir da comuna rural na medida em que esta se tornava a cada dia mais insustentável, e que o pequeno camponês já não podia extrair dela seu sustento, e não na medida em que a revolução socialista deve necessariamente basear-se no último estágio histórico de desenvolvimento atingido pelo modo de produção capitalista e ser conduzida pelo proletariado industrial para realizar efetivamente o socialismo - o que não obstante é fato. A fundamentação da hipótese dos populistas russos (adeptos do “socialismo agrário”) de que a classe camponesa poderia vir a ser poupada do sangrento processo histórico geral segundo o qual ela se destinaria à extinção social, não encontra no *artel*<sup>81</sup> uma base de sustentação prática, e sim um ideal abstrato em tese capaz de facilitar por si mesmo a transição econômica do modo de produção coletiva baseado na pequena propriedade privada individual, a um modo de produção coletiva superior, baseado na propriedade comum dos meios de produção. No entanto, o “povo russo”, isto é, a massa de camponeses, não se identificava com o ideal socialista de posse comum da terra, desenterrado pela *Vontade do Povo*, e

---

<sup>80</sup> Lutas de classes na Rússia, pg.62

<sup>81</sup> Forma de associação econômica de cooperação entre pequenos produtores

sim aspirava à elevação social mediante o acúmulo primitivo de terras, com base no qual as relações servis de produção de fato se desenvolvem.

De fato: jamais e em lugar nenhum o comunismo agrário advindo da sociedade gentílica desenvolveu a partir de si mesmo algo distinto de sua própria desagregação. A própria comunidade camponesa russa já era em 1861 uma forma relativamente enfraquecida desse comunismo; o cultivo comum do solo que ainda existia em regiões isoladas da Índia e nas cooperativas domésticas eslavas meridionais (*zadruga*), a provável matriz da comuna russa, teve de ceder seu lugar ao cultivo promovido por famílias individuais; a propriedade comum só vigorava ainda nas redistribuições do solo que, de qualquer modo, eram repetidas em diferentes períodos, dependendo da localidade. Essas redistribuições precisam tão somente parar de acontecer ou ser abolidas por decreto que estará constituído o povoado formado por agricultores parceleiros. Porém, o simples fato de que, ao lado da comunidade camponesa russa, a produção capitalista na Europa ocidental simultaneamente se aproxima do seu ponto de ruptura e já aponta para uma nova forma de produção, na qual os meios de produção são empregados do modo planejado como propriedade social<sup>82</sup> – esse simples fato não é capaz de proporcionar à comuna russa a força para desenvolver a partir de si mesma essa nova forma de sociedade. Como ela poderia apropriar-se, enquanto propriedade social e instrumento, das gigantescas forças produtivas da sociedade capitalista antes mesmo de a sociedade capitalista ter consumado essa revolução? Como a comuna russa poderia mostrar ao mundo como se opera a grande indústria visando à contabilidade comum depois de ter desaprendido a cultivar seu solo?<sup>83</sup>

Segundo Marx, e segundo a própria lógica, a bem da verdade, a superação do capitalismo requer a existência prévia da forma capitalista de propriedade, de modo que, ao contrário de condicionar “naturalmente” o salto “revolucionário” do modo de produção parceleiro a um modo de produção e de apropriação comum superiores, em detrimento da superação dialética do modo de produção baseado no capital agrário primitivo - como queriam os *narodnik* -, a sobrevivência da propriedade comunal russa estaria necessariamente condicionada pela revolução socialista internacional, a qual por sua vez, apenas tendo logrado operar a socialização da propriedade privada capitalista na Europa Ocidental, bem como aniquilar seus resquícios feudais, poderia ensejar a transição econômica da propriedade comunal russa convalescente em direção à forma pós-capitalista de propriedade social. A comuna não seria, nesse caso, a base de uma revolução

---

<sup>82</sup>O ocasional otimismo de Marx nunca é flutuante

<sup>83</sup> As lutas de classes na Rússia pg 86

socialista na Rússia, e sim um dispositivo doméstico suscetível à rápida absorção dos frutos da indústria capitalista mundial mediante o avanço da revolução proletária nos países europeus industrializados, avanço este que segundo a concessão de Marx no máximo poderia encontrar na comuna russa, a posteriori porém, uma base remanescente de apoio à consolidação econômica do socialismo naquele país.

Enquanto não fossem fundados o Estado-Nação Alemão e a terceira República Francesa, não haveria indústria russa, e portanto proletariado nacional. Em contrapartida, enquanto o proletariado industrial não se consolidasse na Rússia, não haveria qualquer possibilidade de aí irromper a revolução socialista, necessariamente anti-imperialista. Ademais, não se deve confundir a culminância nacional da revolução socialista com a culminância internacional do socialismo, isto é, com o início da transição humana do capitalismo ao comunismo e da superação global das sociedades de classes - especialmente quando ela é deflagrada num país pré-capitalista.

Em contrapartida, não é só uma possibilidade, mas uma certeza que, após a vitória do proletariado e a transferência dos meios de produção para a posse comum dos povos europeus ocidentais, os povos que recém sucumbiram à produção capitalista e conseguiram salvar instituições gentílicas ou resquícios destas dispõem, na forma desses resquícios de posse comum e nos hábitos populares que lhe correspondem, de um meio poderoso para abreviar significativamente seu processo de desenvolvimento até a sociedade socialista e resguardar-se da maior parte dos sofrimentos e lutas que nós, na Europa ocidental, só com muito esforço conseguimos superar. Mas, para isso, o exemplo e o apoio ativo do Ocidente até agora capitalista constitui uma condição incontornável. Somente quando a economia capitalista tiver sido superada em sua pátria e nos países em que floresceu, somente quando os países atrasados virem através desse exemplo “como se faz”, como se coloca as modernas forças produtivas da indústria a serviço da coletividade na forma de propriedade social, só então eles poderão encetar esse processo abreviado de desenvolvimento. Poderão assim fazê-lo com êxito assegurado. E isso vale para todos os países do estágio pré-capitalista, não apenas para a Rússia. Porém, na Rússia, será relativamente mais fácil, porque ali uma parte da população autóctone já se apropriou dos resultados intelectuais do desenvolvimento capitalista e, por esse meio, torna-se possível realizar aí, num período revolucionário, a reconfiguração social em simultâneo com o Ocidente.<sup>84</sup>

### 3.4

---

<sup>84</sup> As lutas de classes na Rússia pg. 87

## **A origem da propriedade privada e a acumulação primitiva**

Em termos gerais e pré-históricos, e portanto abstratos<sup>85</sup>, o trabalho tem como condição primordial o meio natural. As comunidades nômades, não assentadas de modo duradouro, e por isso não enraizadas à terra, caracterizam-se pelo não domínio das condições de trabalho imediatamente fornecidas pela natureza. Em contrapartida, a comunidade sedentária surge quando os indivíduos passam a utilizar sua força de trabalho com vistas à apropriação dos meios de trabalho (instrumentos, condições geográficas, técnicas de cultivo) e objetos de trabalho (animais, frutos, água), com o que são criadas as condições para o estabelecimento definitivo de um grupo primitivo - geralmente reunido por laços simples de parentesco - em determinada localidade. Portanto, a escassez de produtos naturais imediatamente disponíveis pela via do trabalho primitivo (caça, pesca, coleta) representa a necessidade de deslocamento e a busca por novos assentamentos, enquanto o domínio das condições naturais - necessário à fixação e à reprodução populacional da comunidade -, mediante a apropriação sistemática dos meios e objetos de trabalho, representa a possibilidade de estabelecimento duradouro de uma comunidade em determinado local. A propriedade comunal coletiva assim surgida torna-se destarte a condição necessária e fundamental de sobrevivência da comunidade sedentária, o senhor imaginário ao qual os indivíduos submetem-se “instintivamente” enquanto participantes e membros.

Na medida em que o modo de produção comunal se aprimora e a divisão do trabalho se aprofunda no interior das comunidades tribais, especialmente através do desenvolvimento técnico da agricultura, é gerado um excedente, isto é, uma certa quantidade de produtos que extrapola as necessidades imediatas de sobrevivência dos produtores e portanto da comunidade como um todo. Eis o que gera a necessidade de contato com comunidades estrangeiras, o que se dá mediante relações de troca de produtos e também mediante guerras. A comunidade formada a partir das ligações religiosas e culturais entre pequenos clãs (famílias) se sujeita então ao governo centralizado dos patriarcas, tornados responsáveis por sua segurança e manutenção, bem como pela gestão de parte do excedente, convertido em fundo comunitário. Parte do produto excedente é administrado em comum pelos

---

<sup>85</sup> Não se pode fugir à abstração quando se trata de considerações acerca da pré-história humana, nem isso representa limitação ou impedimento à reconstituição científica da história econômica.

chefes das famílias dominantes que o colocam a serviço da sobrevivência do todo social - a comunidade maior -, ainda não definido formal e legalmente enquanto tal, ou seja ainda não constituído em Estado. Desta organização social de tipo comunal derivará a servidão interna e a escravização dos integrantes das comunidades conquistadas, levando a um tipo superior de formação econômica que dará origem, por sua vez, a formações políticas e sociais correspondentes destacadas da sujeição à propriedade rural e materializadas na figura de indivíduos reais. que se estabelecem em centros urbanos pré-industriais, constituídos em localidades privilegiadas do ponto de vista das relações comerciais, militares e culturais com outras comunidades.

Nas comunidades que não se depararam com a necessidade “natural” de desenvolverem mecanismos militares, econômicos e políticos de autopreservação, e que estagnaram-se na unidade auto suficiente entre proprietários e propriedade e entre produção agrícola e produção artesanal, a separação entre produtor e meios de produção e entre propriedade comunal rural e propriedade privada urbana não encontrou solo fértil para florescer, de modo que as pequenas aldeias permaneceram como apêndice da propriedade comunal rural, e os produtores mantiveram-se vinculados a ela através do trabalho primitivo. Já nas comunidades onde se deu a divisão do trabalho entre campo e cidade, a terra se torna progressivamente subordinada à cidade, local em que os senhorios estabelecem seu domínio e domicílio com base tanto na propriedade comunal rural, quanto na propriedade privada urbana, surgida por seu turno como culminância da concentração da propriedade comunal rural móvel - os escravos, primeira forma histórica de propriedade privada não derivada diretamente da decadência do modo de produção, reprodução e apropriação comunal originário.

Dependendo da localidade mais ou menos favorável em que as cidades se formam, as sociedades “cidadãs” registrarão um maior ou menor progresso cultural, político e econômico, conforme se aprofunde a divisão do trabalho entre cidade e campo, entre comércio e indústria e, ulteriormente, entre diferentes cidades.

### **3.5**

#### **A formação histórica da consciência e a História da Filosofia**

Nos interessa observar que o indivíduo primitivo, abstrato, não se compreende em separado da comunidade, e que sua sobrevivência está de tal modo

vinculada à daquela, que atribuir-lhe uma consciência individual não engendra valor filosófico - que dirá científico - à presente análise, haja vista que a Filosofia racionalista é o produto cultural imediato da primeira fase de consolidação mundial do capitalismo, de cujo conteúdo material a forma adquirida pela consciência moderna é a representação abstrata e deformada. Assim como a existência real do sujeito privado não é produto da auto-reflexão solipsista, sendo antes gerada e gerida no seio de determinada organização sócio-familiar e cultural concretamente estabelecida, a reflexão histórico-objetiva do sujeito público dominante<sup>86</sup> não produz [o direito efetivo a] a “livre” propriedade privada dos meios de produção, e sim nela se baseia para reproduzi-la socialmente, fomentá-la ideologicamente, e fundamentá-la juridicamente - em especial quando é praticada de modo majoritário por funcionários do Estado, como no caso dos filósofos empiristas. Ao passo que as cidades medievais constituem a condição social e econômica da realização formal da acumulação primitiva de capital<sup>87</sup>, o Estado Nacional moderno constitui a forma política culminante do desenvolvimento econômico e social do capitalismo, a consolidação superestrutural duradoura de sua hegemonia em escala mundial<sup>88</sup>.

Na medida em que a propriedade for, meramente, uma atitude consciente em relação às condições de trabalho como próprias — uma atitude fixada pela comunidade para o indivíduo, proclamada e garantida por lei; e na medida em que a existência do produtor mostrar-se como uma existência dentro das condições objetivas pertencentes a ele, realizar-se-á, somente, através da produção. A apropriação real não ocorrerá através do relacionamento com estas condições, como expressadas em pensamento, mas por meio de ativo e real relacionamento com elas, no processo de situá-las como as condições da atividade subjetiva do homem.<sup>89</sup>

Enquanto não se houvesse formado a propriedade privada capitalista, e o sujeito proprietário não fosse irreconciliavelmente desapropriado dos meios de produção de sua própria existência, o sujeito consciente de si não viria a existir, não

---

<sup>86</sup> Cf. Introdução.

<sup>87</sup> O surgimento do Capital propriamente dito, baseado no trabalho assalariado “livre” e reproduzido através do lucro e do desenvolvimento das forças produtivas não constitui mera etapa evolutiva do capital acumulado primitivamente, baseado no trabalho parcelado, na servidão e na escravidão e reproduzido mediante usura, fraude e redistribuição legal de terras, sendo antes o produto da superação radical do modo de produção pré-capitalista, considerado em termos abstratos e genéricos, isto é, em termos pré-históricos.

<sup>88</sup> Em momento oportuno, será submetido a análise a situação dos Estados Nacionais Imperialistas na passagem do século XIX para o XX, à luz material-histórica da luta internacional de classes.

<sup>89</sup> Formem, pg. 87

*deviria* historicamente. Para que o sujeito tenha se tornado capaz de compreender-se a si mesmo em oposição ao objeto do conhecimento, foi preciso que a história, prioritariamente à Filosofia institucional, produzisse e lhe oferecesse as condições econômicas e sociais - e também políticas - de reflexão sobre o objeto do trabalho. Ao passo em que o sujeito proprietário não se visse forçado a se isolar da comunidade primitiva e da propriedade comunal que nela se baseia, seguindo seu curso natural de desintegração, predominaria no “espírito da comunidade” o estado pré-histórico de inconsciência social, pois o sujeito consciente nasce precisamente no momento em que a força de trabalho se separa dos meios de produção, ficando o sujeito produtor subordinado a ela na medida em que impedido de apropriar-se dos produtos diretos e indiretos de seu emprego. A existência do sujeito consciente e livre não se funda, portanto, na livre consciência de si, e sim origina-se na *desidentificação* do produtor em relação à propriedade, e portanto em relação a si mesmo enquanto proprietário dos meios de produção e de reprodução de sua existência individual, familiar, e comunitária.

As condições originais de produção não podem, inicialmente, ser elas próprias produzidas — não são o resultado da produção. (Em lugar de condições originais de produção poderíamos dizer: se esta reprodução mostra-se, por um lado, como a apropriação de objetos por sujeitos, igualmente mostra-se, por outro lado, como a conformação, a sujeição dos objetos por e para um propósito subjetivo; a transformação dos objetos em resultados e repositórios da atividade subjetiva). O que exige explicação não é a unidade de seres humanos vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza e, portanto, sua apropriação da natureza; nem isto é o resultado de um processo histórico (*pois essa unidade é pré-histórica*)<sup>90</sup>. O que tem de ser explicado é a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa, uma separação somente completada, plenamente, na relação entre o trabalho-assalariado e o capital. No relacionamento de escravidão e de servidão não há tal separação; o que acontece é que uma parte da sociedade é tratada pela outra como simples condição inorgânica e natural de sua própria reprodução. O escravo carece de qualquer espécie de relação com as condições objetivas de seu trabalho. Antes, é trabalho em si, tanto na forma de escravo como na de servo, situado entre outros seres vivos (Naturwesen) como condição inorgânica de produção, juntamente com o gado ou como um apêndice do solo. [...] O produtor existe como membro de uma família, de uma tribo, um agrupamento de sua gente, etc. — o que adquire, historicamente, formas diversas resultantes da mistura e conflitos com outros. É como membro comunal, assim,

---

<sup>90</sup> Acréscimo nosso

que ele estabelece relações com determinada (parte da) natureza (chamemo-la de terra, solo), como seu próprio ser inorgânico, condição de sua produção e reprodução.<sup>91</sup>

O *cogito* cartesiano veio à luz no contexto da ascensão inaugural do sistema capitalista na Europa Ocidental, imbricada na superação da forma feudal de propriedade e de produção, baseadas na servidão. A fundamentação teórico-racionalista do sujeito, baseada na auto reflexão consciente e às custas da investigação de seu passado, o privou por muito tempo do acesso prático à pré-história psíquica, cuja superação<sup>92</sup> econômica e social (histórico-material) constitui a verdadeira base ontológica da consciência “de si”. Não se deve contudo inflar artificialmente de sentido o “conteúdo imaterial constitutivo da substância pensante”, condenado à obscuridade medievalesca pelo sujeito filosófico racional e livre<sup>93</sup>, o que tampouco implica que se deva esvaziá-lo de sua qualidade histórica progressista. Pois se por um lado a prévia e superficial constatação da capacidade reflexiva da consciência não a torna capaz de formar-se a si mesma, de dar a luz à

---

<sup>91</sup> Formem, pgs. 82-83

<sup>92</sup> Nunca é em demasia indicar a ressalva, já implicada no uso dialético do termo “superação”, de que o conteúdo da forma superada é conservado na nova forma constituída, sendo com efeito transformado mediante a síntese superadora.

<sup>93</sup> A *res cogitans*, embora imperfeita e limitada, é capaz de intuir, a partir de si mesma, a *res infinita*, a substância divina, não sendo contudo capaz de lhe dar a luz ao passo em que dela se origina. Pode, por um lado, fundamentar-se a partir da intuição da substância ilimitada e absoluta (*a res infinita*) e pode, por outro, fundamentá-la a partir da reflexão sobre si mesma. O que não pode, efetivamente, é fundamentar a própria intuição a partir de si ou a partir de Deus, já que a intuição de Deus só encontra fundamento nele próprio, não podendo ser fundamentada por outrem, e que a intuição de si não constitui base segura para a fundamentação racional do Eu pensante. Diante do embaraço, a conexão entre o âmbito mais elevado do sujeito - o âmbito racional, derivado do âmbito transcendental -, e o âmbito material, do qual derivam os desvios da razão humana é situada, alternativamente, no corpo, mais especificamente, na glândula pineal, a qual, a despeito de não poder ser intuída ou refletida diretamente pela consciência por participar da *res extensa*, é inalienável à constituição digamos assim “objetiva” do sujeito. Esta glândula possui certa prioridade em relação às “demais partes do corpo”, na medida em que se abstém ao relacionamento do sujeito com o mundo exterior, respondendo apenas pelo relacionamento “interno” entre sua porção racional e sua porção material. A origem da intuição permanece, desta feita, obscura e inacessível à consciência, posto que, segundo o método proposto, a reflexão não origina a capacidade (ou faculdade) da reflexão, nem muito menos dá origem à intuição da *res infinita*, e sim nesta se baseia para fundamentar aprioristicamente a insuspeita existência de Deus (prova ontológica), da qual derivam necessariamente a existência do Eu que pensa e a verificação do conhecimento obtido pelo pensamento lógico-dedutivo. No final das contas, o sujeito racional acaba por apelar ao recurso que ele próprio havia declarado, de antemão, obtuso, inválido e enganoso - o recurso à materialidade -, e o “sujeito autoconsciente”, sua criatura, acaba por corroborar “na prática” - isto é, não pela via da dúvida metódica, mas pela via da “certeza intuitiva” da existência de Deus - a tese dogmática de seu criador, segundo a qual a existência do mundo exterior é necessária não porque pode ser demonstrada pelo pensamento racional, e sim porque, se a existência de Deus é necessária, é necessário que a razão seja capaz de demonstrá-la. É nesse sentido que o sujeito pensante e existente condena “livremente” o desconhecido (a origem da intuição) a uma espécie de “fogueira subterrânea”, realizando-se fundamentalmente em detrimento da clareza, distinção e ordenamento racional das ideias e portanto, em detrimento do próprio método científico.

sua própria existência, por outro, a revela incapaz de acessar o conteúdo material inconsciente, conservado e encoberto sob a forma estática e explícita assumida pela verdade epistemológica moderna. Enquanto o sujeito privado fosse identificado à livre consciência pelo pensamento “público”, o conteúdo do passado permaneceria condenado à amnésia; o sentido da história, à atrofia e ao ócio; a história do sujeito, ao jugo eterno da repetição impensada; e o sujeito consciente, ao desconhecimento da verdade - sendo tal limitação epistemológica e semântica do método cartesiano, involuntária e inconscientemente revelada pelo sujeito pensante<sup>94</sup>, justamente a pré-condição teórica mais própria e adequada ao surgimento de um método capaz de rompê-la na prática (o método psicanalítico), tornando “livre”<sup>95</sup> o acesso ao material oculto.

A mesma verdade epistemológica moderna, invertida mais tarde às luzes do liberalismo econômico e político do século XVIII, não abandona o solipsismo subjetivista; apenas, o eixo do conhecimento é deslocado da razão subjetiva à experiência objetiva. O pensamento deixa de constituir-se em princípio verificador da existência real do sujeito e faculdade essencial da consciência, passando a princípio unificador das ideias conscientes derivadas da experiência irrefletida, além de sintetizador da existência ideal do sujeito. O sujeito consciente não é mais identificado enquanto princípio ativo do conhecimento, passível de ser atingido pela auto-reflexão e em detrimento da experiência sensorial (a qual, conforme instituído pelo método cartesiano, consiste precisamente na origem do engano), passando a ser produzido com base na reflexão objetiva sobre os fenômenos mentais e mediante reconstituição e rememoração rigorosas dos processos e dados outrora efetuados e registrados na mente a partir da experiência. Apesar do esforço teórico dos empiristas em imbricar o passado num contínuo temporal unificado, de modo a salvaguardar a existência singular do sujeito proprietário em face à turbulência filosófica (ideológica) da não identidade substancial, o conteúdo [pré-]histórico da existência pregressa do sujeito permanece obscuro posto que, na prática, depende ainda da abstração mental para se concretizar em objeto do conhecimento, não

---

<sup>94</sup> que viu-se obrigado a incorrer em uma circularidade quase infantil para sustentar-se de pé (prova ontológica)

<sup>95</sup> Livre, não porém imediato. Livre, no sentido de que depende da escolha do sujeito aderir ao método psicanalítico, e não no sentido de livremente acessível ao público. Não imediato, porque, como vimos, o acesso ao material “encarcerado” requer trabalho, comprometimento e tempo, além de circunstâncias econômico-sociais favoráveis.

podendo ser revelado à consciência pela experiência imediata - o que quer dizer não apenas que a verdade só pode ser conhecida a posteriori, indiretamente, e de modo aproximado, e que a consciência do sujeito não toma posse ou se apropria, verdadeiramente, do objeto do conhecimento, como também, e acima de tudo, que a existência do sujeito se produz e reproduz pela via da reflexão, ainda que “objetivamente” embasada.

Entretanto, do fato de a consciência deixar de ser concebida pelo “sujeito público pensante” como ponto de partida do conhecimento, sendo transformada em lugar abstrato em que sentimentos anteriores são representados imperfeitamente na forma de ideias, não resulta necessário que os objetos da experiência não podem ser *reconhecidos* à sua revelia. A explícita impotência do sujeito público hegemônico em fundamentar teoricamente, e suprimir efetivamente, a reprodução da miséria - permanente ameaça à propriedade individual do sujeito privado - a partir da reprodução do modo de produção de riquezas que tem por base a exploração do “trabalho livre”, prenuncia e dá ensejo à constituição histórica de um sujeito capaz de fazê-lo, a partir porém de método outro. A realização deste novo método (o método material-dialético em sentido estrito<sup>96</sup>), constituído concomitantemente à decadência de sua própria condição de surgimento e ao devir-sujeito de seu objeto, tem por condição fundamental, por sua vez, o aniquilamento da base econômica de sustentação do idealismo ideológico burguês em seus vários matizes conceituais e estágios históricos.

O surgimento das sociedades de classes, e portanto das classes sociais configura, ao mesmo tempo, condição da revolução proletária, e produto da revolução burguesa; condição do surgimento da consciência de classe proletária, e condição da superação da inconsciência social primitiva; libertação do sujeito produtor individual em relação à propriedade comunal, e subjugação do sujeito trabalhador livre em relação à livre propriedade privada dos meios de produção.

### **3.6 Imprensa e ideologia burguesas**

Sabemos que o jovem Marx, na qualidade social de pequeno-burguês, iniciou-se publicamente na “defesa da sociedade civil diante do Estado” através da

---

<sup>96</sup> Chamamos de “método material-dialético em sentido estrito” o método marxista; em sentido largo, o método psicanalítico.

atividade jornalística. É precipitado contudo inferir daí que ele tenha ingressado na profissão movido por ilusões a respeito da “essência moral” dos detentores dos meios de comunicação, bem como da “natureza” de suas intenções; ainda menos adequado seria, por outro lado, considerá-lo adepto de uma democracia social nos termos dos *jovens hegelianos*, cuja atividade intelectual tem por motivação primordial a incompreensão política, por objetivo último, uma revolução metafísica da realidade, e por meio único, a abstração de sua estrutura. Enquanto intérprete intelectualmente autorizado e genuinamente filosófico de Hegel, Marx conservaria inelutavelmente resquícios do idealismo hegeliano sob a base inicial da constituição do método material-dialético, isto é, sob a idealização da estrutura dialético-material da realidade, não podendo por isso mesmo ser acusado de praticar qualquer espécie de dualismo velado, ainda que de modo “inconsciente”. Rebelde, talvez; reacionário, jamais.

Mesmo que sob influência do hegelianismo<sup>97</sup>, Marx nunca foi dado à abstração pura e simples, à abstração [auto-sustentável] pela abstração [autoconsciente], nem muito menos teria um dia acreditado ser possível a realização da potência histórica e a concretização de seu conteúdo material a partir da abstração. A abstração sempre foi utilizada por ele como ferramenta, indispensável, é certo, para o esclarecimento dos fatos à superfície. No entanto, os fatos à superfície não são fatos imediatamente dados, e só se tornam fatos de fato quando abordados, seja de um jeito ou de outro. Sendo a imprensa, especialmente a imprensa oficial e a semi-oficial, mas também a “independente”, detentora majoritária dos direitos sobre os fatos, não apenas superficialmente, como também de modo oculto, a ponto de poder fabricá-los livremente, mesmo quando lá não

---

<sup>97</sup> É interessante notar que críticas superficiais a Marx frequentemente o acusam de nunca ter-se libertado da influência de Hegel, dando a entender que, se houvesse se emancipado deste vício particular a tempo, não teria cometido tantos erros em suas “previsões históricas”. Ora, conforme o método de Marx se aprofunda ao longo de sua vida e ao longo da própria história, torna-se cada vez mais evidente que não se tratava de se libertar de Hegel - e nem teria sido possível constituir o método material-dialético se Marx o houvesse “abandonado” -, e sim de superá-lo. Mas “superação”, tanto em Hegel quanto em Marx, não significa corte. A superação é sempre dialética, é a concretização atual do conteúdo latente do passado e a conservação transitória de seu resíduo pré-histórico, de modo que o sujeito só pode inaugurar o futuro, tanto quanto reviver o passado, mediante a elaboração contemporânea do método de investigação dialética do objeto, através da qual o conteúdo do objeto é tornado acessível, e a superação das condições que o mantêm inacessível à consciência e indisponível à ação consciente é efetivada. Por outras palavras: Marx não poderia ter dado cabo de Hegel antes de lhe conferir vida nova, tanto quanto não poderia ter rompido com a concepção dicotômica da luta entre Estado e sociedade civil antes que o avanço da luta de classes na Alemanha explicitasse à superfície política da realidade pública a força social e o potencial revolucionário do proletariado alemão.

estão, nada mais justo que, para esclarecer os fatos, visíveis e invisíveis, Marx tenha se servido dela como ponto de partida de sua atividade teórico-política. Pois de que outro modo teria acesso direto a eles, senão entrando em contato com sua fonte principal, sua “origem”, a qual lhes serve simultaneamente de veículo? Para criticar a abordagem dos fatos pela imprensa semi-oficial e, ulteriormente, revelar o conteúdo implícito nesta forma de representação, não tinha outra alternativa que não a de se servir explicitamente da forma de representação do conteúdo dos fatos intrínseca à abordagem jornalística “independente”. No entanto, a imprensa independente só pode se manter enquanto veículo legal e órgão não oficial de comunicação, na medida em que a “livre” abordagem dos fatos não transgrida ou distorça a forma de representação de conteúdo autorizada oficialmente.

Em seu artigo *Debates sobre a liberdade de imprensa*, publicado no jornal social-democrata *Gazeta Renana* em 1842, Marx analisa a postura de um jornal semi-oficial do governo prussiano diante do Novo Código de Censura. Nele, aponta para a situação embaraçosa em que o *Preussische Staats-Zeitung* se encontrava, na medida em que, sendo oficial apenas pela metade, deveria adequar-se, ali onde fosse inadequado, às novas regras instituídas pelo Governo da Prússia. Ao longo do artigo, Marx o compara a uma criança, e levanta a seguinte questão: é possível a uma criança, por mais pretensiosa e dedicada que seja, elaborar um “auto-exame prévio” que a permita atingir a autoconsciência e, como consequência, a total liberdade? É claro que a questão da “liberdade absoluta”, ou liberdade espiritual, não é abordada por Marx no mesmo sentido em que o é pelos jovens hegelianos, isto é, enquanto possibilidade humana real e condição indispensável à realização do espírito. Se, por um lado, é fato que a matéria econômica ainda não havia sido estabelecida cientificamente por ele enquanto elemento primordial estruturador da realidade pública, por outro, também é indiscutível que não era ignorada enquanto elementar. Apenas, não estava claro ainda de que modo a política, o direito e a imprensa se relacionavam com a economia. Portanto, a explicitação por Marx da posição contraditória e diletante do *Staats-Zeitung* enquadrava-se ainda na superfície da contradição explícita regente das relações entre sociedade civil e Estado, de modo que ao jovem Marx os impasses jurídicos e políticos inerentes àquelas relações pareciam poder encontrar solução na atitude jornalística e política verdadeiramente livre, atitude esta impassível de ser adotada na prática por jornais semi-oficiais, como o demonstra sua defesa da censura - e portanto da auto-censura

- em nome da “liberdade”. Ironicamente, o Estado prussiano só concedia, aos órgãos de imprensa semi-oficiais, a liberdade de defendê-lo, enquanto aos jornais independentes, não concedia a liberdade de atacá-lo. O cerne do problema residiria, portanto, não na contradição de interesses econômicos constitutiva da própria estrutura da realidade, e sim na contradição exposta entre as duas aparentemente únicas formas de expressão política possíveis dentro da realidade, isto é, a forma oficial e a forma não oficial, ou a forma estatal e a forma civil.

### 3.7

#### **O fundamento implícito da ideologia dominante enquanto objeto explícito da *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel***

Se, em sua *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx denuncia o caráter idealista da concepção hegeliana do Direito, à luz da qual o que seria de fato concreto - a sociedade civil e a família - é contraposto ao que seria de fato abstrato - o Estado - enquanto sua manifestação, e o que é de fato abstrato é, por um lado, posto como potência (essência) do que é de fato concreto e, por outro, pressuposto como sua realização (ser), em *A Sagrada Família*, ele se volta crítica e dialeticamente contra o caráter moralista e, portanto, idealista da crítica neo hegeliana da religião, à qual caracteriza como “vulgar”. Sobre que base Marx reivindica legitimidade à crítica que inaugura, em contraposição à “vulgaridade” atribuída à crítica dos jovens-hegelianos?

Na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, o jovem Marx, já sob influência, mas também à certa distância do materialismo de Feuerbach, opera uma ruptura filosófica definitiva com os jovens-hegelianos - empenhados, segundo ele, em modificar o conceito hegeliano de Estado ideal e superar sua forma concreta atual (a monarquia) através de uma crítica que se sustenta nos pressupostos abstratos do próprio pensamento que submete. Tal ruptura, por sua vez, se desdobrará no acabamento e na superação ulterior de sua noção de “crítica filosófica da filosofia especulativa” e terá, por fim, como culminância, a ruptura ideológica radical do autor em relação a seu próprio posicionamento político de outrora.

Em política, os alemães *pensaram* o que as outras nações *fizeram*. A Alemanha foi a sua *consciência teórica*. A abstração e a presunção de seu pensamento andaram sempre no mesmo passo da unilateralidade e da atrofia de sua realidade. Se, pois, o *status quo* do *sistema político alemão* exprime o *acabamento do ancien régime*, o acabamento do espinho na carne do Estado moderno, o

*status quo da ciência política alemã* exprime o *inacabamento do Estado moderno*, a deterioração de sua própria carne. Já como oponente resoluto da forma anterior da consciência política alemã<sup>98</sup>, a crítica da filosofia especulativa do direito não deságua em si mesma, mas em *tarefas* para cujas soluções há apenas um meio: a *prática*.<sup>99</sup>

A denúncia por Marx do idealismo lógico-ontológico de Hegel distingue-se da mera negação, inversão ou retificação do conceito de Estado desenvolvido nos *Princípios da Filosofia do Direito*, constituindo-se antes na culminância teórica de sua crítica da Teoria do Estado de Hegel, crítica essa que toma por objeto o princípio implícito na investigação dialética do objeto realizada pelo sujeito da teoria criticada, e não seu objeto teórico explícito, auto-realizado idealmente. O objeto da investigação realizada por Marx através da crítica da teoria hegeliana do Estado coincide, portanto, com a base oculta da teoria submetida a sua crítica, e não com o objeto sobreposto “à força” pelo sujeito teórico à sua própria base teórica de sustentação; não com a Instituição superficial idealmente sustentada pela teoria, e sim com a base real de sustentação do sujeito do pensamento institucional. Na medida em que o princípio teórico da dialética hegeliana não se verifica como tal no termo último de sua dinâmica, dado que, estando de início implícito na tese, e, sendo em seguida negado explicitamente e conservado veladamente na antítese, é invertido na síntese reflexiva da consciência, na qual ressurge subjetivamente enquanto conceito real, porém objetivamente apartado da realidade material, a crítica autenticamente filosófica (a crítica da filosofia especulativa) deve atuar retroativamente a partir do que é manifesto na teoria filosófico-especulativa se deseja rastrear e explicitar a *raiz concreta da consciência do sujeito abstrato*<sup>100</sup>, assumida por Marx como o único objeto autêntico e legítimo da investigação filosófica adequada.

O fato de a dialética jurídica de Hegel resultar em *síntese* logicamente válida [a despeito de que, ontologicamente, nula] em relação à *tese* sustentada não torna a tese verdadeira; nem, tampouco, falsa sua *antítese*; torna a síntese, isto sim, abstrata. Como a síntese que se valida em função da tese em que já está pressuposta enquanto hipótese e com a qual, previamente, se identifica, não se verifica concretamente,

---

<sup>98</sup> Quer dizer, em oposição à consciência política abstrata e idealista fundamentada na especulação.

<sup>99</sup> Crítica da Filosofia do direito de Hegel - Introdução. p. 151

<sup>100</sup> Cf. N 3

também o pressuposto sobre o qual a tese circularmente formulada assenta é invalidado enquanto princípio necessário, o que não pode ser revertido através da mera transposição entre o conteúdo dos termos opostos (tese e antítese), cada um dos quais adquire significação própria e desempenha função específica apenas no cerne da relação dinâmica que os entrelaça aos demais. e no momento em que aí surge.

Em lugar, pois, de simplesmente inverter teticamente a dialética hegeliana com base na negação do pressuposto de que o Estado político (a Constituição) é ontologicamente anterior e, logicamente, superior à sociedade civil (Estado não-político), a qual seria portanto determinada enquanto meio em função daquele fim, Marx se pergunta: qual a origem concreta dessa abstração? “O meio é a vontade absoluta e a palavra do filósofo; o fim particular é novamente o fim do sujeito filosofante, construir o monarca *hereditário*<sup>101</sup> a partir da Ideia pura. A realização do fim é a mera garantia de Hegel”<sup>102</sup>.

Tendo o seu princípio posto como objeto da crítica filosófica de Marx - cujo caráter idealista vai sendo progressivamente superado pelo materialismo até vir a ser sintetizada em método material-dialético -, a dialética de Hegel vai-se invertendo “naturalmente” sob o desdobramento daquela, de modo que a ideia é destituída de primazia à medida em que é materialmente fundamentada na história, e a matéria é investida de potência ao tempo em que se afigura enquanto substância (essência) histórica do idealismo filosófico, o qual se revela, por sua vez, nesse percurso, enquanto forma lógica hereditária de pensamento segundo a qual a ideologia de Estado (ideologia dominante) tradicionalmente opera - através de filósofos e juristas promovidos a seu serviço - tendo em vista a imobilidade política e econômica da realidade social.

As revoluções precisam de um elemento passivo, de uma base material<sup>103</sup>. A teoria só é efetivada num povo na medida em que é

---

<sup>101</sup> Grifo nosso.

<sup>102</sup> Crítica da Filosofia do direito de Hegel.pg. 54

<sup>103</sup> Por mais que a crítica de Marx da filosofia especulativa do direito já reivindique a sociedade civil enquanto sujeito [transformador] da realidade, e, assim também, da aniquilação, satisfação e superação de suas próprias carências e necessidades reais, note-se que a toma enquanto objeto, “elemento passivo” da transformação radical [da realidade]. Isto porque, seu pensamento situa-se aqui acima da base material - a qual ainda é concebida, pois, no terreno da especulação. No entanto, importa ressaltar que, já à juventude, Marx mantinha engajamento prático nas lutas sócio-políticas populares sob a orientação de ideais revolucionários inspirados na análise de eventos históricos, constituindo equívoco apresentá-lo enquanto “filósofo de gabinete”.

a efetivação de suas necessidades. Corresponderá à monstruosa discrepância entre as exigências do pensamento e as respostas da realidade alemã a mesma discrepância da sociedade civil com o Estado e da sociedade civil consigo mesma? Serão as necessidades teóricas imediatamente necessidades práticas? Não basta que o pensamento procure se realizar; a realidade deve compelir a si mesma em direção ao pensamento.<sup>104</sup>

Todavia, os limites da eficácia prática de sua crítica da especulação e da alienação espontaneamente se contrapuseram e estenderam, enquanto tais, à elaboração de uma teoria da realidade pela via puramente filosófica, de modo que explicitariam a dissonância entre a forma especulativa de sua crítica da teoria, e o conteúdo concreto do objeto investigado através da crítica. A contradição entre a forma e o conteúdo da crítica, bem como a identificação inconsciente entre o sujeito da crítica e o objeto da investigação tornava aos primeiros irreconciliáveis e aos últimos, inseparáveis, tanto na medida em que a investigação se mantinha nos limites e sob as normas do próprio idealismo lógico cujo fundamento ontológico tinha por objeto, quanto em que a crítica operava, embora à revelia, de maneira fundamentalmente semelhante à própria dialética ideal: quer dizer, por meio da abstração do concreto, da supressão do abstrato, e da realização autoconsciente (ideal) do ser do pensamento no pensamento do ser.

O que até então assinalava o abismo teórico entre os dois grandes pensadores não era portanto o modo de disposição topológica dos momentos ideia, matéria e ser, e sim, o modo com que lhes interpretavam dinamicamente o conteúdo, de modo que a “denúncia” de Marx da ontologização da ideia em Hegel não o eximiu de incorrer formalmente no idealismo que “combatia”. Apenas, enquanto Hegel assumia a priori a ideia enquanto essência lógica da realidade, Marx admitia a matéria enquanto sua essência ontológica. Se, subjetivamente, o raciocínio assim conduzido tem por ponto de culminância a independência e autonomia do conteúdo do pensamento em relação ao ser, objetivamente, culmina na impotência do pensamento para acessar o ser em seu próprio conteúdo, na medida em que o pensamento deve sua realização concreta à abstração de seu conteúdo, segundo esse sistema lógico.

Marx ia-se assim tornando consciente de que a “concretização da essência ontológica da realidade” - ou seja, o devir-livre da sociedade civil e da família em

---

<sup>104</sup> Crítica filosofia direito hegel - introdução. p. 153

relação à opressão do Estado, ou, em outras palavras ainda, a substituição da monarquia constitucional pela democracia<sup>105</sup> - só poderia se dar através da *ação material* determinada e articulada *na prática* em função de um *princípio teórico* baseado *de fato* na *matéria real*<sup>106</sup>, ao passo que a crítica da especulação filosófica [tanto quanto a da alienação político-ideológica] se lhe ia revelando, sob a perspectiva dialético-material que se formava gradativa e retroativamente com base na experiência concreta do sujeito da realidade pública, inócua enquanto método próprio à sua transformação efetiva e representação consciente adequada.

---

<sup>105</sup> O conceito de democracia sofrerá modificações conforme o deslocamento prático e ideológico de Marx desde o ponto de vista filosófico-político pequeno-burguês, à consciência político-social-econômica da classe operária. No sentido aqui aplicado, ainda é pressuposto - embora já no esgotamento de seu limite teórico - enquanto representação formal do conteúdo concreto do Estado, isto é, enquanto realização objetiva do *sujeito público abstrato* - a sociedade civil. Enquanto o conceito de classe proletária não fosse definido, o que só se tornaria possível mediante a constituição material definitiva das classes sociais na realidade, a “democracia radical”, ou o governo da “sociedade” pela “sociedade” não ultrapassaria o status de ideal metafísico irrealizável, visto que não haveria objeto real a ser representado, e portanto meios de o sujeito emancipar-se concretamente.

<sup>106</sup> O que se contrapõe à elaboração de “tarefas” a partir da crítica da especulação. De acordo com o materialismo-dialético, a prática não é apenas meio material para a solução de tarefas, é também a base teórica de sua concepção e execução adequadas aos interesses e necessidades do “elemento ativo” da revolução - isto é, do efetivo sujeito público da realidade: a classe de trabalhadores livres explorada pelo capital.

#### 4.

### **A constituição histórica do sujeito da realidade e a superação da alienação econômica: o método material-dialético enquanto práxis emancipatória**

No primeiro capítulo, percorremos a constituição do método psicanalítico ao longo da trajetória profissional e pessoal de Freud, entendida como o esforço prático e teórico deste autor no sentido de edificar um método capaz de diluir sintomas neuróticos e permitir aos analisandos um grau cada vez mais elevado de independência psíquica, refletida naturalmente na economia e na dinâmica da cotidianidade singular. Não devemos contudo restringir ao entrelaçamento da vida cotidiana à vida psíquica o sentido de nossa pretensão em demonstrar que a Psicanálise estrutura-se conforme a estrutura dialético-material da realidade [psíquica e pública], até porque a base material constitutiva do sujeito privado (o corpo) tem prioridade ontológica em relação a sua singularidade cotidiana, ou seja, é anterior à capacidade e à necessidade propriamente humanas de produzir e reproduzir dinamicamente a própria existência em sociedade<sup>107</sup>. A dialética material é estruturante da Psicanálise sobretudo no sentido em que, como já indicado na Introdução, a forma assumida pelo método psicanalítico, no processo histórico de sua consolidação enquanto método científico, configura-se em função do material implícito no objeto investigado clinicamente, e que tal assunção é progressiva, retroativa e dinâmica, de modo que o acesso efetivo à realidade

---

<sup>107</sup> É interessante notar que nossa tese vai no sentido diametralmente oposto ao daquela levantada por Heidegger em *Ser e Tempo*, segundo a qual a singularidade se efetiva quando da retirada do ser-á da cotidianidade, ou do mundo do trabalho, no qual desde sempre está mergulhado. Defendemos aqui que é justamente na participação no mundo do trabalho - o mundo compartilhado - que o ser-humano se descobre enquanto tal, tanto do ponto de vista privado - enquanto Eu -, quanto do ponto de vista público - enquanto integrante de uma classe. No trabalho clínico, o analista é o outro; na atividade político-partidária, o é a classe burguesa. Em ambos os casos, é na relação com o outro que o sujeito da história se constitui e se emancipa da condição econômica que aliena suas forças materiais, tornando-se sujeito transformador da realidade (sujeito revolucionário). Cabe aqui uma especificação teórica no que tange nossa concepção de singularização no trabalho cotidiano, especialmente no âmbito público. Na economia capitalista, todo trabalho produtivo, socialmente necessário, é alienado, por mais bem remunerado que seja. Isto significa que não é realizado em função da evolução e emancipação do sujeito singular que o realiza, ou seja, não é voltado ao enriquecimento de sua potencialidade enquanto ser-humano, e sim ao acúmulo de riquezas na figura daquele que o adquire mediante o pagamento do salário. Portanto, a respeito do âmbito público, quando falamos em emancipação mediante o trabalho, remetemos à atividade política revolucionária, isto é, à atividade partidária adequada da práxis marxista. No âmbito privado, o primeiro ato “livre” do analisando no sentido de se tornar sujeito de sua história, e de se libertar do estado alienado sob o jugo vicioso do qual sua economia psíquica atrofiada o mantém, é justamente a negociação do valor do trabalho clínico a ser realizado com vistas àquele fim, em conjunto com o analista.

psíquica deve ser considerado como a culminância desse movimento, e não como sua base de partida. Em contrapartida, a história da análise singular é essencialmente alheia à linearidade do tempo tal como concebido pela consciência do Eu em relação à realidade publicamente acessível, na qual, não obstante, o sujeito, o objeto e o método da investigação psicanalítica interagem, constituem-se, e participam para além da singularidade.

No segundo capítulo percorremos, à luz do movimento histórico de consolidação mundial do sistema capitalista, a constituição da classe proletária desde as revoluções proletárias de 1848 na Europa ocidental, atravessando a Comuna de Paris, até as vésperas da Revolução socialista na Rússia, na qual culmina e se realiza enquanto sujeito. Em conformidade ao movimento histórico, analisamos o processo de constituição do método material-dialético de Marx, explicitando a consonância da forma progressivamente assumida pelo método em relação ao conteúdo do objeto investigado. Verificamos, ao longo da análise, que o sujeito da investigação sofre e efetua um deslocamento em relação a sua posição inicial, naturalmente enraizada na superfície encobridora das camadas subterrâneas constitutivas da realidade pública. Demonstramos ainda que a imprensa hegemônica, oficial, *aparentemente* responsável autônoma pelo encobrimento do real conteúdo do estado objetivo de coisas, de fato serve ao sujeito público hegemônico como um instrumento “inconsciente” de representação da realidade. Inconsciente, no sentido de que a porção consciente - discursiva, expressiva e aparente - do conteúdo de seu objeto vincula-se aos interesses ocultos do sujeito pensante, ocupante por sua vez de posições superiores explícitas na organização superestrutural do Estado - a Instituição maior -, em função de cujos interesses a imprensa atua enquanto instituição menor<sup>108</sup>. Não apenas o sujeito, mas também o objeto da investigação dialética foi assumindo outro caráter conforme o movimento histórico progredia. Por um lado, o tornar-se objeto de investigação ensejou sua constituição enquanto sujeito histórico consciente, e por outro, sua constituição enquanto sujeito histórico refletiu-se positivamente no próprio movimento dialético da história, que eliminava por toda parte os resquícios da etapa anterior, feudal, em superação ao antigo estado econômico e político de coisas nas diversas sociedades, em tempos diversos, porém.

---

<sup>108</sup> Cf.N.33

No terceiro e último capítulo, ora introduzido, pretendemos conduzir a fundamentação conceitual da relação dialético-material estabelecida entre o âmbito privado e o âmbito público da realidade com vistas a reconstituir, do ponto de vista privado-público e desde os primórdios imemorráveis, o devir sujeito-histórico do objeto investigado à luz do método material-dialético.

#### 4.1

#### **Hereditariedade e moralidade, pré-história e história**

À essa altura, em que as perspectivas topológica, econômica e dinâmica se encontram consolidadas e se revelam como base segura de interpretação das manifestações singulares do objeto investigado, outrora despretensiosamente observadas pelo sujeito da investigação psicanalítica enquanto representações espontâneas distantes do conteúdo do material reprimido, indisponível ao Eu; e em que o conteúdo primordialmente oculto do objeto foi tornado disponível ao manejo técnico pela investigação [clínica e teórica] conduzida adequadamente, nos consideramos habilitados a reconstituir, observando rigorosamente o método reconstituído, a história do Super-Eu, instância psíquica *superior* na qual os objetos primários abandonados pelo Eu sob a imposição da realidade exterior<sup>109</sup> se precipitam e perpetuam.

Não pertence à utilização acima do termo “superior” o sentido de “elevação moral”. Embora, de fato, o Super-Eu se sirva da censura como instrumento para inibir os investimentos objetais do Eu que visam a satisfação libidinal primária, procedentes do Id, sabemos que uma parte das resistências a ela se originam no material inconsciente constitutivo do Eu (pulsões de autoconservação), o qual, em determinado momento de sua evolução, passa a rebelar-se contra o assédio dos impulsos pulsionais remotos tomando de empréstimo a força e o rigor da entidade

---

<sup>109</sup> O complexo de castração concorre bem cedo para a formação do caráter do Eu, e é responsável pela subtração do investimento libidinal aos objetos primários. A proibição do incesto, consolidada socialmente no direito privado instituído se revelará, ao longo deste capítulo, como fator intrínseco ao entrelaçamento dinâmico-econômico da realidade psíquica à pública, desempenhando papel decisivo na fundamentação teórica da relação dialética que reúne ambos os domínios da existência do sujeito. A sublimação dos impulsos pulsionais primários, de cunho sexual, que têm por objeto os pais, sendo portanto, do ponto de vista da moralidade estabelecida, absolutamente irrealizáveis, exerce importante influência no que tange o desenvolvimento normal do indivíduo mediante a “completa” repressão do desejo incestuoso inerente ao complexo de Édipo, bem como no que diz respeito à sábia conservação da libido narcísica, que protege o Eu contra os efeitos psíquicos da pulsão de morte. Esse processo permite que os investimentos libidinais dedicados ao objeto amoroso abandonado retornem ao Eu, e que este restabeleça seu vínculo e interesse em relação ao mundo exterior.

que exerce o crivo sobre o conteúdo ansioso em adentrar a consciência. Por mais que o Super-Eu atue *como* consciência moral, sua aparente onipotência econômica e autonomia “jurídica” não derivam diretamente da moralidade estabelecida, e sim se baseiam nos resquícios da libido nele alocada anteriormente por meio da identificação do Eu com o objeto correspondente. “Superior” refere-se, por um lado, ao surgimento cronológico do Super-Eu na constituição evolutiva do sujeito, enquanto uma sua instância psíquica, e por outro, à posição de autoridade e poder ocupada na organização estrutural da família pelo objeto abandonado. Em certo sentido, não é incorreto afirmar que o princípio de consolidação do Eu adulto é concomitante à introdução dos elementos da realidade pública na psique mediante a introjeção substitutiva dos objetos abandonados pelo Eu infantil.

Não é difícil mostrar que o ideal do Eu satisfaz tudo o que se espera do algo elevado no ser humano. Como formação substitutiva do anseio pelo pai, [o ideal do Eu, ou Super-Eu] contém o gérmen a partir do qual se formaram todas as religiões. O juízo acerca da própria insuficiência, ao comparar o Eu com seu ideal, produz o sentimento religioso de humildade que o crente invoca ansiosamente. No curso posterior do desenvolvimento, professores e autoridades levam adiante o papel do pai; suas injunções e proibições continuam poderosas no ideal do Eu, e agora exercem a censura moral como consciência. A tensão entre as expectativas da consciência e as realizações do Eu é percebida como sentimento de culpa. Os sentimentos sociais repousam em identificações com outras pessoas, com base no mesmo ideal do Eu.<sup>110</sup>

A investigação depara aqui com um estado de coisas aparentemente insolúvel e indecifrável, que contrapõe a compreensão filogênica do Super-Eu à compreensão ontogênica, isto é, que exige ao investigador que se decida entre atribuir à mencionada instância psíquica uma origem hereditária e pré-histórica, anterior às vivências particulares do Eu, e uma origem social e histórica, ontologicamente concomitante ou posterior à formação da consciência moral do indivíduo, através da qual exerce sua hegemonia. No entanto, na medida em que nos apoiamos na sólida base teórica até aqui desenvolvida, nos encontramos de antemão prevenidos contra uma percepção dualística do conflito originário trazido à tona pelo progresso histórico, teórico-prático e técnico da ciência da Psicanálise - o Complexo de Édipo -, de modo que, diante do já previsto ultimato, nos

---

<sup>110</sup> Freud, 1923-25, pgs. 33-34 (O Id e o Eu)

encontramos previamente munidos de observações reveladoras. A respeito do referido dualismo, cabe uma ressalva que encontra respaldo na Introdução: de fato, a investigação inicial depara não com o conteúdo essencial da relação dinâmica que entrelaça e opõe fundamentalmente os elementos econômicos sustentadores do complexo, e sim com a representação estática que manifesta e deforma à superfície o *antagonismo econômico fundamental* estabelecido primordialmente entre as forças que lhe dão origem - as pulsões eróticas e as pulsões de morte. Em contrapartida, evidencia-se a impossibilidade de uma dissociação definitiva entre ambas as espécies de pulsões a partir de uma perspectiva bipolar, dada a estrutura tripartite do complexo e a forma tridimensional assumida pela psique ao longo da evolução do Eu desde a primeira infância, atravessando o período de latência, e culminando na puberdade.

Na busca das situações patogênicas em que haviam aparecido as repressões da sexualidade e de que se originavam os sintomas como formações substitutivas do [material] reprimido, fomos conduzidos a momentos sempre anteriores da vida do paciente, chegando enfim à sua primeira infância. Disso resultou aquilo que os escritores e conhecedores dos homens sempre afirmaram, que as impressões dos primeiros períodos da vida, apesar de geralmente sucumbirem à amnésia, deixam traços indeléveis no desenvolvimento do indivíduo — em especial, firmam a predisposição para adoecimentos neuróticos posteriores. Como essas vivências infantis sempre diziam respeito a excitações sexuais e à reação a elas, achamo-nos diante do fato da sexualidade infantil, que constituía outra novidade e contradizia um dos mais fortes preconceitos humanos.<sup>111</sup>

O período de latência é inaugurado com a proibição moral do incesto, advinda da realidade exterior e intermediada pelas figuras responsáveis pelo cuidado do indivíduo em formação. “Cuidado” remete duplamente à sobrevivência material da criança e à sua preparação social para a vida adulta. Não é difícil adivinhar que também a sobrevivência material do adulto depende em grande medida de sua conduta cotidiana em sociedade, isto é, de sua lida com os outros no contexto econômico subjacente ao estado de coisas manifesto, ao qual pertencem por sua vez as instituições históricas, tanto materiais como “imateriais”. As aspas indicam que não há instituições propriamente imateriais, visto que, enquanto representações atuais manifestas de processos historicamente consolidados, até

---

<sup>111</sup> 1923-25. pg 94 (Autobiografia)

mesmo as religiões, por exemplo, não prescindem de utensílios, recursos e estruturas materiais para a concretização cultural e reprodução ritualística de preceitos, crenças e ensinamentos ancestrais cujo conteúdo precipita-se e perpetua-se no “espírito da comunidade”, sedimentando-se na forma de material hereditário essencialmente inacessível, enquanto tal, à memória coletiva e à consciência social.

Nesse momento, em que a investigação dialética da relação externa entre os âmbitos privado e público, bem como da relação interna entre os elementos constitutivos de cada um já se encontra desvencilhada de uma perspectiva dualística e corroborada pela perspectiva tridimensional (econômica, dinâmica e topológica) da realidade, nossa proposta de ampliação do conceito de “hereditariedade”<sup>112</sup> adquire forma mais definida, tornando, em contrapartida, mais indefinidos os limites convencionalmente pré-estabelecidos para o significado do termo. Já de início, portanto, a *dualidade* primitivo-histórico, biológico-cultural e psíquico-social se revela incapaz de responder pela profundidade do objeto sob investigação. Tomando de empréstimo, além disso, algumas noções da geometria espacial, a profundidade de um objeto implica sua volumosidade, de modo que sua plena apreensão requer uma perspectiva tridimensional, o que, ademais, está inteiramente de acordo com nossos pressupostos dialéticos, segundo os quais o método assume e deve assumir a forma do objeto investigado para que ulteriormente se torne capaz de lhe revelar o conteúdo encoberto.

---

<sup>112</sup> Cf. N. 19 A investigação da origem do Super-Eu, acompanhada da fundamentação teórica do Complexo de Édipo e da sumária consideração da proibição do incesto em comunidades primitivas, concorrerá para o preenchimento da referida pretensão conceitual, a qual por sua vez só será concretizada quando tratarmos da efetiva apropriação revolucionária dos meios privados de produção pelo sujeito da realidade pública (Revolução Russa), ou seja o real sujeito da produção de riquezas materiais. Enquanto a propriedade privada dos meios de produção (capital constante) é a forma que a expropriação do valor excedente realizado pelo mais-trabalho (trabalho não pago) assume, a apropriação da força de trabalho mediante o pagamento do salário (capital variável) é a forma pela qual a exploração do trabalho necessário à produção da existência do trabalhador individual realiza o lucro (mais-valor), reproduzindo a existência do sistema capitalista de produção. Não fosse a sistemática exploração e expropriação da classe trabalhadora, nenhum lucro seria realizado e nenhuma propriedade seria acumulada e portanto, transmitida às gerações de exploradores e expropriadores vindouras, cujos indivíduos integram “naturalmente” a “linhagem social” burguesa. Por outro lado, o direito formal a herança só importa sentido na medida em que respalde-se em conteúdo material, isto é, não é efetivo senão na medida em que haja objeto real sobre o qual seja aplicado. Como os integrantes da classe proletária pertencem a ela justamente na medida em que não são proprietários, e sim despossuídos, seus descendentes não gozam efetivamente deste direito. Por mais que, em tese, todos os indivíduos que participam da sociedade civil sejam “iguais” perante a lei, sejam eles proprietários ou proletários, aos últimos resta apenas transmitir a seus descendentes a condição social de miséria, carência e escassez, com o que a sobrevivência e a reprodução de sua classe enquanto tal é, ironicamente, assegurada.

Pretendemos demonstrar, conforme no curso de nossa investigação se aprofunde e explicita o entrelaçamento da realidade pública à privada, que a proibição do incesto em organizações primitivas tem por função originária a sobrevivência “instintiva” da comunidade, e portanto a manutenção da propriedade sob a qual ela se unifica culturalmente, se protege militarmente (quando tal necessidade se apresenta), e se reproduz materialmente. Na medida em que a propriedade é comunal, e não individual e familiar (exclua-se parcialmente da descrição a formação germânica<sup>113</sup>, em que por outro lado o militarismo altamente organizado como que compensa o caráter fragmentário da forma de apropriação da terra, bem como o caráter parceleiro de seu uso na produção familiar, concentrando e cumprindo a função mantenedora da unidade comunitária), a sobrevivência da comunidade não é assegurada e sustentada propriamente pela preservação interna da hierarquia no seio das organizações familiares unidas por laços de sangue simples (clãs), e sim pela preservação da autoridade hierárquica superior representante da unidade comunitária maior em que os pequenos clãs estão abarcados. De acordo com nossa análise, o casamento entre membros da mesma gens (grupos consanguíneos do lado materno) era destarte moralmente repudiado e ofensivo e severamente punido por ensejar o acúmulo de propriedade no interior da organização tribal e assim sua fragmentação e destruição. Por outro lado, não se pode dissociar o instinto de sobrevivência comunitário daquele ligado à sobrevivência do clã, de modo que é banal tentar definir, a partir de uma perspectiva cronológica e linear, “quem veio primeiro”, se a moralidade estabelecida pela ordem comunitária ou se o estabelecimento da ordem moral no seio familiar. Apesar de se tratar aqui do homem pré-histórico, cuja abordagem só é possível em abstrato e em termos gerais, podemos afirmar com segurança que os indivíduos integrantes das comunidades primitivas não eram capazes de consciência individual, social, e menos ainda econômica, encontrando-se no estágio de inconsciência coletiva<sup>114</sup>.

---

<sup>113</sup> Cf. Formen

<sup>114</sup> (cf. Itens 3.4 e 3.5). O uso que fazemos do termo “consciência”, ao tratarmos do âmbito público, remete à capacidade de verificação empírica de hipóteses elaboradas a partir da observação de fenômenos manifestos, e à capacidade de fundamentação conceitual da estrutura e das leis que determinam sua forma de manifestação. Como sabemos, esta capacidade depende sobremaneira da existência e disponibilidade de recursos específicos, tais como dispositivos de medição de temperatura, movimento, pressão, resistência, etc. Por outras palavras, nos referimos à consciência do sujeito público enquanto atividade científica surgida no contexto econômico-político-cultural de transição do feudalismo ao capitalismo. Apenas no sistema de produção capitalista o indivíduo passou a ser capaz de refletir, de modo minimamente adequado à realidade, sobre o funcionamento

O primeiro objeto amoroso após o estágio do autoerotismo será, para ambos os sexos, a mãe, cujo órgão nutridor provavelmente não é diferenciado de seu corpo no início. Depois, mas ainda na primeira infância, estabelece-se a relação do complexo de Édipo, em que o menino concentra seus desejos sexuais na pessoa da mãe e desenvolve impulsos hostis para com o pai, vendo este como rival. De maneira análoga se comporta a menina; todas as variações e conseqüências do complexo de Édipo se tornam significativas, a inata constituição bissexual se faz valer e aumenta o número de impulsos simultaneamente ativos. Transcorre um bom tempo até a criança notar claramente a diferença entre os sexos; nesse período da pesquisa sexual ela engendra típicas teorias sexuais, que, por depender da incompletude de sua organização somática, misturam coisas certas e erradas e não podem solucionar o problema da vida sexual (o enigma da Esfinge: de onde vêm as crianças?). *A primeira escolha de objeto da criança é incestuosa, portanto* [grifo nosso]. Todo o desenvolvimento aqui descrito é rapidamente percorrido. A mais notável característica da sexualidade humana é seu início em dois tempos, com uma pausa entre eles. No quarto e quinto ano de vida ela alcança um primeiro apogeu, mas logo termina esse desabrochar da sexualidade, os impulsos até então vivazes sucumbem à repressão e sucede o período de latência, que dura até a puberdade e no qual se instauram as formações reativas que são a moral, a vergonha, o nojo.<sup>115</sup>

---

da base econômica subjacente ao contexto político, cultural e social em que se encontra imediatamente, e no qual se reconhece enquanto sujeito “livre”. A primeira forma de consciência é, portanto, a ciência moderna, ou seja, a ciência burguesa, que deve ser considerada, do ponto de vista histórico, como um instrumento a serviço do capital e uma condição ao desenvolvimento da indústria capitalista tanto quanto, por outro lado, como produto deste desenvolvimento. É preciso que fique claro que o surgimento do capitalismo, enquanto etapa histórica e modo de produção, representou o progresso da civilização humana, por mais selvagem que seja a exploração do trabalho assalariado às custas do qual o referido sistema de produção se sustenta. A consciência proletária, ou seja, a consciência de classe revolucionária, é também um produto da consolidação do capitalismo, tanto quanto o marxismo, na qualidade de método científico. No entanto, o marxismo constitui-se em função do fortalecimento não da classe que lucra com o progresso técnico das forças produtivas e o conseqüente rebaixamento relativo dos salários, e sim, em função dos interesses da classe de trabalhadores assalariados, “livres”, cuja força de trabalho combina-se à maquinaria, à tecnologia, à ciência e à técnica para compôr, enquanto elemento principal, as forças produtivas. Enquanto o sujeito produtor não se visse submetido à sua própria força de trabalho e não fosse alienado dos respectivos meios e produtos, tornando-se “livre”, não se tornaria consciente “de si”. Portanto, não se deve perceber com espanto indignado, assinaladamente religioso, a simples e objetiva constatação do seguinte fato: os indivíduos integrantes de comunidades primitivas não são capazes de refletir cientificamente sobre as leis econômicas que regem o modo de produção comunitário, pré-capitalista, uma vez que apenas no sistema capitalista de produção são geradas as condições materiais a partir das quais a consciência política, social e econômica (e também individual) pode ser formada e dar forma ao conteúdo oculto que se esconde sob a superfície fenomenal explícita. A inexistência de instituições - políticas, acadêmicas, jurídicas - impede que as condições de existência e de subsistência se tornem objeto da reflexão consciente; impede portanto o surgimento da consciência reflexiva.

<sup>115</sup>Autobiografia (1923-25) pg.98. Em nota acrescentada em 1935, Freud corrige sua expectativa de que o desenvolvimento normal do complexo de Édipo no menino se daria de modo simétrico na menina, isto é, de que ela tomaria o pai por objeto e a mãe por rival. Esta modificação acompanha o avanço na compreensão das diferenças entre o desenvolvimento da sexualidade na menina e no menino, e na concepção do complexo de castração, que na história psíquica daquela se revela enquanto fato, e na do último, enquanto possibilidade ameaçadora.

## 4.2

### **Realidade econômica e abstração conceitual na Rússia pré-revolucionária: a crítica leninista do economicismo populista**

Em *O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, Lenin opera uma crítica à concepção dos *narodnik* “tardios” no que tange a relação entre a formação de um mercado consumidor interno e o empobrecimento abrupto do pequeno-camponês desde a reforma de 1861. Em primeiro lugar, os populistas russos negam que a divisão social do trabalho na Rússia tenha se desenvolvido naturalmente a partir da transformação da produção agrícola de subsistência em produção agrícola comercial, consoante à separação entre a indústria manufatureira e a indústria de matéria-prima, afirmando que teria sido imposta de fora e artificialmente. Segundo eles, portanto, o fator fundamentalmente responsável pela criação de um mercado interno - a divisão social do trabalho -, que transforma historicamente os produtos agrícolas em mercadorias - valores-de-uso e valores-de-troca-, simplesmente não existia na Rússia, de modo que o capitalismo neste país não poderia se realizar efetivamente, mas apenas “artificialmente”. A ruína do pequeno-produtor rural, derivada do desenvolvimento “artificial” da divisão do trabalho implicaria, segundo os *narodnik*, não a criação e expansão de um mercado interno, composto essencialmente por uma população industrial em constante crescimento, e sim o encolhimento do mercado interno, na medida em que a população agrícola, empobrecida e destituída de poder aquisitivo, ficaria assim impedida de arcar com as exigências da produção capitalista, imposta desde fora e alheia à “natureza” da economia russa.

Considerando o fato de que na época que precede a economia de commodities, a manufatura é combinada à indústria de matéria-prima, sendo a última liderada pela agricultura, o desenvolvimento da economia de commodities toma a forma da separação, em relação à agricultura, dos ramos da indústria um após o outro. A população de um país em que a economia de commodities é pouco desenvolvida (ou não desenvolvida em nenhum grau) é quase exclusivamente agrícola. Isso, contudo, não deve ser entendido no sentido de que a população vincula-se tão somente à agricultura; apenas significa que a população vinculada à agricultura também processa os produtos da agricultura, e que a troca e a divisão do trabalho são praticamente inexistentes (auto subsistência). Consequentemente, o desenvolvimento da economia de commodities também significa o divórcio de uma parcela sempre crescente da população em relação à agricultura, isto é, o crescimento da população industrial às custas da população

agrícola “É da natureza da produção capitalista reduzir continuamente a população agrícola em relação à população não-agrícola, porque na indústria (stricto sensu) o crescimento do capital constante às custas do capital variável acompanha um crescimento absoluto no capital variável a despeito de seu relativo decréscimo; por outro lado, o capital variável requerido para a exploração de um certo lote de terra decresce em termos absolutos. Portanto, pode aumentar apenas na medida em que a nova terra é submetida ao cultivo, mas também isso exige como pré-requisito um crescimento ainda maior da população não-agrícola” (Das Kapital, III, 2, 177. Russ. trans., p. 526).<sup>116</sup> Portanto, não se pode conceber o capitalismo sem um aumento da população comercial e industrial em detrimento da população agrícola, e é sabido de todos que esse fenômeno é revelado de modo muito claro e explícito em todos os países capitalistas. Não carece provar que o significado desta circunstância para o problema do mercado interno é enorme, pois está inseparavelmente ligado tanto à evolução da indústria quanto à da agricultura; a formação de centros industriais, seu crescimento numérico, e a atração populacional que promovem não podem senão exercer a mais profunda influência sobre o conjunto do sistema rural, e não podem senão dar origem a um crescimento da agricultura comercial e capitalista<sup>116</sup>.

Enquanto o problema da realização do produto capitalista fosse reduzido à realização do mais-valor concretizado em mercadorias (artigos de consumo), as contradições práticas do capitalismo não poderiam ser explicitadas em teoria, e a realização do mais-valor apresentaria “dificuldades” teoricamente práticas, a principal consistindo na impossibilidade de realização doméstica do mais-valor, e portanto da produção capitalista na Rússia, na medida em que a possibilidade da criação e do crescimento de um mercado interno teria sido aniquilada com o fim oficial das relações servis de produção no campo, e portanto com o fim do modo de produção agrícola voltado à subsistência. A realização do capital constante seria portanto, segundo aqueles, a parte do problema que não apresenta “dificuldades”, podendo ser posta de lado, sendo a realização do mais-valor possível apenas na medida em que as dificuldades práticas pertinentes ao problema da realização do produto da produção capitalista fossem de antemão suprimidas com a “introjeção” do mercado externo na análise teórica, o que tornaria irrelevante a parte principal, aquela que trata da realização do capital constante no mercado consumidor interno, enquanto produto da produção e da apropriação capitalista do mais-valor. Contudo, esse mercado consumidor interno, ao contrário de ser encolhido com a

---

<sup>116</sup> Lenin, CW, Vol. 3, páginas 40-41. Tradução nossa

desintegração da comuna agrícola, baseada na servidão, é justamente criado e fomentado a partir da dissolução do antigo modo de produção, baseado na unidade autosuficiente entre produtor e meios de produção, dissolução esta que promove o êxodo rural e a formação de um proletariado industrial urbano.

Por esse motivo é que Marx diz que ao examinar o problema da realização, o mercado externo, o comércio internacional “deve ser inteiramente descartado”, pois “o envolvimento do comércio internacional na análise do valor dos produtos reproduzido anualmente pode apenas gerar confusão sem contribuir com nenhum novo elemento ao problema, e tampouco à sua solução. Os senhores V. V. e N.—on pensavam que estavam fazendo uma profunda apreciação das contradições do capitalismo ao indicarem as dificuldades da realização do mais-valor. Contudo, estavam de fato realizando uma apreciação extremamente superficial das contradições do capitalismo, porquanto se se fala das “dificuldades” da realização, da crise, etc, que daí surgem, deve-se também admitir que essas “dificuldades” são não apenas possíveis como necessárias no que concerne todas as partes do produto capitalista, e não no que concerne o mais-valor isoladamente. Dificuldades deste tipo, devidas à desproporção na distribuição dos variados ramos de produção, surgem constantemente, não apenas na realização do mais-valor, como também na realização do capital variável e do capital constante; na realização não apenas do produto que consiste em artigos de consumo, como também aquele que consiste em meios de produção. Sem “dificuldades” deste tipo e crises, não pode haver, em termos gerais, nenhuma produção capitalista, produção de produtores isolados para um mercado que lhes é desconhecido.<sup>117</sup>

O mercado externo, que se insinua aos países propriamente capitalistas como uma necessidade inerente à produção capitalista efetiva, como o único meio de amortecer a crise que resulta desta efetividade, da qual resulta a incapacidade de ser absorvida pelo mercado interno, se impõe à Rússia, segundo os *narodnik*, como a condição primordial à produção capitalista, produção esta que não poderia se realizar efetivamente na Rússia na medida em que sua condição primordial é aí ausente. Por ser artificial, o capitalismo na Rússia não seria capaz de fomentar o mercado interno, que é encolhido na medida em que o pequeno produtor é levado à ruína, e portanto na medida em que o pequeno produtor é destituído da capacidade de consumir. No entanto, o que de fato leva o pequeno-produtor à ruína não é a artificialidade da divisão do trabalho na Rússia, e portanto a impossibilidade da produção capitalista, e sim o efetivo avanço da divisão do trabalho e da própria

---

<sup>117</sup> Lenin, CW, Vol. 3, páginas 47. Tradução nossa

produção capitalista, que têm como consequência não o encolhimento do mercado interno, e sim ao contrário seu desenvolvimento, consoante por sua vez o crescimento da população industrial em detrimento do crescimento da população agrícola.

### 4.3

#### **Luta política e luta econômica no movimento operário: crítica leninista do revisionismo reformista liberal (os “novos” social-democratas)**

Contra a publicação do *Credo*<sup>118</sup>, Lenin convidou os adeptos da Social Democracia a aderirem a um manifesto em defesa de seus princípios fundamentais, a despeito de divergências ideológicas e práticas de cunho secundário, que dizem respeito ao modo com que se deve operar no sentido da formação de um partido social-democrata unificado dos trabalhadores russos. Para além de denunciar a ignorância dos autores do referido documento no que tange a história do movimento operário no Ocidente, bem como no que concerne o estágio atual de organização do proletariado russo, lhes atribui uma interpretação equivocada do socialismo científico edificado por Marx e Engels a partir do Manifesto Comunista, consoante sua inclinação em dismantelar a potência revolucionária do movimento operário russo em favor de uma burguesia “progressista e liberal” e portanto, em favor de um mero reformismo da situação política nacional. A derrubada do czarismo, segundo aqueles, deveria ser liderada pelos liberais burgueses, os membros da *intelligentsia*, cabendo ao movimento dos trabalhadores exclusivamente a luta econômica por melhorias imediatas em suas condições materiais. A unificação política dos trabalhadores sob um partido único e sua união aos estratos “reacionários” da sociedade apenas retardaria a transformação da realidade social, segundo os revisionistas em questão.

Os autores do *Credo* afirmam que o Marxismo teria sido a diretriz ideológica das revoluções de 1848, e que tal adesão dos trabalhadores ao socialismo científico teria sido justamente a causa do colapso do movimento operário à época, o que, respectivamente, não se verifica de fato nem se sustenta de direito. Na Inglaterra, o trade-unionismo (sindicalismo) predominava nas organizações de trabalhadores fabris, e na França, o socialismo utópico, pequeno-burguês, ditava os

---

<sup>118</sup> Documento elaborado pelos ideólogos da “nova” social-democracia

rumos do movimento operário. Ainda na França, o Parlamento figurava enquanto palco principal da luta política, e os trabalhadores concentravam suas forças não no sentido da abolição do trabalho assalariado e da derrubada do sistema capitalista mediante a tomada à força dos meios de produção, e sim no sentido de garantir o direito ao trabalho e o sufrágio universal, isto é, no sentido de uma reforma política nos moldes da economia capitalista, no sentido portanto de garantir a democracia burguesa contra a ditadura conservadora. Ademais, apenas num primeiro momento havia a burguesia liberal assumido um papel revolucionário, quando se tratava de derrubar a monarquia. Uma vez que, com o respaldo físico do movimento operário, sucedera nesta empresa, consolidando-se no poder, reprimiu-o violentamente com o respaldo monárquico-feudal quando o proletariado, excluído da nova organização político-institucional, voltou-se diretamente não contra a república democrática burguesa, e sim contra sua administração pelos republicanos democráticos. Em termos gerais, portanto, o enfraquecimento do movimento operário no Ocidente não deveu-se ao anseio dos trabalhadores em participarem da luta política sob um partido único e sob a diretriz ideológica estrita do Marxismo, e sim à ausência de um partido operário efetivamente orientado por um programa político baseado nos princípios do socialismo científico, isto é, um programa que visasse derrubar a República burguesa e estabelecer a ditadura do proletariado.

Não é verdade que a classe operária no Ocidente não tomou parte na luta por liberdade política e nas revoluções políticas. A história do movimento cartista e as revoluções de 1848 na França, Alemanha e Áustria provam o contrário. É absolutamente falso dizer que o “Marxismo foi a expressão teórica da prática predominante: da luta política predominando sobre a luta econômica”. Pelo contrário, o Marxismo apareceu em uma época em que o socialismo não-político era predominante (Owenismo, Fouerismo, “o verdadeiro socialismo”) e o Manifesto Comunismo se voltou definitivamente contra o socialismo não-político. Até mesmo quando o Marxismo se mostrou fortemente munido de teoria (O Capital) e organizou a célebre Associação Internacional dos Trabalhadores, a luta política de modo algum era a prática predominante (estreito trade-unionismo na Inglaterra, anarquismo e proudhonismo nos países românticos). Na Alemanha, o grande serviço prestado por Lassale foi a transformação da classe operária, de um apêndice da burguesia liberal, em um partido político independente. O Marxismo uniu a luta política e a luta econômica da classe operária em um todo único e inseparável; e o esforço dos autores do Credo em separar essas formas de luta

é um de seus mais desajeitados e deploráveis desvios do Marxismo.<sup>119</sup>

Também incorreta é sua afirmação de que o Marxismo vai de encontro à luta econômica imediata dos operários em favor de melhorias em suas condições de trabalho e de sobrevivência, como no caso ostensivo do movimento cartista. Marx não se opunha à organização dos trabalhadores em associações e sindicatos; ao contrário, identificava nesta tendência uma poderosa força de resistência operária à exploração de sua força de trabalho, bem como, à violação de direitos civis, políticos e trabalhistas. Apenas, propunha que tal movimento abarcasse no horizonte de suas reivindicações econômicas os interesses da classe operária de conjunto, solidarizando-se com a privação de liberdades democráticas de trabalhadores em países onde o regime político não a concedia, como era o caso exemplar da Alemanha. Com efeito, a luta política e a luta econômica são para Marx absolutamente inseparáveis, e é justamente este entrelaçamento íntimo o que o socialismo científico, inaugurado com o *Manifesto Comunista* e consolidado mais tarde com *O Capital*, estabeleceu para além de qualquer dúvida.

Quando a Associação Internacional dos trabalhadores foi formada por volta de vinte anos depois, a questão da importância dos sindicatos (trade unions) e da luta econômica foi levantada já em seu primeiro Congresso, em Genebra, 1866. A resolução adotada no Congresso versou explicitamente sobre a importância da luta econômica e advertiu os socialistas e os trabalhadores que por um lado, não exagerassem sua importância (o que os trabalhadores ingleses estavam inclinados a fazer, à época) e, por outro, que não a subestimassem (o que os franceses e alemães, especialmente os lassalianos, estavam inclinados a fazer). A resolução reconheceu que os sindicatos eram um fenômeno não apenas natural, como também essencial sob o capitalismo e os considerou um importante meio de organização da classe operária em sua luta diária contra o capital e a favor da abolição do trabalho assalariado. A resolução declarou que os sindicatos não devem dedicar exclusivamente sua atenção à “imediata luta contra o capital, não devem se manter alheios ao movimento político e social geral da classe operária; eles não devem perseguir metas “estreitas”, mas devem lutar pela emancipação geral dos milhões de trabalhadores oprimidos”<sup>120</sup>

#### 4.4

---

<sup>119</sup> Lenin, CW 04, pg 175

<sup>120</sup> Lenin, CW 04, pg 176-177. tradução nossa

### **A Revolução burguesa na Rússia de 1905 e a ideologia marxista: alianças táticas e divergências intrínsecas entre o proletariado e as demais classes sociais**

Até que a Revolução proletária consolide a apropriação dos meios de produção em solo nacional e, a partir daí, internacionalmente, ela carrega ainda o traço da revolução burguesa. Se até mesmo as revoluções proletárias de 1848 na Europa Ocidental devem ser consideradas como revoluções burguesas, uma vez que visavam em primeiro plano a derrubada da monarquia, incompatível com o sistema capitalista de produção, mais ainda tal caracterização é adequada quando se trata da Rússia, onde o capitalismo ainda engatinhava em relação ao capitalismo mundial, por mais que avançasse em relação a seu próprio passado feudal. Não há contradição definitiva entre revolução proletária e revolução burguesa até que a revolução proletária se consolide em revolução socialista, isto é, que instaure um novo modo de produção, baseado na propriedade social pós-capitalista e a partir da aniquilação da propriedade privada. Em 1905, o proletariado russo não lutava diretamente para demolir o sistema capitalista na Rússia, uma vez que aí o capitalismo não se havia consolidado, e sim para derrubar a monarquia absoluta e instaurar a democracia burguesa, unicamente sob a qual poderia se impor definitivamente - mediante a consolidação de direitos democráticos, tais como o sufrágio universal, a liberdade de imprensa, associação e expressão - em oposição à burguesia. Apenas sob o regime democrático, em que a classe burguesa se torna politicamente hegemônica, pode o proletariado lutar “livremente” contra a hegemonia política e econômica da burguesia democrática. É natural e necessário, portanto, que se una politicamente à classe burguesa no sentido de derrubar o absolutismo, e em nada contraditório que se coloque simultaneamente contra os interesses econômicos específicos daquela, na medida em que a democracia burguesa é, por um lado, a forma política através da qual a burguesia controla o Estado e estabelece sua hegemonia econômica sobre a classe proletária, e por outro, a forma política através da qual a classe proletária pode dispor de recursos e instrumentos indispensáveis à viabilidade de sua luta contra o inimigo fundamental.

Apenas o Marxismo elaborou uma análise cientificamente correta, confirmada a cada vez pela realidade, da relação entre a luta pela democracia e a luta pelo socialismo. Nós (os russos)<sup>121</sup>, assim como o resto do mundo, temos o democratismo burguês e o

---

<sup>121</sup> Acréscimo nosso

democratismo da classe trabalhadora. Conosco, assim como com o resto do mundo, os Social-democratas devem expor sem piedade as ilusões inevitáveis dos burgueses democratas e sua ignorância a respeito de sua própria natureza. Conosco, assim como com o resto do mundo, o proletariado dotado de consciência de classe devem apoiar os burgueses democratas em sua oposição aos resquícios da servidão e em sua luta contra eles, contra a autocracia, sem se esquecer por um instante que é uma classe independente, e que tem por meta, enquanto classe, a derrubada da burguesia.<sup>122</sup>

#### 4.5

#### **A Revolução socialista na Rússia de 1917 e a teoria da Revolução permanente**

O significado maior da não-contradição entre a coincidência entre revolução proletária e revolução burguesa foi revelado na Revolução de 1905: sua natureza burguesa não significa que seu sucesso depende da burguesia: muito pelo contrário, a história mostrou que quanto menos avançado é o estágio do desenvolvimento capitalista em um país, tanto menos a burguesia nacional é capaz de realizar a revolução. A caracterização da revolução proletária enquanto revolução burguesa significa sobretudo que a tarefa a ser levada a cabo pela burguesia acabou por extrapolar as possibilidades de que fosse efetivamente realizada por ela própria: de modo que a revolução socialista de 1917 acabou realizando as tarefas da revolução burguesa que a burguesia ela própria não havia sido capaz de realizar em 1905.

Em 1905, após as greves gerais que percorreram o país, foram criados os sovietes, comitês de trabalhadores organizados que visavam discutir as tarefas a serem cumpridas. Contradizendo a antiga tese dos narodnik, segundo a qual a revolução proletária deveria ser levada a cabo pelo campesinato, tendo em vista as peculiaridades da situação social, política e econômica da Rússia, o campesinato adere aos sovietes. Com isso, explicita-se que a vanguarda da revolução cabia ao proletariado, ainda que quantitativamente minoritário em relação àquela outra classe. A reforma agrária, efetivada pela Revolução de Outubro, nem mesmo era o interesse predominante da classe camponesa, que apesar da miséria que a assolava, guardava aspirações de elevação social mediante o acúmulo de terras, o que ia ao encontro de sua natureza pequeno-burguesa. Apesar de o campesinato não possuir a consciência e organização necessárias à tomada do poder, o que deve-se à sua distribuição dispersa e constituição primitiva, a revolução proletária não poderia

---

<sup>122</sup> Lenin CW 08, pg. 89 (tradução nossa)

ter-se realizado sem o seu apoio, justamente devido à maioria social que representava. Em 1924, após a morte de Lenin, a facção stalinista do partido bolchevique, representante da burocracia estatal, ascende ao poder, fazendo retroceder a revolução socialista tanto em escala nacional, como em escala internacional, tendo Stalin aderido ao imperialismo sob o mote da “revolução por etapas” e do “socialismo em um só país”.

A revolução socialista na Rússia foi em certo sentido uma anomalia, tendo em vista a incipiência do capitalismo neste país. Ao contrário de ter-se dado em países altamente desenvolvidos, tais como França, Alemanha e Inglaterra, onde era de certo modo esperada, devido aos acontecimentos prévios transcorridos em meados do século XIX, a primeira revolução socialista do mundo encontrou resistências inerentes à precariedade da economia capitalista nacional. O fracasso da Revolução Russa - entenda-se: a degeneração da ditadura do proletariado revolucionário em ditadura da burocracia pequeno-burguesa - não significa porém que tenha fracassado o movimento proletário mundial. Toda revolução é um momento de ruptura, o ápice de uma tensão que necessariamente tem de ser descarregada, o que, no caso em questão, se deu por meio de um refluxo. A revolução socialista de 1917 não representou o ato final performado pelo movimento operário revolucionário internacional, e sim, o primeiro ensaio bem sucedido de sua futura realização, de sua consolidação enquanto protagonista da própria história.

## 5. Conclusão

Em momento algum nossa investigação da relação entre o âmbito privado e o âmbito público do sujeito histórico, lastreada na reconstituição material-dialética dos métodos de Freud e Marx pretendeu representá-los enquanto recursos simétricos, permutáveis ou complementares de interpretação da realidade, o que nos teria conduzido a concebê-la segundo uma perspectiva dualística e uma reflexão linear e portanto, à obstrução do acesso ao conteúdo do objeto investigado. Na medida em que, por outro lado, admitimos o dualismo enquanto a forma inevitável com que o objeto imediatamente disponível à observação superficial se apresenta ao sujeito, não pudemos nos furtar a tomá-lo como base de partida do movimento que vai no sentido de dissolvê-lo. Pois se reconhecer o dualismo metafísico e fenomenal como obstáculo à compreensão da realidade não o remove, faz avançá-la de início, na medida em que a concepção e a aparência dualísticas se revelam à investigação enquanto elementos constitutivos da realidade. Mas o que é realidade? Pois bem; para sabê-lo é preciso torná-la acessível, o que só pode ser feito por um sujeito.

O neurótico singular, ao aderir ao tratamento, o faz por não dispor de forças para eliminar por si mesmo os sintomas que lhe causam sofrimento psíquico e lhe dificultam a vida cotidiana, por vezes o interditando ao trabalho e à vida social e afetiva. Esta fraqueza não reduz-se a mera impressão da consciência, debilidade moral ou pessimismo cômodo, e sim é produto acumulado de uma economia deficiente, apesar de que de fato o Eu coerente tende a representá-la de modo exagerado à consciência, e por vezes encontra conforto em constatar e descrever de modo mais ou menos adequado certas condutas e operações mentais através das quais assume-se enquanto objeto e coloca-se à mercê seja das circunstâncias, seja de pensamentos hostis que o rebaixam e confirmam sua condição impotente e vulnerável. Tal comportamento não retrata sua perda de interesse pelo mundo exterior; muito pelo contrário, procurou a Psicanálise como o último recurso contra um estado psíquico de coisas cada vez mais incontável, que ameaça sobrepôr-se à realidade e assumir de vez o seu lugar. Se o Eu busca ilustrar coerentemente e com riqueza de detalhes sua situação de quase desaparecimento, o faz na vã e desesperada tentativa de resgatar o controle sobre ela, de agarrar-se à vida, de

afirmar-se enquanto senhor de seu próprio destino. Porém, esta atitude do Eu diante de si não é isenta de consequências: antes, aprofunda sua desintegração e legitima-lhe, para-si, a sentença de morte.

O sujeito privado não encerra-se, como vimos, em “si mesmo”. A “suspensão do mundo”, proposta por Husserl como meio de atingir o “Eu transcendental”, nada mais é que uma abstração, tanto quanto o é a Erlebnis e, é claro, a própria pureza do Eu. Tais conceitos só podem sustentar-se na medida em que a psique seja identificada à consciência. A Psicanálise revolucionou o pensamento humano e desestabilizou a Filosofia acadêmica contemporânea não apenas por ter expandido o conceito de sexualidade, por ter atribuído à consciência um espaço e função reduzidos na constituição do sujeito, e por ter situado o sujeito no mundo material, mas, principalmente, por atribuir materialidade à base da psique: o Inconsciente. A consciência repousa sobre o Inconsciente, e dele extrai toda a sua substância. Por outro lado, tampouco o Eu é a consciência: o Eu abriga também aqueles subprodutos que escaparam à repressão primordial, e que visam a satisfação libidinal a despeito das pulsões de autoconservação. A ação das resistências sustentadoras da repressão, por sua vez, tampouco restringe-se à luta contra os impulsos pulsionais primários. Todas essas constatações são derivadas da experiência clínica, e servem como sólido apoio à teoria na mesma proporção em que a teoria nelas se respalda para, com elas, edificar a ciência da Psicanálise.

Por que a Psicanálise encontrou tantas resistências no meio acadêmico desde seu nascimento, mesmo apresentando abundantes evidências de sua seriedade e rigor técnico? Não apenas por abalar, no âmbito público, algumas concepções metafísicas que buscam fundamentar o Eu ora no pensamento puro, ora na “pura” experiência empírica, ou algumas concepções pós-modernas, que o fazem naufragar no “mar histórico” dos acontecimentos políticos, ou surgir como constructo sócio-cultural. Uma das razões pelas quais a Psicanálise ou é rejeitada na raiz, ou só é aceita mediante deturpações e revisionismos - muitas vezes devidos à incompreensão simplesmente, diga-se de passagem - reside em que o sujeito pensante não admite absolutamente tantos absurdos sejam proferidos sobre sua própria sexualidade, que dirá sobre seu próprio Eu e seu passado remoto. Afinal, se esses sujeitos nunca foram consultados por Freud, com que autoridade Freud fala livremente sobre sua constituição psíquica?! A despeito de todo despeito e rebeldia filosóficos que enfrenta, a Psicanálise não se dá à fragmentação, não admite que

seja admitida apenas parcialmente; não admite que se admita o Inconsciente em detrimento do Édipo; a libido em detrimento da sexualidade infantil; o fetiche, em detrimento da identificação; o narcisismo em detrimento do Eu; finalmente, não admite que se fale em história deixando-se de lado a realidade.

Também o objeto da investigação psicanalítica, na medida em que vem a ser sujeito, opera uma revolução: pela primeira vez em sua história, torna-se capaz de acessar a realidade psíquica, até então interdita. Este acesso não configura mera descoberta: muito além disso, configura-se em transformação radical, absoluta subversão do estado de coisas, tanto aparente como subjacente. Apenas, pois, aderindo ao método revolucionário da psicanálise, o sujeito privado foi capaz de emancipar-se das condições econômicas previamente dadas, a partir das quais constituiu-se “espontaneamente”, irrefletidamente. Em determinado momento deste percurso, permeado por idas e vindas, melhoras e pioras, o sujeito inevitavelmente é confrontado com o que até então era apenas representado em fantasia: a realidade exterior e seus objetos. Antes do trabalho clínico, aqueles objetos reais aos quais dedicava suas energias libidinais, sem no entanto atrever-se a buscá-los realmente, permaneciam distantes, inacessíveis, pois nenhuma ação motora era operada no sentido de obtê-los. Agora, após tanto esforço, não há outra saída que não a procura por alternativas viáveis, que o levem a obter satisfação real, para além da representação psíquica. A libido que sofreu regressão mediante as resistências repressivas deve agora ser devolvida ao mundo exterior, à realidade pública, que oferece porém os seus próprios obstáculos, independentemente de qualquer ação livre do sujeito privado.

A realidade pública, compartilhada, é regida por leis próprias. Com Marx aprendemos que são as leis da economia, e não da Filosofia ou do pensamento, que ditam seus rumos. No entanto, a economia não manifesta-se diretamente ao sujeito pensante, sendo seu funcionamento representado e distorcido na superestrutura do Estado através de mecanismos institucionais e ideológicos. Mas o Estado nacional encontra-se situado em um cenário mais amplo, aquele regido pelos interesses da burguesia imperialista, isto é, da classe dos capitalistas que comanda a economia e a política internacional.

Há que se fazer uma diferenciação entre Estados nacionais soberanos e Estados nacionais semi colonizados, de modo a tornar a análise mais concreta e aproximá-la o mais possível da realidade pública tal como esta é de fato constituída,

para *aquém* das aparências e para além da mera abstração conceitual. Ao primeiro grupo pertencem dois tipos: os países imperialistas, e os países que resistiram, de um modo ou de outro e até certo ponto, ao domínio estrangeiro. Ao segundo grupo, pertencem os Estados nacionais formalmente independentes e soberanos, cujas instituições oficiais são contudo submetidas e dominadas por Estados nacionais imperialistas e por instituições privadas internacionalmente hegemônicas. Essa dinâmica complexa que permeia o jogo de interesses entre as diversas facções da burguesia nacional, entre as burguesias nacionais dos diversos países, entre a burguesia imperialista e as burguesias nacionais de países semi colonizados, é a expressão máxima da luta internacional de classes, baseada historicamente na divisão internacional do trabalho originada, por sua vez, na divisão do trabalho que opõe primordialmente burguesia e proletariado em solo nacional.

A consciência de classe é constituída como produto social das relações de produção inerentes à produção capitalista em um país, e configura um índice do avanço político de determinada população trabalhadora, cujos indivíduos compartilham a mesma história, gozam coletivamente das mesmas conquistas trabalhistas e liberdades democráticas, e estão sujeitos às mesmas condições econômicas e sociais na medida em que participam da classe produtora de riquezas e são excluídos de seu usufruto. Quanto mais industrializado um país, e avançado o sistema capitalista de produção, maior a organização e o potencial revolucionário do proletariado nacional. Quanto maior o seu potencial revolucionário, por sua vez, maiores as chances de que protagonize nacionalmente a revolução socialista ao ponto de promover sua escalada mundial. Pois para que a revolução se mantenha nacionalmente e se espalhe mundialmente é preciso que se origine onde o capitalismo tenha atingido seu auge e esteja à beira da morte. Mesmo que o proletariado suceda em se apropriar dos meios de produção até então concentrados na classe burguesa nacional, destituindo-a do poder econômico e político sobre o Estado e sobre a sociedade, não pode manter por muito tempo sua ditadura se o conjunto daqueles meios de produção não fizer frente à força da classe capitalista mundial, servindo de exemplo ao proletariado dos diversos países. Além disso, é preciso que a indústria bélica seja avançada o bastante para desanimar uma contrarrevolução burguesa-imperialista.

A revolução socialista não é, portanto, produto da consciência individual, e sim, o momento inicial de uma realidade nova e publicamente acessível, tanto

quanto o produto atual do desenvolvimento histórico de circunstâncias insustentáveis. Inversamente, a consolidação da consciência proletária internacional representa o fim da pré-história humana, isto é, representa o fim porvir da exploração do homem pelo homem e a emancipação ulterior de toda a humanidade, na medida em que a esmagadora maioria dos homens vive sob a ditadura do capital, sob o viés da qual a sobrevivência material aparece à consciência do Eu como fim único e último da realização de todo trabalho.

## 6.

### Referências bibliográficas

FREUD, S. “Psicoterapia da Histeria”. (1893-1895). Obras Completas. Volume 2. Tradução de Laura Barreto, revisão de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2016, pp.254-302.

\_\_\_\_\_. “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. (1901-1905). Obras Completas. Volume 6. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2016, pp. 20-172.

\_\_\_\_\_. “Análise fragmentária de um caso de histeria [“o caso Dora”]”. (1901-1905). Obras Completas. Volume 6. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2016, pp. 174-320.

\_\_\_\_\_. “O método psicanalítico de Freud”. (1901-1905). Obras Completas. Volume 6. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2016, pp. 321-330.

\_\_\_\_\_. “Psicoterapia”. (1901-1905). Obras Completas. Volume 6. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2016, pp. 331-340

\_\_\_\_\_. “Análise da fobia de um garoto de cinco anos [“O pequeno Hans”]”. (1906-1909). Obras Completas. Volume 8. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2015, pp. 86-197

\_\_\_\_\_. “A dinâmica da transferência”. (1911-1913). Obras Completas. Volume 10. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, pp. 100-110.

\_\_\_\_\_. “As pulsões e seus destinos”. (1914-1916). Obras Completas. Volume 12. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, pp. 38-60

\_\_\_\_\_. “A Repressão”. (1914-1916). Obras Completas. Volume 12. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, pp. 61-73.

\_\_\_\_\_. “O Inconsciente”. (1914-1916). Obras Completas. Volume 12. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, pp. 74-112

\_\_\_\_\_. “Complemento metapsicológico à teoria dos sonhos”. (1914-1916). Obras Completas. Volume 12. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, pp. 113-126.

\_\_\_\_\_. “O sentido dos sintomas”. (1916-1917). Obras Completas. Volume 13. Tradução de Sérgio Tellaroli, revisão de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2014, pp. 343-364

\_\_\_\_\_. “A fixação no trauma, o Inconsciente”. (1916-1917). Obras Completas. Volume 13. Tradução de Sérgio Tellaroli, revisão de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2014, pp. 364-381

\_\_\_\_\_. “Resistência e repressão”. (1916-1917). Obras Completas. Volume 13. Tradução de Sérgio Tellaroli, revisão de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2014, pp. 381-401

\_\_\_\_\_. “Considerações sobre desenvolvimento e regressão. Etiologia”. (1916-1917). Obras Completas. Volume 13. Tradução de Sérgio Tellaroli, revisão de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2014, pp. 450-474

\_\_\_\_\_. “Os caminhos da formação de sintomas”. (1916-1917). Obras Completas. Volume 13. Tradução de Sérgio Tellaroli, revisão de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2014, pp. 475-499

\_\_\_\_\_. “A Angústia”. (1916-1917). Obras Completas. Volume 13. Tradução de Sérgio Tellaroli, revisão de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2014, pp. 519-544

\_\_\_\_\_. “A teoria da libido e o narcisismo”. (1916-1917). Obras Completas. Volume 13. Tradução de Sérgio Tellaroli, revisão de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2014, pp. 545-569

\_\_\_\_\_. “A Transferência”. (1916-1917). Obras Completas. Volume 13. Tradução de Sérgio Tellaroli, revisão de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2014, pp. 570-593

\_\_\_\_\_. “A terapia analítica”. (1916-1917). Obras Completas. Volume 13. Tradução de Sérgio Tellaroli, revisão de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2014, pp. 593-613

\_\_\_\_\_. “Além do princípio do prazer”. (1917-1920). Obras Completas. Volume 14. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, pp. 120-175

\_\_\_\_\_. “*O Eu e o Id*” (1923-25). Obras completas. Volume 16. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2011, pp. 10-74

\_\_\_\_\_. “Autobiografia” (1923-25) Obras completas. Volume 16. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2011, pp. 65-149

LACAN, Jacques Escritos tradução Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. O Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-1955); tradutores Mar.ie Christine Lasnik Penot; com a colaboração de Antonio Luiz G.Jinet de Andrade.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. (O Seminário / Jacques Lacan; 2)

MARX, K. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. 1843; tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; [supervisão e notas Marcelo Backes]. - [2.ed revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010

\_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 : esboços da crítica da economia política*; supervisão editorial Mario Duayer ; tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). – São Paulo : Boitempo ; Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2011. (Coleção Mar-Engels)

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*; tradução e notas de Jesus Ranieri; supervisão editorial Marcelo Backes; São Paulo: Boitempo, 2004

\_\_\_\_\_. *Formações econômicas pré-capitalistas*; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

\_\_\_\_\_. *Notebook on the Paris Comune*; Ed. by Hal Draper, 1971

\_\_\_\_\_. *O Capital Vol.1*; tradução Rubens Enderle; São Paulo : Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *18 de Brumário de Luís Bonaparte*; eEooksBrasil: Ridendo Castigat Mores, 2000

MARX e ENGELS.

\_\_\_\_\_. *Lutas de classes na Rússia*; organização Michael Löwy ; tradução Nélio Schneider. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *A Sagrada Família*; tradução, organização e notas de Marcelo Backes. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã*; tradução de Luís Claudio de Castro e Costa; São Paulo: Martins Fontes, 1998

\_\_\_\_\_. *Manifesto Comunista*; tradução de Álvaro Pina; São Paulo: Boitempo, 1998

\_\_\_\_\_. *As lutas de classes na Alemanha*; [apresentação de Michael Löwy ; tradução Nélio Schneider]. – 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *As lutas de classes na França*; tradução Nélio Schneider. - 1.ed. - São Paulo : Boitempo, 2012. il. (Coleção Marx-Engels)

\_\_\_\_\_. *A Guerra civil na França*; seleção de textos, tradução e notas Rubens Enderle ; [apresentação de Antonio Rago Filho]. – São Paulo : Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels)

\_\_\_\_\_. *Liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 2006

\_\_\_\_\_. *A origem do Capital: a acumulação primitiva*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 1977.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*

DESCARTES, René - *O Discurso do Método*. Os Pensadores.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis, Vozes: 2009

HEGEL, Friedrich. *Princípios da Filosofia do Direito*; tradução Orlando Vitorino; São Paulo, Martins Fontes: 1997

HUSSERL, Edmund. *Investigações Lógicas VI*. São Paulo, Nova Cultural: 1992 (Os Pensadores)

\_\_\_\_\_. *Cartesian Meditations: an introduction to phenomenology*; tradução Dorion Cairns; Netherlands, Martinus Nijhoff: 1960

SARTRE, Jean-Paul *The Transcendence of the Ego*. Oxfordshire, Routledge: 2004

\_\_\_\_\_. *O Ser e o Nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis, Vozes: 2011

\_\_\_\_\_. *Náusea*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 2005

LENIN, Vladimir. *The Development of Capitalism in Russia in CW 03*

\_\_\_\_\_. *A Protest by Russian Social-Democrats in CW 04*

\_\_\_\_\_. *Working Class and the bourgeois democracy in CW 08*

\_\_\_\_\_. *The State and Revolution*. Collected Works. Vol. 25

\_\_\_\_\_. *The bolsheviks must assume Power CW 26*

\_\_\_\_\_. *Imperialismo: etapa superior do capitalismo*; apresentação: Plínio de Arruda Sampaio Junior. Campinas, São Paulo: Navegando Publicações, 2011